

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE HISTÓRIA

**RAÍSSA CAROLINE MACAU MENDES**

**O MILAGRE DO MARANHÃO:** análise da Política Econômica Estadual no governo José Sarney através da imprensa (1966-1970)

São Luís

2017

**RAÍSSA CAROLINE MACAU MENDES**

**O MILAGRE DO MARANHÃO: análise da Política Econômica Estadual no governo José Sarney através da imprensa (1966-1970)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Licenciatura em História.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo Almeida Chaves.

São Luís

2017

**RAÍSSA CAROLINE MACAU MENDES**

**O MILAGRE DO MARANHÃO:** análise da Política Econômica Estadual no governo José Sarney através da imprensa (1966-1970)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Aprovado em: 22/11/2017

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo Almeida Chaves**

Doutora em História  
Universidade Estadual do Maranhão  
**(Orientadora)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carine Dalmás**

Doutora em História  
Universidade Estadual do Maranhão

---

**Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva**

Doutor em História  
Universidade Estadual do Maranhão



Dedico este trabalho aquele que me sustenta todos os dias:  
*Ao Senhor Deus.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, meus agradecimentos vão ao Senhor Deus, pois sem o seu sustento e conforto cotidiano não estaria em pé. Além de tudo que aconteceu e acontece na minha vida, devo tudo a Ti. Nada seria sem o Teu amor e misericórdia.

Aos meus pais, João Batista – com sua alegria e apoio em tudo em que faço e não medindo esforços na dedicação em realizar meus sonhos – e Girlene Macau – por ser essa mulher guerreira e cuidando de mim, quando eu mesma nem lembro; por tudo que a senhora se esforça e apoia dizendo que é possível concretizar os meus almejos na árdua caminhada rumo ao conhecimento. Um muito obrigado é muito pouco a vocês, os grandes amores da minha vida.

Aos meus irmãos, Rafaela Macau, seu jeito espontâneo e autêntico de ser, João Filho; as conversas serenas e sobre questões de diversas áreas da vida e do conhecimento; Silas Carvalho, ser essa pessoa admirável e com a musicalidade poética, apesar da irritação rs; José Alves Neto, ser esse grande irmão amoroso e apoiando todos os meus projetos, sendo uma pessoa serena na disposição de ouvir minhas “pesquisas históricas” e Fernanda Carvalho, essa pessoa maravilhosa e fazendo as graças, quando mais estou precisando. Muito obrigada, meus irmãos queridos.

À minha sobrinha Maria Sophia, mesmo ainda não tenha visto seu rostinho já é o amor da vida dessa tia – como digo a sua mãe, vai ser minha cara rs – já alegre os meus dias difíceis. A todos os meus familiares que estão nesse rumo comigo direta e indiretamente. Muito obrigada!

À minha pastora Licianne Menezes, uma pessoa sábia e sempre com uma palavra certa no momento certo; às minhas irmãs de célula; minhas discípulas, na figura da Janaína Pontes por ser essa parceira e amiga, por todas as conversas e apoio cotidiano que é possível conseguir a concretização dos projetos. A todos da célula Abençoados, na figura da Jaqueline Pontes; ao meu querido amigo Franklin Mesquista, por sempre alegrar as nossas conversas, mostrando que é possível pelo esforço e fé; ao meu amigo e “filho” Tarcísio Beckman, pelas conversas e forças cotidiana e meu querido amigo Junior Praseres, por ser essa pessoa maravilhosa em minha vida. Agradecida por todos vocês.

Aos meus queridos: Deise Sousa, a baiana mais alegre e autêntica que conheço; Marcus Reis, pela leitura dos meus textos e sempre incentivando para a realização dos meus projetos; e aos parceiros Giovanna Said, pelo jeito espontâneo e sempre me tirando de casa quando mais preciso; Marcelo Azevedo, o jeito calmo, conversas sérias e seriedade admirável e aos novos amigos que ganhei, mesmo em pouco tempo são já especiais, nas figuras de

Wenison Oliveira – menino risonho e um amigo sempre com uma palavra de incentivo –, Taysa Mendonça – uma futura e brilhante médica – e Valdeir “Lucas” – sempre entusiasmado com as minhas pesquisas e com a sede ao conhecimento. Aos meus queridos aspirantes: Naat Omar, Julian Gomes e Diego Santos, obrigada pela companhia nas manhãs, tardes e noites, vocês são os melhores. Obrigada por vocês estarem comigo sempre.

Ao NUPEHIC, pela recepção ao longo dos anos na graduação, nas figuras dos meus amigos: Werbeth Belo, parceiro desde o início da minha pesquisa e um amigo muito querido para mim, apoiando meus sonhos e me escutando nas diversas situações; Drielle Bittencourt, essa menina cheia de luz, de fato, uma amiga que ganhei com a parceria na pesquisa e que levarei para a vida toda e Priscilla Piccolo, por ser um amor de pessoa e sempre incentivando para o avanço nas diversas áreas da minha vida. Obrigada pelo incentivo cotidiano!

À turma 2014.1, por termos resistido firmes e fortes durante a graduação em História, passando por diversos contratempos e dificuldades, mas que é possível passar por isso tudo com leveza e muita alegria rs. Em especial, meu amigo e parceiro durante todo o curso, Matheus Dias, nos trabalhos em dupla e nas conversas malucas e nas chamadas de atenção por minha pessoa a ti. Obrigada, pessoas.

Aos professores do curso de História da UEMA, pelos ensinamentos e diversas discussões, em especial, a deusa grega Ana Livia; ao pensador contemporâneo Henrique Borralho; a autêntica Milena Galdez; ao magnânimo Fábio Monteiro e a latino-americana Carine Dalmás. As contribuições de vocês foram de extrema relevância na minha vida acadêmica.

Às bibliotecárias do curso de História, Lauisa e Reyjane, as flores mais cheirosas e atenciosas, obrigada por sempre atenderem as minhas chamadas nos diversos livros de teoria e economia.

À minha querida e atenciosa orientadora, Monica Piccolo, fico sem palavras para agradecer por tudo que fez por mim ao longo desses 4 anos, pela orientação, pelos toques na pesquisa, pelo apoio e muito carinho, de fato, és uma mãezona. E tudo que sou hoje como pesquisadora devo a você. Muitíssimo obrigada!

A todos que estiveram presentes na busca dos meus sonhos os agradecimentos são poucos.

***“Tudo o que temos de decidir é o que fazer  
com o tempo que nos é dado”.***

*Gandalf, O Senhor dos Anéis – A Sociedade  
do Anel*



## RESUMO

A pesquisa histórica muito se relaciona aos novos paradigmas em que a sociedade ao longo do tempo irá exercer e se vincular, além da compreensão da História do Tempo Presente e as novas abordagens da História Contemporânea. Tendo em vista as novas formas de pesquisas na História, a utilização dos jornais como fonte são um reflexo dos novos métodos de abordagem e análises sendo contempladas no sentido metodológico e teórico. O presente trabalho tem como objetivo apresentar a conjuntura do governo de José Sarney (1966-1970) no período conhecido como “Maranhão Novo” em consonância ao projeto econômico e político do “Milagre Maranhense” e a incansável corrida dos jornais na apresentação do “bom” desempenho governamental de José Sarney, além da inserção dos principais planos políticos atuantes no Maranhão. É importante destacar que o estudo será sustentado teoricamente pelo arcabouço teórico elaborado por Antonio Gramsci, no qual o Estado é compreendido como ampliado, ou seja, Sociedade Política e Sociedade Civil na complexidade das inter-relações em diversos setores; dentro dessa conjuntura estão os Aparelhos Privados de Hegemonia, sendo os jornais parte desse organismo, Instituições Estatais e Privadas, Partidos Políticos, Intelectuais Orgânicos, responsáveis pela consolidação de projeto para seja hegemônico e tenha autonomia nas ações políticas. Além disso, será estudado o período da Ditadura Empresarial-Militar Brasileira, mas com o foco no Maranhão. Assim, a pesquisa terá como eixo o desenvolvimentismo no Maranhão e as relações de poder estabelecidas ao longo do governo de José Sarney e as disparidades nos setores políticos e econômicos.

**Palavras-chave:** Ditadura Empresarial-Militar; Governo José Sarney; Imprensa; Milagre Maranhense; Desenvolvimentismo.

## ABSTRACT

The historical research is very much related to the new paradigms in which society over time will exercise and become linked, besides the understanding of the History of Present Time and the new approaches of Contemporary History. In view of the new forms of research in history, the use of newspapers as a source is a reflection of the new ways of approach and analysis being contemplated in the methodological and theoretical sense. The present work aims to present the conjuncture of the government of José Sarney (1966-1970) in the period known as "Maranhão Novo" in consonance with the economic and political project of the "Milagre Maranhense" and the tireless newspaper race in presenting the "good" José Sarney's governmental performance, besides the insertion of the main political plans in Maranhão. It is important to emphasize that the study will be supported theoretically by the theoretical framework elaborated by Antonio Gramsci, in which the State is understood as expanded, that is, Political Society and Civil Society in the complexity of the interrelationships in several sectors; within this conjuncture are the Private Hegemony Devices, the newspapers being part of this organism, State and Private Institutions, Political Parties, Organic Intellectuals, responsible for the consolidation of a project to be hegemonic and have autonomy in political actions. In addition, the period of the Brazilian Business-Military Dictatorship will be studied, but with a focus on Maranhão. Thus, the research will focus on development in Maranhão and the relations of power established throughout the government of José Sarney and the disparities in the political and economic sectors.

**Key-Words:** Business-Military Dictatorship; Government of José Sarney; Press; Maranhense Miracle; Development.

## LISTA DE FIGURAS, ORGANOGRAMAS, TABELAS E GRÁFICOS

Figura 1. Mapa da Amazônia Legal.....	58
Organograma 1. Eixos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.....	42
Organograma 2. Sustentáculo da Configuração Política e Econômica do Maranhão.....	52
Organograma 3. Configuração do PAEG.....	55
Organograma 4. Atuações das Superintendências no Maranhão.....	61
Organograma 5. Condicionantes para a efetivação da Lei de Terras de 1969.....	69
Tabela 1. Agências atuantes do Maranhão – Estado Restrito (1966-1970).....	67
Tabela 2. Agências atuantes no Maranhão – Sociedade Civil (1966-1970).....	68
Gráfico 1. Temas recorrentes da Política Econômica no Maranhão no Jornal <i>O Dia</i> .....	71
Gráfico 2. Temas recorrentes da Política Econômica no Maranhão no Jornal <i>O Imparcial</i> .....	71

## **LISTA DE SIGLAS**

AI – Atos Institucionais

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BACEN – Banco Central do Brasil

BASA – Banco da Amazônia S/A

BEM – Banco do Estado do Maranhão

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNH – Banco Nacional de Habitação

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CAEMA – Companhia de Água e Esgoto do Maranhão

CEMAR – Companhia Elétrica do Maranhão

COHAB – Companhia de Habitação

DER – Departamento de Estradas e Rodagem

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

DSND – Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

FIEMA – Federação das Indústrias do Maranhão

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPEM – Instituto de Previdência do Estado do Maranhão

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PIB – Produto Interno Bruto

PDC – Partido Democrata Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SAGRIMA – Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Maranhão

SESI – Serviço Social da Indústria

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDEMA – Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>Capítulo 1. ESTADO e IMPRENSA: análise e fundamentação teórica</b> .....	18
<b>1.1 Estado e modelo estrutural em foco</b> .....	18
<b>1.2 Imprensa e Estado: sustentação teórica gramsciana</b> .....	26
<b>Capítulo 2. DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR E GOVERNO SARNEY: conceitos e percepções</b> .....	34
<b>2.1 Debate teórico-conceitual do golpe Empresarial-Militar de 1964</b> .....	34
<b>2.2 Governo José Sarney na lógica da Ditadura Empresarial-Militar: o projeto do “Maranhão Novo”</b> .....	45
<b>Capítulo 3. O “MILAGRE MARANHENSE” EM PERSPECTIVA: análise da Política Econômica e a questão desenvolvimentista no Maranhão</b> .....	53
<b>3.1 O desenvolvimentismo em ação: “milagre” e o governo Sarney</b> .....	53
<b>3.2 <i>O Imparcial e O Dia</i>: consenso e desenvolvimento nos limites políticos e econômicos</b> .....	62
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	73
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	75
<b>APÊNDICE</b> .....	82

## INTRODUÇÃO

A compreensão e desenvolvimento dos estudos históricos sobre a Ditadura Empresarial-Militar instaurada em 1964 perpassam pela nova tendência da historiografia atual em se abordar a História do Tempo Presente, sobretudo, no recorte de 1950 e 1960 anos (MARANHÃO FILHO, 2009, p.138). Com a decorrente democratização das fontes provenientes dos acervos da política, cabe aos historiadores problematizar de maneira competente todos os discursos ali presentes, direta ou indiretamente. A partir desse novo olhar sobre documentos ainda não investigados e explorados, importantes abordagens históricas a serem reveladas trarão novos olhares e debates, tanto no âmbito da academia quanto da sociedade. Democratizar os acervos documentais sobre o período da Ditadura Empresarial-Militar, e esmiuçá-los em todas as suas perspectivas, identificado os erros de um período tão nefasto da História Contemporânea Brasileira, servirão de exemplo para que as falhas do passado não se repitam e jamais sejam esquecidas.

Destacar a importância dos estudos presentes na História do Tempo Presente é refletir sobre as diversas problemáticas destacadas nas áreas do conhecimento, sobretudo no presente trabalho, a Política e a Economia. Assim, a historiadora Maria Helena Capelato (2014) argumenta as contribuições desta área na busca de relacionar as dinâmicas históricas ao longo das produções acadêmicas ao longo dos anos, quer dizer, o olhar voltado para as disputas políticas nas sociedades (CAPELATO, 2014, p. 299).

Nesse aspecto, Monica Piccolo (2010) ratifica que as interlocuções entre a História Contemporânea e a abordagem da História do Tempo Presente são importantes para a configuração da pesquisa história, tomando por base as fontes na qual será utilizada para a então análise, assim:

A cientificidade da história contemporânea, logo, foi cerceada pela paradoxal caracterização de suas fontes, na medida em que eram consideradas abundantes e ricas, porém escassas, já que inacessíveis, pois estariam fora do alcance da análise histórica encontrando-se, em sua maioria, trancafiadas nos limites dos arquivos públicos que, por sua vez, encontravam-se vedados à investigação acadêmica (PICCOLO, 2010, p. 35).

Os limites encontrados nas documentações presentes nos arquivos públicos foram sendo quebrados, na medida em que a necessidade de busca e análise acerca de um determinado tema acaba se expandido. Além disso, com o movimento da Escola Francesa dos Annales, no século XX, sobretudo com o advento da terceira geração na década de 1960, o campo da

pesquisa histórica sofre significativas mudanças no modo de operar a investigação frente a documentação disponível presente nos acervos públicos e particulares, inclusive, a possibilidade dos estudos voltados à História do Tempo Presente, pois os pesquisadores não estariam impossibilitados de explorar sobre períodos mais próximos em que o objeto está inserido, abrindo o leque para as distintas possibilidades de documentação, não somente aos documentos oficiais. Dessa forma, Eric Hobsbawm (2013) destaca,

O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações (HOBSBAWM, 2013, p. 17).

Nesse sentido, as relações entre elencar as possibilidades das análises dos processos históricos e o objeto de pesquisa é ressaltar a importância em que a práxis histórica irá exercer sua funcionalidade em consonância a problematização diante as organizações políticas na sociedade, ou seja, a perspectiva nos estudos da História Política, considerando também as disputas nos setores econômicos, formando assim, os jogos de poder.

Apesar da importância que esse processo de renovação da História Política represente para a legitimação de estudos que se debruçam sobre específicas do campo da política, como por exemplo, o Estado em suas relações com a sociedade ou as políticas públicas, a perspectiva teórica aqui postulada afasta-se das concepções que marcam a produção dos historiadores cujas produções se inserem no campo da “Nova História Política” (PICCOLO, 2010, p. 40).

Além disso, pensar as novas formas de pesquisa e problematizações é também elencar as novas viabilidades de fonte. O presente trabalho tem como fonte analítica de objeto o jornal, que teve um papel significativo no período trabalhado, Ditadura Empresarial-Militar, como dinamizador das posições políticas, mas também das relações tênues entre o político e uma fração da sociedade na busca da consolidação de projetos pensados e na organização de uma vontade coletiva.

Nesse sentido, a importância que essa fonte exerce nos estudos históricos destaca o quão operante foi em diversos impasses no campo político brasileiro. Segundo Capelato, “nos balanços realizados com intuito de verificar os resultados das renovações historiográficas, observa-se que os historiadores têm incorporado à imprensa, não só como fonte, mas como também objeto de pesquisa em relação” (CAPELATO, 2010, p. 300). Assim, a atribuição que a imprensa irá exercer é de grande relevância, pois a possibilidade de pensar novas formas de

analisar os objetos de estudos reforça a ideia que o historiador não deve estar preso a um só tipo de fonte, inclusive, aqueles que relacionam as disputas políticas, econômicas e sociais, ou seja, a diversidade em olhar para as diversas maneiras em um mesmo contexto histórico, além de haver modos diferentes e olhares diferenciados ou em total concórdia.

Apesar de haver dificuldades em pensar e analisar a História do Tempo Presente, por estar mais próximo, deve ser encarada como essencial e importante, pois;

As dificuldades encontradas na construção da História do Tempo Presente devem ser encaradas a partir da perspectiva de que o fundamental é fornecer uma base explicativa que, mesmo efêmera, seja plausível. Desta forma, responde-se, legitimamente, a uma primeira demanda sobre o assunto em questão. Para tanto, deve-se ressaltar o papel que cumpre a utilização de uma perspectiva global e lógica da história; tal perspectiva enfatiza a necessária vinculação entre o acontecimento e o processo histórico que torna inteligíveis os marcos balizadores da “história mais contemporânea”. Isto é fundamental, pois é a partir de uma base analítica que se pode apreender a história como processo, e não como fragmentação desarticulada, ligando o presente aberto, com todas as suas possibilidades, com o passado mais recente (PADRÓS, 2009, p. 31).

Outrossim, a tríade entre Política-Fonte-História do Tempo Presente é elencar fatores relevantes para a construção historiográfica do período, mas também dar vazão a sociedade ali residente conhecer sua própria História. Nesse aspecto, René Rémond (2003) destaca a relevância que a política irá ser para essa problemática no seio da sociedade, quer dizer, “existe portanto uma história da história que carrega o rasto das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das ideias” (RÉMOND, 2003, p. 13).

Diante disso, o objetivo que os estudos no período da História Contemporânea, sobretudo, na Ditadura Empresarial-Militar Brasileira é destacar as nuances peculiares ocorridas. No Maranhão, a conjuntura não foi diferente incorporado as dinâmicas não só a nível regional, mas também a nível nacional; ocasionando relações estreitas e com perspectivas particulares e com organismos organizados nas diversas vinculações nos setores vigentes da sociedade.

Nesse aspecto, a trajetória acadêmica que trouxe aos resultados desta pesquisa se deu desde o início da graduação com os estudos no período da Ditadura Empresarial-Militar com o foco na política e economia. Porém, a escolha do objeto em questão foi em 2015 com o início da bolsa em Iniciação Científica, sendo renovada no ano posterior. Além disso, o fruto desses estudos ocasionou em três premiações em dois anos de Iniciação Científica: no ano de 2016, nas categorias de Melhor Iniciação Científica e Melhor Bolsista PIBIC destaque da



UEMA e no ano de 2017 de Melhor Iniciação Científica da área de História. Dessa forma, a importância desses estudos para a Historiografia Maranhense é grande relevância, pois destaca a importância essencial e interessante são para o aprofundamento na História do Maranhão.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as conjunturas políticas e econômicas no governo de José Sarney, compreendido entre 1966 e 1970, nas múltiplas relações de poder. Além de utilizar os jornais como fonte e o corpus teórico do filósofo italiano Antonio Gramsci para pensar as nuances do Estado, as disputas de poder e ponderação frente a sociedade, quebrando o paradigma de um Estado estático e do Maranhão fora das dinâmicas políticas a nível nacional. Além disso, sustentar a ideia, na matriz gramsciana, dos jornais como Aparelhos Privados de Hegemonia dinamizadores na propagação de uma determinada ideologia política em prol da consolidação hegemônica de um projeto, utilizando os jornais *O Imparcial* e *O Dia* para o estudo e pesquisa durante o governo de Sarney.

O primeiro capítulo, terá uma breve discussão teórica acerca do Estado, utilizando autores que pensam as diversas disputas de poder no seio do próprio Estado; além de apresentar os principais conceitos que serão refutados ao longo da pesquisa. Ainda no primeiro capítulo, haverá um breve debate sobre a imprensa e utilização metodológica em se trabalhar como fonte de estudo e destacar um conciso histórico dos jornais *O Imparcial* e *O Dia* nas dinâmicas maranhenses.

No segundo capítulo, será feito um balanço sobre as diferentes discussões e conceituações acerca do Golpe e Regime e, posteriormente, sustentando a categoria historiográfico do Golpe e Ditadura Empresarial-Militar, deixando clara a intenção de não esgotar as diversas discussões frente ao assunto. Consecutivamente, será apresentada a política de José Sarney do “Maranhão Novo”, analisando o objetivo que o governo queria pôr em prática e como se deu toda a problemática diante as relações exercidas pelo Estado diante dos Planos Políticos pensados e postos em prática.

Já no terceiro capítulo, será feita a análise do objeto, tendo como foco o chamado “Milagre Maranhense” na inserção da Política e Economia no Maranhão, utilizando os jornais como fonte de análise. Além de sustentar a ideia do estado maranhense tão presente quanto os estados do centro-sul nas conjunturas políticas. Nesse sentido, relacionar as particularidades que o Maranhão tem diante as práticas e planos políticos frente as relações estadistas presentes no Brasil. E, por fim, sustentar a perspectiva da incansável corrida dos jornais *O Imparcial* e *O Dia* na apresentação do desempenho governamental de José Sarney, não somente durante a regência do seu governo, mas posterior a ele; porém esta pesquisa se deterá somente ao governo estadual.

## **Capítulo 1. ESTADO e IMPRENSA: análise e fundamentação teórica**

As análises de Estado e Imprensa nas diversas concepções teóricas destacam a importância de se entender as instâncias que esses órgãos representam na dinâmica da sociedade em diversos setores, entendendo que essa associação elenca fatores imprescindíveis para a análise teórica e conceitual. Tendo em vista a perspectiva da História do Tempo Presente, compreender a configuração dos poderes e ações do Estado e da Imprensa será o primeiro passo para objetivar o desenvolvimento desses organismos importantes na História e no seio da Sociedade, mas também a contemplação das nuances de desenvolvimento que irão destacar e formalizar ao longo das disputas políticas e econômicas.

O presente capítulo conterà duas frentes de apresentações e discussões; no primeiro tópico a ênfase estará em denotar os principais conceitos de Estado e as algumas vertentes, tendo como foco o modelo estrutural que sustenta a base da sociedade como ópio ativo nas disputas de poder. Já no segundo, o foco estará na análise da imprensa como um dos dispositivos de entendimento do objeto de estudo em questão, além da inter-relação entre Estado e imprensa, utilizando teóricos que se debruçam no entendimento desse setor, sobretudo, o teórico italiano Antonio Gramsci.

### **1.1 Estado e modelo estrutural em foco**

Pensar o Estado é destacar as diversas facetas que esse órgão pode apresentar e demonstrar, ações que contemplem as análises acerca da dinâmica estrutural que possa desenvolver, ou seja, a predisposição em ser um mecanismo ativo e coeso em diversificar o posicionamento frente as características que este realize. Desse modo, é de fundamental importância o entendimento da funcionalidade desse organismo, suas formas e a aplicação organizacional nos setores dentro da política, como nos setores da sociedade.

Então, um dos primeiros autores que será apresentado nesta discussão é Norberto Bobbio na obra *Estado, Governo e Sociedade* (1987) que analisa o estudo do Estado na vertente histórico-política, significando que as diversas perspectivas acerca das ações do Estado exerce domínios dimensionados em relação à diversos fatores presentes na sociedade na qual representa os sentidos de dominância e organização, ou seja, a instituição do Estado como organismo de associação representa uma importante ferramenta para o entendimento da sociedade como todo, mas para que chegue nesse aspecto é necessário debruçar-se no estudo aprofundado. Com isso, Bobbio sinaliza,

As duas fontes principais para o estudo do Estado são a história das instituições políticas e a história das doutrinas políticas. Que a história das instituições possa ser extraída da história das doutrinas não quer dizer que as duas histórias devam ser confundidas. Para dar logo um exemplo: uma coisa é a história dos parlamentos na Europa, outra coisa a história dos escritores parlamentaristas. [...] Hobbes foi identificado com o Estado absoluto, Locke com monarquia parlamentar, Montesquieu com o Estado limitado, Rosseau com a democracia, Hegel com a monarquia constitucional e assim por diante (BOBBIO, 1987, p.53-54).

Dessa forma, as diversas relações que o próprio Estado estabelece as modificam ao longo da história da humanidade. Na História Moderna, o questionamento muito se deu no que diz respeito a qual tipo de governo seria estabelecido nas diversas correntes conceituais dos autores, sobretudo contratualistas<sup>1</sup>; na contemporaneidade<sup>2</sup>, o tipo de Estado que deve reger toda uma conjuntura governamental em relacionar o político e o social, ou seja, as vinculações entre ações políticas em consonância à sociedade.

A importância que o Estado exerce no seio da sociedade é na organização nas conjunturas que irá contemplar. O Estado se renova e reinventa aos moldes das dinâmicas na qual está inserido, quer dizer, a sociedade e, juntamente, com as práticas do Estado Restrito acabam por ser um fator de extrema relevância nos mecanismos de ações e configurações. Os autores que se preocupam com o estudo dessa temática, destacam que a ciência política é um ponto significativo no entendimento do ponto de vista histórico, político, sociológico e filosófico; uma inter-relação das áreas para a contemplação dos estudos.

Além da distinção dos dois campos denominados convencionalmente de “filosofia” e “ciência” da política, o tema do Estado pode ser abordado de diferentes pontos de vista. Com a *Doutrina geral do Estado* (1910), de Georg Jellinek, entrou por muito tempo em uso nas teorias do Estado a distinção entre doutrina sociológica e doutrina jurídica do Estado. Esta distinção tornara-se necessária em seguida à tecnicização do direito público e à consideração do Estado como pessoa jurídica, que dela derivava (BOBBIO, 1987, p.56).

---

<sup>1</sup>No *Dicionário de Política* (2009), “Em sentido amplo o Contratualismo compreende todas aquelas teorias políticas que veem a origem da sociedade e o fundamento do poder político (chamado, quando em quando, *protestas, imperium*, Governo, soberania, Estado) num contrato, isto é, num acordo tácito ou expresso entre a maioria dos indivíduos, acordo que assinalaria o fim do estado natural e o início do estado social e político. Num sentido mais restrito, por tal termo se entende uma escola que floresceu na Europa entre os começos do século XVII e os fins do século XVIII e teve seus expoentes em J. Althusius (1557-1638), T. Hobbes (1588-1679), B. Spinoza (1632-1677), S. Pufendorf (1632-1694), J. Locke (1632-1704), J.J. Rosseau (1712-1778), I. Kant (1724-1804). Por escola entendemos aqui não uma comum orientação política, mas o comum uso de uma mesma sintaxe ou de uma mesma estrutura conceitual para racionalizar a força e alicerçar o poder no consenso” (BOBBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 2009, p. 274).

<sup>2</sup>Neste aspecto, os conceitos de Estado, Sociedade e Capitalismo serão direcionados ao período da História Contemporânea, haja vista da necessidade de analisar as disputas políticas e econômicas nos diversos setores das instâncias presentes no Estado contemporâneo, sobretudo, no Brasil.

Um dos principais pontos significativos nos processos organizacionais do Estado é o caso da vinculação entre o Estado e Sociedade como dois membros de extrema importância nas perspectivas de consonância nos intermeios das diversas discussões teóricas, ou seja, esses dois organismos são de grande relevância, no sentido de reflexão e configuração para pensar as nuances que irão apresentar. Isso significa dizer que o pensamento de regência política é um dos principais aspectos para o entendimento dessas duas frentes, ou seja, a “reflexão sobre o problema do Estado foi a relação entre Estado e sociedade” (BOBBIO, 1987, p.60).

A sociedade como organismo ativo nas diversas frentes de atuação dos projetos pensados na própria corporação de ações exercidas pela mesma, porém como relacionar indicativos entre o Estado e Sociedade no exercício do poder e elaboração de dinâmicas de diferentes setores presentes em ambas?

Para responder tal questionamento, autores vinculados a matriz marxista<sup>3</sup> nos estudos em pensar essas conexões vão discutir que as relações que essas duas instâncias exercem são: interesses políticos e econômicos, projeções de projetos para atuar no seio da Sociedade e Estado, contemplação organizacional e etc. Um dos primeiros autores na discussão desse trabalho é Octavio Ianni na obra *Capitalismo, violência e terrorismo* (2004) irá pensar as dinâmicas presentes na sociedade por meio do capitalismo, sendo relacionado à questão da globalização como forma de expansão do capital, demonstrando que as ações do Estado favorecem toda uma conjuntura na realização de diversos interesses, além de ocasionar lutas de classes e revoluções burguesas e de classes proletárias.

Esse é o mundo com o qual se forma o novo ciclo de expansão do capitalismo, constituindo o globalismo, o novo palco da história, no qual se confrontam o neoliberalismo, o nazi-fascismo e o neo-socialismo. A mesma fábrica global, ou máquina do mundo, com a qual se forma a sociedade civil mundial, compreendendo estruturas mundiais de poder e configurando a globalização pelo alto, essa mesma fábrica global conforma-se como o novo palco da história, palco de outras e novas guerras e revoluções (IANNI, 2004, p.17).

---

<sup>3</sup>No *Dicionário de Política* (2009) entende-se por Marxismo, “o conjunto de ideias, dos conceitos, das teses, das teorias, das propostas de metodologia científica e de estratégia política e, em geral, a concepção do mundo, da vida social e política, consideradas como um corpo homogêneo de proposições até constituir uma verdadeira e autêntica “doutrina”, que se podem deduzir das obras de Karl Marx e de Friedrich Engels. A tendência, muitas vezes manifestada, de distinguir o pensamento de Marx do de Engels surge dentro do Marxismo, ou seja, ela própria se constitui numa forma de Marxismo. Identificam-se diversas formas de Marxismo, quer com base nas diferentes interpretações do pensamento dos dois fundadores quer com base nos juízos de valor com que se pretende distinguir o Marxismo que se aceita do Marxismo que se rejeita: por exemplo, o Marxismo da Segunda e da Terceira Internacional, o Marxismo revisionista e ortodoxo, vulgar, duro, dogmático, etc.” (BOBBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 2009, p. 738).

O Capitalismo como forma global de interação nos setores da economia, mas também da política sendo importante para o entendimento da configuração mundial acerca dos projetos que são pensados para contemplação de interesses da classe burguesa, ou seja, as disparidades de pensar as conjunturas e relacionar as facetas das relações de produção, conseqüentemente, a efetivação da força de trabalho e monopólio do capital, para Ianni, é a problemática direta com a violência e terrorismo (IANNI, 2004, p.21). Elencando esses fatores, as inclinações e poderes do Estado irão ser também um ponto de partida para a efetivação dos projetos pensados no seio da Sociedade, juntamente com o capitalismo, por isso a necessidade da análise do Estado capitalista.

Além disso, essa problemática muito se associa à ideia da modernização dos setores pelo qual se pretende utilizar nas relações de poder, quer dizer, quanto mais moderno for um determinado ciclo produtivo, mais avançadas serão as predisposições do Estado, além de relacionar subsídios diretos com a classe burguesa<sup>4</sup> nos investimentos dos diversos setores na sociedade em consonância com o Estado, proporcionando vinculações produtivas para a modernização, mas principalmente em prol de interesses em diversas instâncias.

Está em curso o desenvolvimento de um novo ciclo de profundas transformações sociais, compreendendo as “forças produtivas”, isto é, o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado, o planejamento e o monopólio da violência; e as “relações de produção”, isto é, as instituições jurídico-políticas e econômico-financeiras, os poderes do Estado e das organizações multilaterais, o direito internacional, as instituições relativas à integração regional, a mídia também nacional e transnacional, as redes, teias e sistemas articulando indivíduos, coletividades, povos, nações, corporações e organizações. Tudo isso envolvendo classes sociais e grupos sociais, gêneros e etnias, línguas e religiões. Está em curso, portanto, um novo ciclo de desenvolvimento da *revolução burguesa em escala mundial* (IANNI, 2004, p.21, *grifos do autor*).

---

<sup>4</sup>No *Dicionário do Pensamento Marxista* (1988), “Em seus *Princípios do comunismo* (1847), Engels definiu burguesia como “a classe dos grandes capitalistas que, em todos os países desenvolvidos, detém, hoje em dia, quase que exclusivamente, a propriedade de todos os meios de consumo e das matérias-primas e instrumentos (máquinas, fábricas) necessários à sua produção”. E, em uma nota à edição inglesa de 1988 do *Manifesto Comunista*, como “a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios da produção social e empregadores do trabalho assalariado”. A burguesia, enquanto classe economicamente dominante nesse sentido, que também controla o aparelho de Estado e a produção cultural, opõe-se a, e está em conflito com, a CLASSE OPERÁRIA, mas, entre essas “duas grandes classes” da sociedade moderna, há “camadas intermediárias e de transição”, que Marx também chamou de CLASSE MÉDIA. Os estudos marxistas sobre a burguesia no último século concentraram-se em duas questões. A primeira delas diz respeito ao grau da divisão entre burguesia e classe operária (sua polarização) e à intensidade da LUTA CLASSES, particularmente em face de um contínuo crescimento numérico da classe média. Quanto a essa questão, estabeleceu-se uma oposição entre os que atribuem considerável importância política e social à nova classe média, bem como aos crescentes padrões de liberalização política e de nível de vida, e os que chamam a atenção para a “proletarização” da classe média e consideram ter havido poucas modificações no caráter das lutas políticas” (BOTTOMORE, 1988, p.70).

Dentro das discussões do Estado e do Capitalismo, a preocupação por parte dos marxistas é pensar como as correlações funcionam em torno da criticidade do capitalismo como fator desencadeador de projetos atuantes na sociedade, mas também no seio da economia política vigente em qualquer governo. A necessidade de analisar as formas de atuação dessas instâncias é de grande relevância na própria condução dos projetos, relacionando os questionamentos em torno do econômico e político, porém tendo em vista as questões essencialmente políticas e os interesses que estavam em torno da conjuntura elaborada. No entanto, não se devem excluir as perspectivas que elencam as relações sociais e as disposições de poder, ou seja, a dicotomia entre o proletário e a classe burguesa. Karl Marx e Friedrich Engels, na obra *Manifesto do Partido Comunista*<sup>5</sup> (2014) relacionaram a questão do capital em relação ao trabalho assalariado e a progressão da burguesia como classe dominante frente as forças produtivas,

A condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este repousa exclusivamente na concorrência entre os operários. O progresso da indústria, de que a burguesia é o agente passivo e involuntário, substitui o isolamento dos operários resultante da concorrência, por sua união revolucionária em associação. Com o desenvolvimento da grande indústria, a burguesia vê ruir sob seus pés a base sobre a qual produz e apropria-se dos produtos. A burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inelutáveis (MARX; ENGELS, 2014, p. 41).

---

<sup>5</sup>*Manifesto do Partido Comunista*: um dos mais significativos documentos programáticos do comunismo fundado em bases científicas, que contém uma exposição coerente das bases da grande doutrina de Marx e Engels. "Esta obra expõe, com uma clareza e um vigor geniais, a nova concepção do mundo, o materialismo consequente aplicado também ao domínio da vida social, a dialética como a doutrina mais vasta e mais profunda do desenvolvimento, a teoria da luta de classes e do papel revolucionário histórico universal do proletariado, criador de uma sociedade nova, a sociedade comunista." (Ver Obras Escolhidas de V. I. Lênine em três tomos, Edições "Avante!"-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1977, t. 1, p. 5.)O Manifesto do Partido Comunista armou o proletariado com a demonstração científica da inevitabilidade do derrube do capitalismo e da vitória da revolução proletária, definiu as tarefas e objectivos do movimento proletário revolucionário. O Manifesto do Partido Comunista foi elaborado por Marx e Engels como programa da Liga dos Comunistas por decisão do seu II Congresso realizado em Londres entre 29 de Novembro e 8 de Dezembro de 1847. Representava o triunfo dos defensores da nova linha proletária no quadro das discussões havidas no interior do movimento. No âmbito deste debate Engels havia elaborado já um projecto de Profissão de Fé Comunista (ver Grundsätze des Kommunismus, MEW, vol. 4, pp. 361-380; cf. Princípios Básicos do Comunismo, in OE, 1982, t. I, pp. 76-94) segundo a forma de "catecismo" ao tempo utilizada com frequência em documentos de diferentes organizações operárias e progressistas. No entanto, Marx e Engels rapidamente chegaram à conclusão de que a forma de "manifesto" seria a mais adequada à nova fase e aos objetivos da luta (ver Engels, carta a Marx de 23-24 de Novembro de 1847, MEW, vol. 27, p. 107). Ainda em Londres e depois em Bruxelas, Marx e Engels trabalharam juntos na redação do texto. Tendo Engels partido para Paris em finais de Dezembro, a versão definitiva foi elaborada por Marx fundamentalmente durante o mês de Janeiro de 1848 e remetida finalmente para Londres, onde viria a ser publicada pela primeira vez em fins de Fevereiro do mesmo ano. O manuscrito não chegou até nós. Apenas se dispõe de um esboço de plano para a seção III e de uma página do rascunho (ver a presente edição, pp. 77-79). A presente edição inclui, para além do próprio Manifesto os prefácios às edições de 1872, 1882, 1883, 1888, 1890, 1892 e 1893. Disponível em:<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/notas.htm>>. Acessado em 25 de Julho de 2017.

Com isso posto, Marx em *Contribuição à crítica da Economia Política*<sup>6</sup> (2008) analisa a economia política como forma “teórica da moderna sociedade burguesa” (MARX, 2008, p. 275), tendo em vista os encadeamentos das forças de poder e contemplação do Estado capitalista nas diversas associações dos projetos elaborados e postos em prática na sociedade. Para Marx, a economia política dentro do Estado é ordenada para organização e efetivação da seguinte forma: a) capital; b) propriedade; c) trabalho assalariado; d) Estado; e) comércio exterior e f) mercado mundial (MARX, 2008, p. 47), ou seja, a caracterização desses pontos é coordenar a realização do programa e, assim, destacar a efetividade das condições econômicas, mas também nos setores da política e, sobretudo, na sociedade.

Outro autor de grande relevância para o pensamento político acerca do Estado, é Antonio Gramsci<sup>7</sup> que se debruça em pensar o Estado e atuação dos Intelectuais, na caracterização da função política exercida na sociedade. Assim como Marx, Gramsci analisa a conjuntura política no viés das superestruturas<sup>8</sup>, porém ao mesmo tempo conservando a base estrutural da teoria de Marx, supera-o trazendo novos aparatos e enriquecendo-os com novas concepções. Não se pode deixar de lado o período que ambos os autores estão inseridos historicamente, assim, Gramsci não descaracteriza o pensamento que Marx desenvolveu.

Gramsci atentará na elaboração de conceitos como: Estado Ampliado, Sociedade Civil, Sociedade Política, Aparelhos Privados de Hegemonia, Intelectuais e Partido. Assim, as primeiras formulações do conceito gramsciano se denotam na superação em observar

---

<sup>6</sup>Obra escrita originalmente em 1857.

<sup>7</sup>“Natural da empobrecida ilha da Sardenha, filho de pais da camada mais humilde da classe média provinciana, Antonio Gramsci, obteve, em 1911, uma bolsa de estudos para a Universidade de Turim. Em seus estudos universitários, foi influenciado pela obra do filósofo idealista Benedetto Croce. Impressionado pelo movimento da classe trabalhadora de Turim, ingressou no Partido Socialista Italiano (PSI) em 1913 e começou a escrever para jornais socialistas. Gramsci saudou a Revolução de Outubro como grande evento histórico, que, entre outras coisas, invalidava qualquer leitura de *O Capital* de Marx que pudesse sugerir que revolução tinha aguardar o pleno desenvolvimento das forças capitalistas de produção, e constituía um exemplo de transformação social efetuada pela massa da sociedade e não por uma ELITE. Gramsci escreveu que os conselhos contribuíam para a união da classe trabalhadora e permitiam aos trabalhadores entender seu lugar no sistema produtivo e social, bem como desenvolver as faculdades necessárias à criação de uma nova sociedade e de um novo tipo de ESTADO em um período em que a burguesia não podia assegurar o desenvolvimento das forças produtivas. O único meio de destruir a velha sociedade e sustentar o poder da classe trabalhadora era começar por construir uma nova ordem. Desse modo, as raízes do conceito HEGEMONIA de Gramsci podem ser encontradas nesse período. Em janeiro de 1921, Gramsci ajudou a fundar o Partido Comunista Italiano (PCI). Trabalhando em vários cadernos diferentes temas ao mesmo tempo, sujeito à censura da prisão às possibilidades incertas de acesso a fonte de informação, Gramsci encheu 34 cadernos de anotações. Uma simples nota teórica combina, muitas vezes, vários conceitos e se enquadra em debates ou referência histórica específica; além disso, existem diversas versões de muitas dessas anotações. Desse modo, não é possível qualquer descrição cronológica ou linear das ideias de Gramsci expostas nos *Quaderni del Cárcere*” (BOTTOMORE, 1988, p.266-267).

<sup>8</sup>Quando se trata de superestruturas na perspectiva marxista, destaca-se: Esfera Estrutural: Base Econômica; Esfera Superestrutural: Sociedade Política, Estado, Sociedade Civil.

especificidade e novidade da teoria política em Gramsci, diante disso Carlos Nelson Coutinho (1989) destaca,

Às primeiras formulações do conceito gramsciano de hegemonia (enquanto concretização e enriquecimento das formulações de Lenin), observamos que faltava ainda um elemento essencial na determinação da especificidade e da novidade da teoria política de Gramsci: o conceito de “sociedade civil” como: portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito (COUTINHO, 1989, p.73).

Então, Gramsci analisa o Estado no seu sentido ampliado, ou seja, o equilíbrio das instâncias competentes da Sociedade Política e Sociedade Civil, ou seja, através da coerção e consenso. O entendimento da Sociedade Política é a competência coercitiva, quer dizer, o Estado no seu sentido Restrito ou “Estado-Coerção”, formação de conjuntos de mecanismos das classes dominantes com o alcance do monopólio legal, tendo como controle as burocracias estatais (COUTINHO, 1988, p.76). Já a Sociedade Civil, que será o principal objeto de análise de Gramsci nas diversas relações de poder, corresponde e é formada pelo “conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias” (COUTINHO, 1988, p. 76), dentro está presente os Aparelhos Privados de Hegemonia, os Intelectuais Orgânicos<sup>9</sup> e os Partidos.

É importante enfatizar sobre a atuação da classe dominante política, mas também econômica, pois será na Sociedade Civil que os embates dos interesses serão operacionados. Somente os aparelhos repressivos do Estado não serão suficientes para manter a hegemonia<sup>10</sup>, logo, a notoriedade dos Aparelhos Privados de Hegemonia<sup>11</sup> na condução dos projetos dar-se-

---

<sup>9</sup>Os Intelectuais Orgânicos podem ou não colaborar na elaboração do projeto que poder vir a ser hegemônico, no entanto seu principal objetivo é a nacionalização do projeto.

“Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz” (GRAMSCI, 2001, p. 16).

<sup>10</sup>Para Gramsci, “O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromissos, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, que se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2016, p. 49).

<sup>11</sup>Entidades que estão voltadas a disseminar ideias com obtenção da hegemonia, ou seja, responsáveis pelo consenso em torno de um projeto que pode vir ser hegemônico.

“O que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia”: e não se criam apenas novos “aparelhos hegemônico” gerados pela luta das massas (como os sindicatos, os partidos, os jornais de opinião, etc.); também os velhos “aparelhos ideológicos de Estado”, herdados pelo capitalismo, tornam-se algo “privado”, passando a fazer parte da sociedade civil em seu sentido moderno” (COUTINHO, 1988, p.80).



á no seio da sociedade. Além disso, não se pode deixar de lado a atuação dos Intelectuais nas diversas frentes dos projetos, sendo um foco significativo. Para Gramsci,

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc (GRAMSCI, 2001, p.15).

Dessa forma, as relações de combates hegemônicos em prol de interesses da classe dominante na busca da legitimidade de poder vão ser de extrema relevância nas disputas do Estado nos diversos setores em que forças de dominação são importantes no exercício de poder, mas também na hierarquização de poder entre os Estados (GRAMSCI, 2016, p. 55).

Nicos Poulantzas (2015), influenciado por Louis Althusser e Antonio Gramsci, desenvolve sua concepção teórica de Estado-Relação, ou seja, o Estado estruturado a partir da *condensação de lutas*, lutas entre as classes dominantes e as classes dominadas, podendo ser caracterizado como uma *fissura do bloco no poder*, quer dizer, com as intensas disputas em prol da soberania o caso da fissura será a quebra das ações do bloco que esteja no poderio vigente. Além disso, o Estado, para Poulantzas, é um aparelho especial para pensar as dissensões da classe no poder, ou seja, “às relações (tal e qual) de dominação política” (POULANTZAS, 2015, p. 11).

Essas disputas de dominação que ocorrem no seio do Estado são estabelecidas dentro da dinâmica da esfera do Estado Ampliado, discutido por Gramsci, porém Poulantzas chama de *Ossatura Material do Estado*,

O Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade (POULANTZAS, 2015, p. 12).

No entanto, o Estado possui, na concepção do autor, duas frentes: *Estado Coisa*<sup>12</sup>e *Estado Sujeito*<sup>13</sup>, duas análises polarizadas do Estado. Além disso, a configuração acerca desses

<sup>12</sup>A velha concepção instrumentalista do Estado (POULANTZAS, 2015, p. 131).

<sup>13</sup>A autonomia do Estado, considerada aqui como absoluta (Idem).

conceitos são que o Estado Coisa está ligado a concepção das classes dominantes, já o Estado Sujeito as classes sociais. Assim, discute que na base material do Estado e em suas formas organizacionais ocorrem as disputas de classes, tanto dominante quanto dominada. Pensar o Estado é destacar o estabelecimento dentro das instâncias do poderio da política e nos diversos favorecimentos do bloco no poder.

*O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado (o Estado-Relação). Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, no seio do Estado, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. Isso significa que uma instituição, o Estado, destinado a reproduzir as divisões de classe, não é, não pode ser jamais, como nas concepções do Estado-Coisa ou Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições, mas é ele mesmo dividido (POULANTZAS, 2015, p. 134-135, grifos do autor).*

Diante todo o exposto acerca das diversas concepções de teóricos sobre a estrutura e modelo do Estado é de grande valia a aplicação nas instâncias problematizadas e, conseqüentemente, analisar a fonte e o objeto aqui estudados. Cabe ressaltar que o trabalho apresentado está inserido na concepção teórica de Antonio Gramsci, mas não deixando de lado os outros autores que ajudam a pensar o estudo de maneira condizente. Contudo, o próximo tópico será tratado sobre a fonte em questão – Imprensa – e como a atuação desse organismo é de extrema relevância na problematização do objeto, buscando mecanismo em relacionar Estado e Imprensa.

## **1.2 Imprensa e Estado: sustentação teórica gramsciana**

A imprensa como um estudo no campo da História é de grande valia nos aspectos de pesquisa e análise nas diversas temáticas que são proporcionadas ao historiador. Todavia, a pesquisa utilizando os impressos como fonte histórica traz um outro direcionamento para pensar as diversas nuances da sociedade de quem se fala e para quem é direcionada. Nesse sentido, os estudos que hoje são realizados por meio desta fonte são de extrema pertinência, haja vista a possibilidade de analisar sob outra óptica as perspectivas da Sociedade Política em consonância à Sociedade Civil, ou seja, a interatividade que ambas apresentam em prol da hegemonia de um projeto a que vem se tornar hegemônico. Desse modo, René Zicman, no artigo intitulado *História através da imprensa: algumas considerações metodológicas* (1985) apresenta:

A História da Imprensa ainda “engatinha”. Principalmente nos últimos dez anos vimos aparecer uma série de trabalhos que utilizam o jornal como fonte documental da história, a maioria inserindo-se na categoria de monografia acadêmicas e teses acadêmicas. De fato, a Imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc. Seu estudo é enriquecedor sobretudo quanto se tem interesse pela História Social, História das Mentalidades e História das Ideologias (ZIGMAN, 1985, p.89).

A imprensa como fonte histórica é de magnitude significativa, pois o leque de possibilidades em pensar o objeto de estudo contempla as facetas para a problematização dos acontecimentos históricos sob a óptica dos impressos. Além disso, é interessante observar quais interesses em torno de cada notícia, figura pública e o próprio setor da política, apresentado em cada informação presente nas páginas do impresso – jornal – destacando as ideologias explícitas ou não no andamento da categorização do acontecimento vigente, ou seja, a disposição em destacar a posição acerca do assunto, de certa forma, já era transparecida de acordo com a posição política e o favorecimento daqueles que estão no poder. Nesse aspecto, a manifestação de diversas informações já apresentava o direcionamento em que o jornal é conduzido, por isso a importância da análise metodológica minuciosa de tal documento e a importância em se valer na perspectiva histórica.

Na prática historiográfica, o modelo teórico e metodológico a ser adotado é de grande relevância no desempenho de entendimento do objeto de estudo. Nesse sentido, utilizar mecanismos que corroboram para uma análise mais aprofundada é esquematizar uma pesquisa mais consistente e elaborada. Por isso, a importância significativa dos precedentes e uma crítica sólida. Cabe ressaltar, que a partir da apreciação da Escola dos *Annales* na década de 1930, em que os estudos da imprensa despertam para outro patamar, ou seja, começam a ter espaço que outrora era apenas ocupado pelos documentos oficiais presentes nos Arquivos.

A crítica a essa concepção, realizada já na década de 1930 pela chamada Escola dos *Annales*, não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo. Percorrer o caminho que vai da desconsideração à centralidade dos periódicos na produção do saber histórico implica acompanhar, ainda que de forma bastante sucinta, a renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos da disciplina (DE LUCA, 2006, p.112).

No que tange aos estudos da imprensa, sobretudo, dos jornais é a relação intrínseca que esses dispositivos têm com o grande capital e a política, para Maria Helena Capelato em *A imprensa na História do Brasil* (1988), “a grande imprensa” como aparato na composição de

interesses, quer dizer, a configuração do papel em que desempenha na homologação dos aspectos que levam à concretização dos interesses envolvidos.

Na grande imprensa, onde mesclam interesses políticos e de lucro, os recursos para a sedução do público são indispensáveis. A concorrência de mercado obriga cada jornal a enfrentar os adversários com as armas mais apropriadas à clientela que pretende atingir. O periódico que se destina a um público de elite caracteriza-se, geralmente, pela apresentação sóbria, como é o caso de *O Estado S. Paulo* e *Jornal do Brasil*. Os que se dirigem a outras faixas de mercado apelam, em maior ou menor grau, para ilustrações, títulos espetaculares, crime, sexo, humor, esporte, folhetins, etc (CAPELATO, 1988, p. 15).

Segundo Capelato (1988), o envolvimento da imprensa como forma de expressão nas inclinações de um determinado grupo relaciona diretamente com as disposições nas diversas frentes da sociedade, explanando os interesses na qual querem alcançar. A disposição em apresentar ao público-alvo as perspectivas que seduzam o leitor, mas também destacam as diversas relações de poder, ou seja, a questão do jornalismo ao mesmo tempo que apresenta uma determinada informação, mas também sendo atuante como sedutor na predisposição no modo de expressar tal fato, demonstrando interesses do capital por trás das notícias expostas.

É preciso considerar, contudo, que a empresa jornalística coloca no mercado um produto muito específico: a mercadoria política. Nesse tipo de negócio há dois aspectos a se levar em conta – o público e o privado (o público relaciona-se ao aspecto político; o privado, ao empresarial). A informação é um direito público mas o jornalismo é, geralmente, uma atividade exercida no setor privado. Os empresário-jornalistas atuam na esfera privada, orientados pela lógica do lucro. Enfrentam os concorrentes com todas as armas de que dispõem: notícias, opiniões e atrativos diversos para atender a todos os gostos. No entanto, a imprensa tem outra face: é veiculadora de informações, direito público, e nesse papel norteia-se pelo princípio de publicidade, colocando-se como intermediária entre os cidadãos e o governo. Ocorre então que, neste mundo desigual a informação, direito de todos, transforma-se numa arma de poder manipuladora pelos poderosos – o segredo é a sua outra face (CAPELATO, 1988, p.18).

A importância que a imprensa tem no andamento do formato organizacional na sociedade determina as relações preestabelecidas entre os setores empresariais, políticos e capitalistas. “Nessa instituição onde se mesclam o público e o privado, os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal” (CAPELATO, 1988, p.18), ou seja, a interatividade que esses setores atuam na movimentação do jornal é organização da vontade coletiva<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup>Para Gramsci, relaciona-se a necessidade de elevação da coincidência e práxis transformadora, ou seja, desenvolvimento de condições objetivas, ligado a elaboração de projeto político capaz de incidir acerca de uma

Além disso, a imprensa como formadora da vontade coletiva e sendo um organismo atuante na formação de consenso<sup>15</sup> em torno de uma fração de classe, destaca a significância que esse mecanismo apresenta. Antonio Gramsci, no *Caderno 24* – analisa a imprensa, jornalismo, na condução e expressão da atuação civil nos setores do Estado e Sociedade –; presente na obra *Cadernos do Cárcere vol. 2* (2001) expressa a importância que a imprensa vai exercer na sociedade, dando ênfase à instrumentalização do jornalismo como organismo fundamental nas relações intelectuais e de poder.

O jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área. Se examinam todas as formas existentes de jornalismo e de atividades publicístico-editorial em geral, vê-se que cada uma delas pressupõe outras forças a integrar ou às quais coordenar-se “mecanicamente”. Para desenvolver criticamente o assunto e estudar todos os seus lados, parece mais oportuno (para os fins metodológicos e didáticos) pressupor uma outra situação: que exista, como ponto de partida, um agrupamento cultural (em sentido lato) mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral; e que se pretenda tomar tal agrupamento como base para construir um edifício cultural completo, autárquico, começando precisamente pela... língua, isto é, pelo meio de expressão e de contato recíproco (GRAMSCI, 2001, p.197).

Diante disso, outro paradigma pertinente a se relacionar é a questão metodológica, como Gramsci sinaliza, o “oportuno para fins metodológicos e didáticos” (GRAMSCI, 2001, p.197) é essencial para o próprio andamento na análise mais profunda e da criticidade mais contundente. No aspecto da práxis histórica, a metodologia se predispõe em situar a qual corrente deve ser propício para a investigação documental, análise e percepção do pesquisador frente a documentação que pretende investigar. A metodologia está diretamente relacionada com a teoria e, conseqüentemente, a práxis, ou seja, a maneira como se vê o objeto de estudo na fonte e como se caracteriza e é repassado para o público – destinatário – não deixando de lado o período e as prerrogativas que levaram a tal perspectiva. No entanto, a necessidade de uma percepção atenta destaca a análise nas disputas de poder, mesmo que esteja presente nas entrelinhas, sem deixar de lado o comportamento das classes dominantes na atuação dos

---

realidade. “Um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.” (GRAMSCI, 2016, p.16).

<sup>15</sup> Na concepção gramsciana, está relacionado à “direção intelectual e moral”. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=637>>. Acessado em 23/07/2017.

projetos elaborados e postos em prática, por isso, a importância da relação direta entre teoria e metodologia.

Diante disso, um elemento norteador nessa discussão é a vinculação direta da imprensa e grupos políticos – mais especificamente – com o capital e as ações do Estado, demonstrando as relações intrínsecas desses órgãos na configuração dos interesses nas diversas instâncias da sociedade sendo notório, pois:

As renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder. Os questionamentos desse campo, imbricados com os aportes da História cultural, renderam frutos significativos (DE LUCA, 2006, p. 128).

Além da associação com diversas instâncias do Estado, os impressos têm uma atuação na propagação de informações, mas tendo como objetivo a disseminação de um determinado interesse em prol da implementação hegemônica de projeto pensado para a execução na sociedade. Trazendo numa concepção teórica adotada no presente trabalho, pode-se relacionar o impresso, no caso o jornal, como um Aparelho Privado de Hegemonia, na dissensão da vontade coletiva em torno do projeto que irá se tornar hegemônico.

Após a exposição da relação da imprensa com a teoria, é necessário apresentar os impressos que irão ser a fonte de pesquisa do presente trabalho; os jornais de maior circulação no Maranhão, sobretudo, na capital São Luís, *O Imparcial* e *O Dia*. Porém, é de grande valia salientar a atuação dos jornais no Maranhão<sup>16</sup>. No entanto, é necessário apresentar o histórico das fontes aqui estudadas. O primeiro deles será o Jornal *O Dia*.

O jornal *O Dia* foi fundado em 1º de maio de 1959<sup>17</sup> pelo empresário e político Alberto Aboud<sup>18</sup>. O jornal posteriormente será comprado por José Sarney em parceria com o

---

<sup>16</sup>Os jornais começaram a terem espaço no Maranhão treze anos após a chegada da Corte Real portuguesa ao Brasil, quer dizer, a dimensão que era necessário propagar as notícias que ocorriam na cidade, tendo como objetivo o alcance máximo de pessoas possíveis. “A fundação dos primeiros periódicos maranhenses ocorreu 13 anos depois da chegada da Família Real no Brasil e a consequente autorização portuguesa para impressão de textos gráficos na Colônia, a partir de 1808. Tal fato foi crucial para delimitar os percursos da tipografia autorizada no país.” (PINTO, 2007, p. 79).

<sup>17</sup>A data escolhida para a fundação e comemoração do Jornal é em virtude do dia do trabalhador.

<sup>18</sup> Alberto Wadih Chames Aboud nasceu em São Luís, no dia 15 de junho de 1922, filho de Wadih Aboud e de Malvina Aboud. Industrial, ingressou na política filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo eleito deputado estadual no pleito de outubro de 1958. Transferindo-se para o Partido Social Democrático (PSD), em outubro de 1962 conquistou uma cadeira de deputado federal. Após a vitória do movimento civil-militar de 31 de março de 1964, com a extinção dos partidos políticos determinada pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a consequente instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime. Candidato à reeleição em novembro de 1966, obteve a primeira suplência, assumindo a vaga do deputado Afonso da Silva Matos entre junho de 1967 e maio de 1968, e a partir de março de 1969, quando foi efetivado em virtude da renúncia do titular. Sem concorrer às eleições de novembro de 1970, deixou a Câmara ao término da legislatura, em janeiro do ano seguinte. Voltou a disputar um cargo eletivo no pleito de novembro

poeta Bandeira Tribuzzi mudando o nome para *O Estado do Maranhão* no ano de 1973. O jornal tinha como parceria nas edições a empresa Jaguar<sup>19</sup> Ltda. no comando de Walbert Pinheiro. O foco principal do impresso era apresentar as crises e disputas políticas presentes no governo do Estado, percebe-se na leitura dos exemplares que a dinâmica das notícias estava em torno do Maranhão, mesmo que houvesse citações no âmbito nacional e internacional, mas a preocupação maior era a de externar o enredo político maranhense.

Além disso, o ponto principal localizava-se no papel que a elite maranhense, presente na capital São Luís, comportava-se no desempenho das ações políticas. O motivo da concentração na capital se dava na dificuldade de circulação do impresso na década de 1960, sendo levado ao interior do estado, posteriormente, ao governo do estado maranhense, pois as estradas ainda não eram propícias e isso dificultava a transmissão do jornal.

No entanto, apesar dessa problemática, o jornal estava muito engajado nas questões políticas em meados de 1964, período do Golpe de Estado, dando total apoio ao governo que então viria ao poder: dos militares. Não só nesse viés, mas na contribuição da candidatura de José Sarney em 1965, assim como o jornal *O Imparcial*. Nesse aspecto, *O Dia* exalta as ações dos governos que apoia e descaracteriza a oposição; para Capelato, é a vinculação da grande imprensa aos interesses políticos e ao lucro (grande capital) (CAPELATO, 1988, p. 15).

Desse modo, a análise acerca dos jornais maranhenses já sinaliza a qual grupo político estão vinculados, no caso do jornal *O Dia* são da classe dominante, como também *O Imparcial*, isso reflete os interesses no qual estão vinculados. Assim, Ramon Costa (2008) refuta:

Os jornais maranhenses nas décadas de 1960 e o início de 1970 tinham um caráter essencialmente político, não existia a preocupação de “cobrir” diversos fatos que poderiam interessar à sociedade. As poucas notícias nacionais e internacionais publicadas eram buscadas em programas de rádio ou em cabogramas. Assim, como relata Benedito Buzar, o jornalismo maranhense nessa época funcionava sob o tripé: política, política e esporte. Os jornais tinham apenas a incumbências de noticiar, ou mesmo defender, o que interessava aos donos, ao grupo político proprietário do jornal (COSTA, 2008, p. 5).

---

de 1974, candidatando-se à Assembleia Legislativa do Maranhão pela legenda da Arena, sem alcançar sucesso. Depois disso, não disputou mais qualquer cargo eletivo. Foi, ainda, prefeito de São José de Ribamar (MA). Faleceu em São Luís no dia 29 de julho de 1980. Além de ter sido deputado federal do Maranhão no período de 1963 a 1968 e 1969 a 1971. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-wadih-chames-aboud-n>>. Acessado em 30 de Julho de 2017.

<sup>19</sup>Nessa perspectiva, a associação dos jornais com empresas é na relação direta com interesses ligados ao capital, a economia e a política. Observa-se, numa concepção gramsciana, as dinâmicas do Estado Restrito e a Sociedade Civil, na figura dos Aparelhos Privados de Hegemonia, deixando bem claro os interesses dos projetos hegemônicos postos em prática, mas a atuação dos Intelectuais Orgânicos se torna algo pertinente e de grande importância.

Já o jornal *O Imparcial*, como dito anteriormente, estava vinculado à classe dominante e exerceu e exerce um papel importante nas tramas políticas no seio do Estado. Foi fundado em 1º de maio de 1926, pelo jornalista João Pires Ferreira<sup>20</sup>, com um perfil sóbrio e moderno para época (PINTO, 2007, p. 82), ou seja, longe das “influências” das famílias detentoras de empresas e com apoio político, por isso, o nome “imparcial”, uma imprensa que apresentaria as notícias com imparcialidade, porém bem contrário ao título. A equipe do jornal era composta por intelectuais maranhenses nas diversas áreas de conhecimento, compondo os setores: acontecimentos cotidianos na capital e no interior, sobre a política, cultura, matérias policiais e etc., objetivando ao alcance de uma quantidade significativa de leitores.

Em outubro de 1944, J. Pires vende o jornal para o maior conglomerado no ramo da comunicação do Brasil, *Os Diários Associados*<sup>21</sup>, pertencente ao magnata Assis Chateaubriand<sup>22</sup>. Com a mudança do jornal, a estruturação do mesmo acabou por ser modificada e sendo organizada de acordo com a importância nas notícias: internacional, nacional, regional e local. Nesse mecanismo, a cúpula jornalística teve que se adequar ao novo estilo de fazer jornalismo, dando ênfase à nova dinâmica adotada.

É interessante observar que o jornal *O Imparcial* teve um papel significativo nas disputas políticas presentes no Maranhão, o exemplo claro é o apoio incondicional à campanha eleitoral em 1965 de José Sarney, sendo transparente sua posição política, assim como o apoio forte ao Golpe e Ditadura Empresarial-Militar. Diante disso, observa-se a importância que a grande imprensa vai exercer ao longo dos embates políticos, econômicos e sociais e, conseqüentemente, o público a que quer alcançar. No conceito teórico adotado nesse trabalho, matriz gramsciana, os jornais são classificados como Aparelhos Privados de Hegemonia e, sendo organismos importantes na difusão de ideologias, além do apoio à classe dominante no

---

<sup>20</sup>Era um comerciante do ramo de importação e exportação, jornalista e político.

<sup>21</sup>Conglomerado de empresas de mídia fundado em 1924 por Assis Chateaubriand, reunindo 31 jornais diários, 5 estações de rádio e 9 estações de televisão.

<sup>22</sup>Jornalista, Reverendo 1930 e 1932, Senador pela Paraíba (1952-1955), Senador pelo Maranhão (1955-1957) e Embaixador Brasileiro na Inglaterra (1957-1960). Em 1924, com a ajuda de Alfredo Pujol e Alexandre Mackenzie, comprou no Rio de Janeiro o matutino *O Jornal*, de propriedade de Renato Lopes e cuja situação financeira era precária. Seis meses mais tarde adquiriu seu segundo jornal, o *Diário da Noite*, em São Paulo. Com base nesses dois órgãos, iniciou a estruturação de uma grande empresa jornalística, que mais tarde viria a ser conhecida como *Diários Associados*. Assim, em 1927, fundou a revista *O Cruzeiro*, semanário que, segundo o próprio Chateaubriand, teria contado em seu lançamento com o auxílio de Getúlio Vargas, então ministro da Fazenda, o qual teria obtido a metade do capital necessário. Nesse mesmo ano, coerente com sua postura de defesa do capital estrangeiro, fez campanha a favor da entrada da companhia Ford na Amazônia para cultivar borracha em larga escala, “como um princípio de redenção econômica”, por estar plenamente convencido de que “sem braços, sem técnicas e sem capital de fora, nem em cem anos o Brasil conseguiria começar a assimilar a Amazônia”. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-assis-chateaubriand-bandeira-de-melo>>. Acessado em 30 de Julho de 2017.



poder, como é o caso desta análise – o período do governo estadual de José Sarney –. Diante disso,

No período do governo de José Sarney, os jornais O Imparcial e O Dia são os que mais se dedicam à análise das realizações e projetos governamentais. São temáticas recorrentes as ações políticas previstas pelos planos governamentais, na figura do “Maranhão Novo” e as articulações do “Milagre Maranhense”, representadas no desenvolvimentismo dos setores de infraestrutura, indústria e também na questão da apropriação de terras no interior do estado” (MENDES, 2016, p. 335).

Nas análises frente às relações de poder, Estado e imprensa são de suma importância nos estudos organizacionais presentes nos governos, ou seja, os mecanismos adotados elencam pontos que serão cruciais para as disputas de domínio e o público a quem querem atingir. Posteriormente, as discussões acerca do período da Ditadura Empresarial-Militar e o governo estadual de José Sarney estarão na centralidade e complexidade no presente trabalho e o acréscimo na historiografia maranhense.

## **Capítulo 2. DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR E GOVERNO SARNEY: conceitos e percepções**

Em função da ampla discussão acerca do golpe que destituiu o presidente João Goulart do governo é de suma importância apresentar caracterizações frente ao golpe, ocorrido em 1964, e o regime instaurado. No entanto, percebe-se a forte relação que esse acontecimento representou nas frentes da política, economia e sociedade, estabelecendo um paradigma autoritário, contraditório e repressor na história do Brasil. Este capítulo tem como objetivo a apresentação de algumas obras e debates a respeito, na visão dos autores, de como se deu o andamento da realização do golpe de 1964 e, posteriormente, o Regime; além de discutir a vertente aqui adotada neste trabalho: Empresarial-Militar, apontando fatores que levaram a tal perspectiva. O segundo tópico, terá como foco expor pontos do governo de José Sarney no Maranhão ao longo da Ditadura, destacando os principais aspectos da política adotada no governo, tendo como objetivo externar as facetas e singularidades que o Maranhão mostra ao longo da administração de José Sarney, apresentando o principal plano de governo: “Maranhão Novo”.

### **2.1 Debate teórico-conceitual do golpe Empresarial-Militar de 1964**

Faz-se necessária a leitura de obras, sem pretensão de esgotá-las e limitá-las, sobre o Golpe de Estado e Ditadura Empresarial-Militar Brasileiro, instaurado em 1964, e os principais debates que discutem tal temática. Assim, as diversas correntes historiográficas que discorrem acerca do período são interessantes para pensar as prerrogativas que levaram a tal acontecimento histórico, por isso, a necessidade de externar, na visão dos autores, a grande relevância em pensar o Golpe de 1964, utilizando correntes teóricas para a problematização e compreensão nas entrelinhas do que cada autor explana em sua análise. Posteriormente, será apresentado o posicionamento deste trabalho.

Uns dos primeiros autores que argumentam o assunto é o brasilianista<sup>23</sup> Thomas Skidmore. Em sua obra *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1988), Skidmore traça uma linha de todo o período militar, destacando as particularidades de forma descritiva, apontando diversos fatores que levaram ao acontecimento, ou seja, o então governo vigente de João Goulart não estava dentro dos parâmetros da ordem, do progresso e da democracia. Segundo o autor, a

---

<sup>23</sup> Autores e pesquisadores que se dedicam ao estudo do Brasil.

“Revolução” fora fundamental por dois objetivos, assim, o estabelecimento de uma ordem que teria duração de 21 anos, seria a explicação para a incorporação do golpe.

Os conspiradores militares e civis que depuseram João Goulart em março de 1964 tinham dois objetivos. O primeiro era “frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares”; o segundo era restabelecer a ordem de modo que se pudessem executar reformas legais (SKIDMORE, 1988, p.45).

Para Skidmore, a implantação desses dois momentos foi a engrenagem para o estabelecimento do golpe, acusando o então presidente João Goulart por “alianças comunistas” e o início de uma possível guerra civil na tomada de poder (SKIDMORE, 1988). Como já dito anteriormente, os civis tiveram sua participação durante a vigência do Regime, desde que fosse a favor do estabelecimento da “ordem da sociedade”, o que quebra a ideia do golpe sendo articulado somente pelos militares. Além do mais, outros autores posteriores serão citados salientando que a participação civil foi de inteira importância no percurso dos acontecimentos políticos e econômicos do país.

Durante toda a obra percebe-se a tentativa da busca pela “veracidade” nos fatos, ou seja, o autor não se preocupa em demonstrar seu posicionamento teórico em que está inserido para a explicação dos acontecimentos; simplesmente cita o ocorrido durante o período, podendo ser chamado de uma literatura descritiva.

Cabe ressaltar, que durante o período do Golpe e Ditadura estava em vigência no cenário internacional a Guerra Fria, embates políticos e ideológicos entre Estados Unidos (representante do capitalismo) e a União Soviética (representante do socialismo), dando vazão aos golpes de Estado ocorridos na América Latina apoiados pelas camadas capitalistas. No entanto, as lutas em “combate” ao comunismo foram efetivas no continente no momento em que ocorre a Revolução Cubana, demonstrando uma forte ameaça aos setores atuantes do capitalismo, ou seja, era necessário derrotar e eliminar o “inimigo do progresso”.

Não obstante, a forte atuação dos Estados Unidos nos golpes era a garantia da ação nos setores econômicos, porém a classe empresarial burguesa e latifundiária “abrem os braços”, pois não eram interessantes reformas governamentais em defesa da classe popular, sendo um dos pontos cruciais para a desestabilização do governo de Jango feito pela classe dominante, mas não deixando de lado o corporativismo da alta patente militar.

É supérfluo acrescentar que a ingerência da CIA, além de envolver a colaboração com os conspiradores do continente e com as ditaduras por eles implantadas, articulava-se com os interesses das grandes empresas

imperialistas norte-americanas que se sentiam ameaçadas pelas medidas nacionalistas tomadas por alguns dirigentes latino-americanos (NETTO, 2014, p. 37).

Sobre as correntes historiográficas conceituais do golpe de 1964, começa-se com Carlos Fico com sua obra intitulada *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar* (2004) na qual o autor destaca que a discussão começa fora do âmbito acadêmico, principalmente, nas colunas jornalísticas dos jornais que demonstravam sua opinião acerca do evento decorrente da época. Posteriormente, a discussão toma um caráter acadêmico, tendo um espaço maior na análise nos periódicos de vários setores da sociedade. Fico inicia sua exploração com a deposição de João Goulart e a implantação do Regime Militar em março de 1964, segundo o autor, já havia uma articulação dessa ação. Sobre isso destaca,

Muitos deles vinham participando de prolongada campanha de desestabilização do governo João Goulart, sobretudo através de atividades de propaganda política variada, capitaneadas pelo IPES (Instituto de Pesquisa e Estado Sociais) e pelo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que afirmavam a incompetência do governo e sua tendência do governo e sua tendência esquerdista. O golpe estava marcado para alguns dias depois da movimentação de tropas precocemente iniciada no dia 31 em Juiz de Fora (MG) pelo general Olympio Mourão Filho (FICO, 2004, p. 15).

Carlos Fico (2004) ressalta a presença significativa do IPES/IBAD<sup>24</sup> que já havia sido discutida com maior teor pelo autor uruguaio René Armand Dreifuss em sua obra intitulada *1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe* (1987), o qual ressalta que esses aparelhamentos foram compostos pelos tecno-empresários, agentes inseridos na política e nos aparelhos civis que, de acordo com o conceito gramsciano adotado no presente trabalho, são apresentados como Intelectuais Orgânicos<sup>25</sup> responsáveis pela nacionalização de um projeto para que se torne hegemônico. Alguns desses tecno-empresários estão presentes iminentemente nos projetos políticos e econômicos no governo brasileiro, sendo figuras influentes e responsáveis por muitos Planos Econômicos e desenvolvimento no país.

Fico menciona que a política brasileira é de “caráter espetacular”, mostrando que o desenrolar de todas as ações foram articuladas pelos militares e civis na realização do golpe de Estado em 1964. “O caráter espetacular da política, o brilho que emana do Estado, sempre

---

<sup>24</sup>“O complexo político-militar, o IPES/IBAD, cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração. Concomitantemente, é feita a descrição da organização internacional desses intelectuais orgânicos, sua formulação de diretrizes políticas, seus canais de tomada de decisão e suas estratégias de ação pública e reservada, direta e indireta. O complexo IPES/IBAD representava a fase política dos interesses empresariais (DREIFUSS, 1987, p.161).

<sup>25</sup> Para maiores detalhes, vide o capítulo 1.

marcou e continua marcando todos os que, como jornalistas ou historiadores, acompanhamos o desenrolar da vida social nos Estados modernos” (FICO 2006, p. 26). Logo, para Carlos Fico, o golpe foi de caráter Civil-Militar, enquanto o Regime estritamente no âmbito militar, militares esses treinados pela Escola Superior de Guerra nas ações políticas, apesar da execução do projeto tendo apoio dos civis, a sua participação na condução do Regime foram ínfimas.

Outro autor que discute acerca do Golpe, é José Paulo Netto em sua obra intitulada *Pequena História da Ditadura Militar (1964-1985)* (2014), salientando a questão do golpe com “os setores reacionários da sociedade brasileira” (NETTO, 2014 p.17). Além disso, trata a atuação e colaboração dos Estados Unidos e das empresas norte-americanas atuantes no país. José Paulo Netto configura o regime como *reacionário*, quer dizer, a articulação do golpe estava hostil à democracia. Ele destaca os interesses imperialistas na tentativa de resolver a crise econômica do capitalismo brasileiro,

Na sequência do golpe, as forças vitoriosas (o grande capital, nativo e estrangeiro, e o latifúndio) refuncionalizaram a estrutura do poder estatal de forma a resolver a crise econômica do capitalismo no Brasil à época, de modo a tender aos seus interesses na conjuntura de profundas modificações na divisão internacional do trabalho (NETTO, 2014, p.78).

Percebe-se que no teor da obra de José Paulo Netto está presente a perspectiva do capital financeiro estrangeiro em benefício à classe burguesa brasileira para legitimar os projetos hegemônicos na esfera estatal e privada. Além disso, o autor trata das questões dos Aparelhos Repressivos e a singularidade dos Aparelhos Estatais do Estado Restrito, frisando as conjunturas que levaram ao âmbito da sociedade civil, mas também a circulação do capital como forma de eliminar a crise econômica deixada pelos governos anteriores.

O historiador Marcos Napolitano em sua obra intitulada *1964: História do Regime Militar Brasileiro* (2014) discute o período ditatorial, desde a derrubada de João Goulart em março de 1964, o que ele chama de “golpe de Estado tramado dentro e fora do país” (NAPOLITANO, 2014, p.5), complementando o que José Paulo Netto elaborou sobre a participação estrangeira no golpe. No decorrer da obra, Napolitano compõe capítulos descrevendo cada episódio específico no decorrer dos 21 anos de Ditadura. Considera o golpe civil-militar um “carnaval das direitas” (NAPOLITANO, 2014, p.40), o que nos leva a hipótese de um golpe de classe, também defendido por René Dreifuss. Destaca a sua interpretação do golpe de 1964 no Estado, demonstrando reações de ampla coalizão no setor civil-militar, denota-se que,

Defendendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango. *O golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira*, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais. O quadro geral da Guerra Fria, obviamente, deu sentido e incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira, alimentando velhas posições conservadoras com novas bandeiras do anticomunismo (NAPOLITANO, 2014, p.9-10. *Grifos nossos*).

Então, para Marcos Napolitano, o golpe dava início a uma divisão nos setores da sociedade brasileira, enfatizando as muitas diferenciações nos setores atuantes da política e economia, além de ter sido “o golpe de Estado foi um projeto de tomada do poder” (NAPOLITANO, 2014, p. 53), apontando que foi um projeto pensado, mesmo que “complexo, errático e multifacetado, mas ainda assim projeto” (NAPOLITANO, 2014, p.53). Assim, ao longo de sua obra o questionamento sobre o processo do golpe, na concepção do autor, deve ser encarado de forma complexa, de maneira que os civis estiveram presentes na condução do golpe e, posteriormente, a atuação dos militares foi protagonista. Dessa forma, o projeto hegemônico do golpe se torna efetivado, o que para os golpistas era um procedimento do Estado democrático.

O interessante a ser observado na obra de Marcos Napolitano é o traçado dos diversos setores da sociedade brasileira; política, economia e cultura, externando que a Ditadura estava presente e que o projeto objetiva consolidar-se nas mais distintas esferas da sociedade. Além disso, o autor discorre que a esquerda não era uma mera vítima e os golpistas, “golpistas maquiavélicos”, no sentido que não havia a ideia do “combate do bem contra o mal”, pois as relações são mais complexas do que se imagina. Diante disso,

A historiografia tem afirmado, com certa razão, que os reformistas e as esquerdas em geral não foram meras vítimas da história e de golpistas maquiavélicos. Estes se alimentaram dos erros e indecisões daqueles. Mas os erros políticos e o discurso radical das esquerdas, muitas vezes sem base social real para realizar-se, não devem descobrir um fator essencial. A opção do presidente em se aproximar dos movimentos sociais e das organizações mais radicais da esquerda foi vista com grande entusiasmo pelo campo reformista. Para eles, o presidente havia se decidido, finalmente, a ser o líder da revolução brasileira, o executor das reformas de base, “na lei ou na marra”, abandonando a política conciliatória (NAPOLITANO, 2014, p. 53).

Marcos Napolitano defende que o Golpe foi arquitetado tanto pelos civis, quanto pelos militares; ocasionando a deposição de João Goulart, porém o Regime sucedeu no âmbito militar. “O golpe civil-militar rapidamente se transformaria em um regime militar. O carnaval

da direita civil logo teria a sua quarta-feira de cinzas” (NAPOLITANO, 2014, p.67). Desse modo, as relações das classes eram presentes nessas dinâmicas e, justamente, a discussão historiográfica sobre qual a representatividade que elas manifestavam nos setores e a preocupação de Marcos Napolitano na exposição nos capítulos nos diferentes assuntos, legitimando muitas ações de ambas as partes, os reformistas e os esquerdistas, os que eram a favor do golpe e os que não eram, evidenciando sua importância e papel nas relações de poder e reformulação.

Um ponto de suma importância para a dinâmica do período é a inserção da política da Doutrina de Segurança Nacional, visando a “ordem”, “hierarquia” e “disciplina”, ou seja, a eliminação do “inimigo interno” como foco nas primeiras bases dessa doutrina. Sendo desenvolvida pela Escola Superior de Guerra – ESG<sup>26</sup> –, propagava a formação militar e a ordem de uma sociedade hierárquica.

Na elaboração dos seus ideólogos brasileiros, a Doutrina de Segurança Nacional contemplava não apenas a guerra convencional, caracterizada pela agressão externa, direta e declarada entre Estados: voltava-se antes para a guerra “não clássica”, a da “agressão indireta”, caracterizada por ações insurrecionais e revolucionárias – tratar-se-ia da “subversão interna”, que operava com a “guerra psicológica” (NETTO, 2014, p. 86-87).

Diante disso, a Doutrina de Segurança Nacional tem como questão central a garantia da segurança interna do país. José Paulo Netto expõe as seguintes prerrogativas exigidas por tal doutrina,

A criação de um *aparato repressivo*, encimado por uma *rede de informações* que permita detectar o “inimigo interno” (os “subversivos”), capaz de neutralizá-lo/eliminá-lo, e a implementação de uma *política de desenvolvimento econômico*, eficiente e assentada no planejamento para assegurar a força militar do Estado (NETTO, 2014, p.87, *grifos do autor*).

Com o desenvolvimento das diversas atribuições do Regime Ditatorial, a Doutrina de Segurança Nacional tinha como foco a manutenção da ordem e a proteção do “inimigo

---

<sup>26</sup>Criada em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG) é um instituto de altos estudos e pesquisas no campo da segurança e defesa nacional. Tem por finalidade articular e consolidar conhecimentos voltados ao exercício das funções de assessoramento e planejamento da segurança nacional no âmbito do Ministério da Defesa. A ESG oferece diferentes qualificações na área de defesa, tais como o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), o Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE), o Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados, o Curso Superior de Inteligência Estratégica e o Curso de Estado-Maior Conjunto. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/estudos-estrategicos/escola-superior-de-guerra-esg>>. Acessado em 19 de Janeiro de 2016.

interno” sob os ditames da Escola Superior de Guerra, que tinha como papel principal; a) manutenção da ordem e proteção; b) papel de dirigente e c) exercer uma multiplicidade de funções políticas e administrativas. Sendo que as duas primeiras, contemplavam as funções exercidas pelo Aparelho Militar (BORGES, 2009, p. 20).

Nesse aspecto, Nilson Borges (2009) analisa a DSN como ponto importante no partido da burguesia, ou seja, os interesses da classe dominante eram postos em xeque para que os projetos que viriam a ser hegemônicos não fossem abalados ou não realizados por grupos contrários a esse determinado projeto. Além disso, o caráter repressor, de censura e truculência, ou seja, o Terror de Estado<sup>27</sup> era iminentemente apoiado pela classe burguesa, justificando, também, ações dos civis (empresários) no andamento da Ditadura.

As Forças Armadas assumiram a função de partido da burguesia, manobrando sociedade civil, através da censura, da repressão e do terrorismo estatal, pra promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face social (BORGES, 2009, p. 21).

Percebe-se que a relação com a Doutrina de Segurança Nacional estava no sentido de manutenção das diversas esferas do âmbito estatal; política, economia e social, tendo em vista a segurança, ordem e hierarquia por parte dos militares e em consonância com a classe dominante dos civis. Com isso, a DSN acopla diretrizes que contemplam a parte política e econômica durante a Ditadura, quer dizer, os ditames prescindidos por essa doutrina estavam interligados à manutenção dos planos econômicos desenvolvidos pelo governo e também às ações das empresas privadas nos setores de desenvolvimento econômico.

O próximo tópico da dinâmica da Ditadura é a questão da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, tendo como pioneira nesta análise a autora Maria Helena Moreira Alves em sua obra intitulada *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)* (1984), que tem como objetivo mapear a seguinte relação,

É objetivo fundamental deste livro examinar, no contexto do regime militar brasileiro, as relações entre Estado e a oposição, determinadas pelos complexos mecanismos de dominação política e social vigentes no país desde 1964. Tais processos de mudanças inserem-se, entretanto, num contexto mais amplo: devem ser considerados em relação ao papel específico que a

---

<sup>27</sup>“A política de Terror de Estado (TDE) implementada pelas ditaduras civis-militares que se disseminaram pelo Cone Sul latino-americano, entre as décadas de 1960 e 1980, foi o mecanismo utilizado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), visando defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidos pelas organizações populares” (PADRÓS, 2007, p.43).



economia brasileira tem desempenhado no sistema econômico mundial (ALVES, 1984, p.19).

Ao longo do texto a autora demonstra que a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) estava inteiramente ligada à Ditadura e que, dessa forma, a ordem e manutenção do Regime eram funções desse projeto. Ainda destaca que o capitalismo foi uma válvula para as muitas mudanças na dinâmica ditatorial, ou seja, o capitalismo financeiro estrangeiro estava ligado e interligado na perspectiva do governo, influenciando as dinâmicas do aparato do Estado Restrito e também no complexo dos Aparelhos Privados de Hegemonia<sup>28</sup>, sendo uma arma para a manutenção do Regime. Alves aponta as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento,

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi formulada pela ESG, em colaboração do IPES e o IBAD, num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos (ALVES, 1984, p. 35).

Segundo Alves, a Doutrina de Segurança Nacional não podia estar desvencilhada do alto nível de desenvolvimento econômico, ou seja, uma economia forte refletirá na segurança interna do país e, conseqüentemente, nos maiores investimentos do capital estrangeiro; e que um não pode ser desenvolvido sem o outro: segurança e desenvolvimento.

Em primeiro lugar, os dois componentes são associados: não pode haver Segurança Nacional sem um alto grau de desenvolvimento econômico. A segurança de um país impõe o desenvolvimento de recursos produtivos, a industrialização e uma efetiva utilização dos recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o território, assim como o treinamento de força trabalhista especializada (ALVES, 1984, p. 48).

Então, observa-se que a inter-relação com a questão econômica é de extrema importância para o desenvolvimento de toda uma conjuntura do processo, ou seja, o desenvolvimento nos setores da economia, como: industrialização, desenvolvimentos nos setores empresariais e estatais dentre outros, torna-se indispensável para integração da política econômica nacional.

---

<sup>28</sup>Ver capítulo 1 para maiores informações.

Segundo a autora, o impulso nos diversos setores econômicos apresenta uma base econômica favorável aos investimentos do capital estrangeiro, elencando pontos de uma economia forte e bem estruturada. O governo tinha como principal foco, posteriormente será um fator importante nas ideologias do Milagre Econômico, a abertura para os investimentos e, também, com os incentivos das Superintendências de Desenvolvimento, o impulso para o avanço nas diversas regiões no Brasil. Diante disso, contempla a Política de Regionalização e Integração da DSND.

Sendo assim, a DSND em sua essência tinha como objetivo a manutenção, como dito anteriormente, do Regime, mas para, além disso, estaria nos setores de informação, planejamento dos programas governamentais em cunho político-econômico. Contudo, o combate da subversão também faz parte dessas diretrizes instituídas pela ESG como teoria de guerra e eliminar o “inimigo interno”. As bases da pesquisa da autora encontram-se nos aspectos das Institucionalizações, a respeito dos Atos Institucionais<sup>29</sup> na configuração da política, e na questão da Segurança Nacional. Além dos comparativos dos setores da sociedade, que foram de extrema importância para a explicação de muitos aspectos da sociedade brasileira do período, principalmente a busca do “inimigo interno” e a participação estrangeira na gestão da política e economia brasileira. Para uma melhor visualização dos pontos da DNSD, a autora pondera três eixos:

### **Organograma 1.** Eixos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento



\*Elaboração Própria.

<sup>29</sup>“Normas de natureza constitucional expedidas entre 1964 e 1969 pelos governos militares que se sucederam após a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964. Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais, que, regulamentados por 104 atos complementares, conferiram um alto grau de centralização à administração e à política do país”. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>. Acessado em 31 de Julho de 2017.

Com a visualização dos eixos, o entendimento acerca da fundamentação do Regime, fica claro a proposição política e econômica norteadas pela autora. Dessa forma, a caracterização de uma Ditadura de Segurança Nacional com intuito de alcançar o desenvolvimento e o progresso.

Como mencionado anteriormente, René Dreifuss foi precursor das várias discussões conceituais e abrindo o caminho para o entendimento da participação civil no golpe. Para Dreifuss, a vitória de 1964 foi articulada em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), instituições do Estado Restrito que organizavam os interesses sócio políticos do capital multinacional e associado, o que nos remete a figura civil dos *tecno-empresários* para a representação do capital pós-instalação do golpe. O autor em seu livro toma os conceitos na matriz gramsciana para análise da Ditadura no seu período vigente.

Dreifuss sustenta sua hipótese mapeando as principais agências que estavam envolvidas na articulação, como mencionado acima o IPES/IBAD, em que nessas agências a participação forte dos empresários foi de suma importância estreitando os vínculos com o poder governamental da época, legitimando os projetos pensados e propostos pelos mesmos. Além disso, Dreifuss foi um dos primeiros a caracterizar o golpe como “civil-militar”, porém esse “civis” que ele trata são empresários ou tecno-empresários que representavam determinados projetos inscritos na sociedade e, assim, dividida em classes, dessa forma o termo bastante utilizado para caracterizar o golpe de 1964. Diante disso, a caracterização dos “civis” dá-se na configuração e mais contundente no seguinte dito,

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários[...] os empresários e tecno-empresários que ocuparam os setores-chave da administração do Estado e os Ministérios eram ativistas do complexo IPES/IBAD ou industriais e banqueiros, que compartilhavam das metas daqueles e que haviam contribuído para os esforços dirigidos pelo IPES para derrubar João Goulart (DREIFUSS, 1981, p. 417).

Contudo, Dreifuss remete ao regime ditatorial como uma forma de exercício do poder direto e da fração de classe, na figura dos empresários, obtendo uma forte importância no apoio das Forças Armadas e assim concretizando o projeto de destituição de Goulart e a instauração de um regime militar e, conseqüentemente, a implantação dos projetos pensados

pelos Intelectuais Orgânicos na nacionalização dos projetos do capital multinacional e associado no país.

O historiador Demian Melo<sup>30</sup> em sua artigo intitulado *Ditadura “Civil-Militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente* (2012) analisa as diversas interpretações acerca da configuração do Golpe de 1964, pontuando de maneira direta o que cada autor, por exemplo Daniel Aarão Reis e Carlos Fico, discutem sobre o processo golpistas e, posterior, a atuação do regime.

O autor discute a participação dos setores civis e estadistas presentes na concretização do projeto golpista. Para Melo, o apoio das agências ligadas à Sociedade Civil, já analisado e esquematizado por Dreifuss, como o IPES e o IBAD, e as empresas vinculadas ao Estado Restrito em consonância ao capital privado e estrangeiro levou ao processo de hegemonia do golpe, ou seja, as relações de poder e do capitalismo geraram a efetivação da tomada de poder pelos militares e civis apoiantes.

Além disso, Demian Melo, sustentado pelas análises de Dreifuss, caracteriza o golpe como Empresarial-Militar, pois,

Ao distribuir a “culpa” ao conjunto da sociedade (a esquerda e a direita, os torturadores e os torturados, os que deram o golpe e os que o sofreram) tal revisionismo histórico acaba por incorrer, no campo construção do conhecimento histórico, no mesmo tipo de mistificação conservadora que engendrou a Lei de Anistia e o pacto de conciliação que presidiu a transição para o atual regime democrático brasileiro. Recolocar o capitalismo no centro da reflexão sobre a ditadura parece ser a tarefa premente do pensamento crítico nos embates que temos pela frente. Dito isto, melhor seria que em vez de “civil-militar” nos habituássemos a utilizar uma outra caracterização também feita por Dreifuss, e que talvez capture com mais precisão a natureza daquele regime: uma ditadura empresarial-militar implantada a partir de uma insurreição contra-revolucionárias das classes dominantes (MELO, 2012, p. 53)

O termo adotado no presente trabalho Empresarial-Militar faz alusão a uma fração de classe da sociedade na representatividade dos empresários que articularam o golpe juntamente com os militares, além de representar um posicionamento teórico revisionista do golpe em torno da conspiração que destituiu João Goulart do poder e levou a toda a conjuntura do processo de ações da Ditadura. Termo também adotado por René Dreifuss, representando o caráter classista do golpe e do regime.

---

<sup>30</sup>As análises feitas pelo historiador estão no campo historiográfico revisionista, sobretudo, historiadores vinculados ao arcabouço teórico marxista.

## 2.2 Governo José Sarney na lógica da Ditadura Empresarial-Militar: o projeto do “Maranhão Novo”

O golpe Empresarial-Militar ocorre em 1964 depondo o presidente democraticamente eleito João Goulart sob fortes acusações de comunismo e risco à sociedade brasileira. Com isso, as dinâmicas no país mudaram radicalmente em vários setores, relacionando a questão do desenvolvimentismo econômico, principalmente, em relação ao consumo dos bens duráveis, as construções projetadas, sendo o principal responsável pela questão econômica no Brasil o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)<sup>31</sup>, que tinha como metas o combate da inflação, aumento dos investimentos estatais, reforma no Sistema Financeiro Nacional, dentre outras. A partir desse plano do Estado Restrito, as reformulações econômicas no Maranhão começaram a consolidar-se, principalmente no que se refere à estrutura fundiária, com subsídios estatais e abertura para os investimentos do capital financeiro, sobretudo, o estrangeiro e multinacional.

Nessa perspectiva, o projeto político do governo de José Sarney<sup>32</sup>, a partir de 1966, visava a abertura para investimentos de diversos setores econômicos e, nessa conjuntura, as

---

<sup>31</sup> Discussão mais aprofundada no capítulo 3.

<sup>32</sup> José Ribamar Ferreira de Araújo Costa nasceu em Pinheiro (MA) em 24 de abril de 1930, filho de Sarney de Araújo Costa e de Kiola Ferreira de Araújo Costa. Em 1965 adotou legalmente o nome de José Sarney Costa, do qual já se utilizava para fins eleitorais desde 1958, por ser conhecido como “Zé do Sarney”, isto é, José, filho de Sarney. No início da década de 1960, participou das primeiras articulações do autointitulado movimento renovador da UDN, identificado pela estreita vinculação com a candidatura, afinal vitoriosa, de Jânio Quadros às eleições presidenciais de outubro de 1960. Os objetivos dessa facção udenista — que seria denominada mais tarde “Bossa Nova”, por analogia com o movimento da música popular — foram expostos pela primeira vez em fins de 1960 ao presidente do diretório nacional do partido, Magalhães Pinto, por Sarney e pelo deputado paraense Clóvis Ferro Costa, que defenderam “a adoção de nova tática política para corresponder aos anseios populares”. Em outubro de 1962, Sarney foi reeleito na legenda das Oposições Coligadas, à qual se unira o Partido Trabalhista Nacional (PTN), com a maior votação obtida no Maranhão por um candidato da oposição: 21.294 votos. Em abril do ano seguinte tornou-se um dos signatários do manifesto da “Bossa Nova”, apresentado em Curitiba na convenção nacional da UDN pelo deputado José Aparecido de Oliveira (MG). O documento representou a ruptura decisiva da ala dissidente com relação aos udenistas tradicionais ao defender as reformas agrária, bancária, tributária e urbana, a política externa independente, o Plano Trienal do governo, a consolidação de Brasília, a democratização do ensino, o monopólio estatal do petróleo e a Eletrobrás. A “Bossa Nova” defendeu ainda a reforma agrária com emenda à Constituição, aceitando, inclusive, a tese do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) a favor do “arrendamento compulsório”. Como governado do Maranhão: “Apesar das posições que assumira em defesa das reformas de base e em apoio a Goulart, Sarney se tornaria um dos principais nomes políticos do regime implantado com o movimento de março de 1964. Na situação que se criou, as facções udenistas se diluíram, e o partido, de modo geral, foi favorável ao movimento. Candidato da coligação da UDN com o Partido Social Progressista (PSP) e ostensivamente apoiado pelo presidente Castelo Branco, Sarney conquistou o governo do Maranhão em outubro de 1965, recebendo uma votação inédita na história do estado: 121.062 votos, o dobro do segundo colocado, Antônio Eusébio da Costa Rodrigues, do PDC, apoiado pelo governador pessedista Newton Belo. A eleição representou, acima de tudo, a primeira derrota política de Vitorino Freire: seu candidato, Renato Archer, obteve uma votação inexpressiva: cerca de 1/4 da que alcançou Sarney. Segundo depoimento de Archer ao Cpdoc da FGV, “mesmo que não tivesse havido a pressão do governo federal, Sarney ganharia a eleição”. A pressão pessoal de Castelo Branco sobre o governador teria sido feita através dos coronéis João Batista Figueiredo e Dilermando Monteiro, que lhe impuseram o lançamento de outra candidatura e a retirada do apoio a Archer, com quem já

relações políticas eram de extrema importância para a inserção do capital, haja vista as percepções que o Maranhão deveria tomar frente aos estados do Centro-Sul, ou seja, a política do “Maranhão Novo” exemplificava “novos tempos” ao estado.

Diante da tomada militar, a dinâmica brasileira muda completamente, dando início a uma nova execução aos poderes governamentais em cunho federal, mas também nas fronteiras dos poderes estaduais. Dessa forma, aqueles que estavam contra o novo governo seriam, de alguma forma, “tirados” e posto um aliado no lugar. Não foi diferente no Maranhão, pois o domínio estadual *vitorinista*<sup>33</sup> não estava nos parâmetros dos ditames ditatoriais do governo.

Nessa conjuntura em que a candidatura de José Sarney foi apoiada pelos militares na figura do presidente-general Castelo Branco. Assim, dava-se início a uma nova ideia do que seria o Maranhão no futuro, fazendo oposição a oligarquia de Vitorino Freire, a política oposicionista se denominava *Oposições Coligadas* que segundo Wagner Cabral da Costa em sua dissertação de mestrado intitulada *Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão* (2001) diz:

[...] Oposições Coligadas supõe implicitamente uma teleologia, qual seja, a de um movimento político ascendente, que foi progressivamente fabricando e conquistando espaços de poder até produzir uma ruptura com o *status quo* estabelecido, alterando de forma radical a estrutura política com a derrota do *vitorinismo*. Esta concepção pressupõe uma relação antitética (e maniqueísta) entre os dois grupos envolvidos na arena política: de um lado, Vitorino Freire

---

estava comprometido. Ainda nesse depoimento, Archer afirmou que, na ocasião das eleições, Sarney fazia uma campanha contra o governador, acusando-o de desonestidade. Mais tarde, teria obtido pessoalmente de Castelo Branco a cassação de Newton Belo por força do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em julho de 1966. Empossado em março de 1966, Sarney encontrou no PSD e no vitorinismo uma oposição natural ao novo governo. Entretanto, a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo diluíram essa oposição formal, já que tanto Sarney como Vitorino ingressaram no partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Segundo José Ribamar Caldeira, esse fato contribuiu para que Sarney desenvolvesse sua ação política com grande desembaraço, pois Vitorino manteve-se afastado do Maranhão, evitando o constrangimento de um confronto com um membro do mesmo partido. Além disso, Sarney não encontrou grandes obstáculos por parte do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) maranhense — partido de pouca expressão e pequenas dimensões — devido à popularidade do movimento de 1964 no estado. Dessa forma iniciou-se o predomínio do “sarneísmo”. Durante seu governo, Sarney deteve, portanto, o controle efetivo da Arena maranhense. Desenvolvendo um estilo próprio de governo — popular, dinâmico e modernizador —, recebia em audiência diariamente dezenas de pessoas dos mais variados setores da população e provocou, segundo Veja (11/3/70), uma revolução na administração, chamada de “milagre maranhense”. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-ferreira-de-araujo-costa>>. Acessado em 01 de Agosto de 2017.

<sup>33</sup>“O *vitorinismo* foi um *coronelismo*, por propender sempre a controlar o poder político por meio do exercício de um *mandonismo* sobre as formas superestruturais do sistema de poder do Estado. De suas formas de ação, excluía-se a propensão para a dominação econômica. Nesse caso (no plano do Estado), essa dominação se processava de forma indireta, ou seja, por meio do apoio que dispensava às suas bases de sustentação, pela concessão de garantias específicas. No plano político propriamente dito – esfera exclusiva do interesse do *vitorinismo* –, sua ação se centrava no controle dos partidos políticos e das sub-lideranças políticas com ele identificadas, que, juntamente com os coronéis do Estado, davam a configuração real do *vitorinismo*, o qual foi, portanto, um *coronelismo* por ter se vinculado, embora indiretamente, à existência de outro elemento que assegura a forma do *coronelismo*: a propriedade privada” (CALDEIRA Apud PEREIRA, 2008, p. 25).

e seus pares, encarnando a **Ocupação**, um projeto autoritário e contrários às tradições maranhenses, perpetuando-se no poder através da violência e da fraude eleitoral, e do outro, as Oposições Coligadas, depositárias das legítimas tradições de liberdade e cultura da terra timbira, consubstanciando um projeto liberal, progressista e “salvacionista” para o Maranhão – a **Campanha de Libertação**. (COSTA, 2001, p. 11. **Grifos do autor**).

Wagner Cabral da Costa (2001) traça perspectivas acerca da anterioridade da vitória eleitoral de Sarney, destacada a partir da greve de 51<sup>34</sup> em São Luís. Fica explícito quando em sua análise o ressalvo dos *signos da morte* e os lugares específicos da primeira fase de decadência do *vitorinismo* no Maranhão.

Elaborando um mapa vivencial e narrativo, convidamos o leitor a passear pelos lugares significativos da experiência da *balaiada urbana* e os seus signos da morte: a lógica dualista e maniqueísta, as apropriações e releituras locais do liberalismo e trabalhismo, a fabricação da memória coletiva, a redefinição da identidade regional através da reescrita da história e da tradição, a sacralização do discurso político (COSTA, 2001, p. 14).

O autor traça em sua obra as dinâmicas a partir da vitória eleitoral de José Sarney, chamando de “Dia da Independência do Maranhão”, ou seja, fim do obscurantismo da oligarquia de Vitorino Freire, indicando um novo tempo sob os céus do Maranhão, ‘alegando’, dessa forma, a população maranhense. Costa destaca no texto o processo ocorrido com êxito e, assim, legitimando uma nova política no Maranhão, sendo chamado de “Maranhão Novo”.

31 de janeiro de 1966, segunda-feira. A cidade de São Luís do Maranhão acordou em festas com a posse do governador, José Sarney Costa, eleito em ampla maioria de votos no pleito de 3 de outubro de 1965 pelas Oposição Coligadas, num processo em que contou ainda com o beneplácito da recém instalada ditadura militar. Os jornais da oposição – Jornal Pequeno, O Imparcial (Diários Associados) e Jornal do Dia – saudaram a data de posse de maneira efusiva e entusiástica em suas manchetes. Seria a “Dia da Independência do Maranhão”, o “nosso 7 de Setembro”, o “Dia da Queda da Bastilha”, o “Dia da Esperança”, a “Hora da Libertação”, em que a “Cidade em Festa”, numa autêntica “Festa do Povo”, receberia o novo governador para dar início a um “Maranhão Livre e Progressista”, um “Maranhão Novo” (COSTA, 2001, p. 17)

---

<sup>34</sup>“A greve de 1951 foi revolta popular articulada pela oposição contra a posse do governador Eugênio Barros, ligado a Victorino e eleito com base na fraude. Em dois momentos, a cidade de São Luís ficou completamente paralisada numa greve geral de caráter político, nos meses de fevereiro (cerca de 15 dias) e setembro/outubro (20 dias). A greve teve tal magnitude que reunia em suas manifestações diárias contingentes de 3 a 4 mil pessoas, alcançando até 20 mil pessoas no enterro do líder da oposição, Sarturnino Belo (o qual teria morrido de “desgosto” com a fraude eleitoral). Isto, numa São Luís com apenas 120 mil habitantes!!” (COSTA, 1997, p. 04). Conhecida também como a “Balaiada urbana”.

As propostas do “Maranhão Novo” seriam um novo momento para o estado, permitindo, literalmente, o fim da oligarquia *vitorinista*. O que se tem sobre as metas dessa proposta é que daria uma nova chance de desenvolvimento em vários setores, no qual se encaixam a política, economia, cultura, infraestrutura, educação e indústria, sancionando a resposta da inovação maranhense na figura do recém-eleito governador Sarney. A ideia de incorporar uma nova política no estado, trazendo elementos “novos” era elencar pontos que estivessem ligados aos procedimentos e programas políticos e econômicos a nível federal. Para oposição vinculada ao Regime Empresarial-Militar, a primeira vitória do “Maranhão Novo” foi a entrada de José Sarney ao governo do estado, propiciando início as progressas do governo federal. Dessa forma, “a articulação com o centro político nacional foi essencial para a ascensão da nova liderança regional” (COSTA, 1997, p. 06), ou seja, as relações estreitas entre governo estadual e governo militar seria o “pontapé” para as diversas medidas feitas por Sarney.

A incorporação do “Maranhão Novo” às instâncias da sociedade configura os procedimentos adotados pelo governo maranhense, dando vazão à entrada de investimentos capitalistas com intuito de “tirar” o Maranhão do subdesenvolvimento, quer dizer, um caráter modernizador aos moldes conservadores. Nesse aspecto, as contribuições dos jornais locais, como *O Imparcial* e *O Dia*, foram de grande relevância para a consolidação do projeto, além da parceria direta com políticas autoritárias dos militares. “Iniciava-se a escalada de José Sarney ao comando da política estadual, pautada em seu projeto de modernidade para o Maranhão” (COSTA, 1997, p. 06).

Diante disso, muito impulsionou a política do “Maranhão Novo” na perspectiva de destacar alianças nos setores do Estado Restrito, mas também na Sociedade Civil; utilizando mecanismos estruturais e projetos arquitetados pelos Intelectuais Orgânicos, sendo o próprio Sarney a principal figura em toda a conjuntura de pensamento. Além disso, as divulgações dos Aparelhos Privados de Hegemonia destacam a funcionalidade na dualidade entre Estado e Sociedade, apresentando indícios de apoio e reverência ao novo governador. Em um artigo intitulado *O Novo Maranhão* presente no jornal *O Dia*, é visível a concordância frente às novas disparidades governamentais.

*Há uma atmosfera nova no Maranhão. São Luís vai acordar de um longo sonho para integrar-se de corpo e alma no processo de desenvolvimento do Norte/Nordeste. As recentes eleições diretas levaram o aristocrático e abandonado Palácio dos Leões um novo governante. Gente nova com ideias novas, derrubando uma situação política que há vinte anos dominava o mais potencialmente rico estado nordestino. [...] São palavras de fé que traduzem o verdadeiro significado de mudança iniciada em nossa Terra pelos eleitores*



no pleito livre e limpo de outubro de 65, a que prossegue desde 31 de janeiro, com a administração do governo José Sarney [...] (O Dia, 11/06/1966, p. 03, *grifos nossos*).

Nesse sentido, nas prerrogativas do “Maranhão Novo”, entendendo a multiplicidade das diversas conjunturas políticas e econômicas, um ponto importante a se destacar na política do “Milagre Maranhense”, objetivando o alcance na questão desenvolvimentista, são os altos índices econômicos, incorporações de projetos e a questão fundiária no Maranhão.

Esta “mudança” significou a incorporação do Maranhão ao projeto autoritário, excludente e repressor do regime militar, ao seu projeto de modernização conservadora. Significou ainda uma maior abertura ao processo de expansão do capitalismo monopolista na Amazônia, o qual aprofundou as desigualdades sociais, acelerou o processo de concentração fundiária, assim como a violência, a grilagem e a expulsão dos trabalhadores de suas terras, aumentando enormemente os conflitos no campo em toda a região. Por outro lado, o governo Sarney (1966-70) anunciava um Maranhão Novo, uma nova época de prosperidade e modernização. Os jornais comentavam sobre o “milagre maranhense”, pois a economia estaria crescendo a índices bastante elevados. Falava-se também em “desenvolvimento com justiça social”. [...] Os governos estaduais seguintes, comprometidos com a lógica de expansão do capitalismo, continuaram falando – e muito – em desenvolvimento, crescimento econômico, modernização, enfim, do Novo Maranhão que estaria surgindo. No final dos anos 1970 e nos anos 1980, alardeava-se o progresso que chegaria através dos projetos do Programa Grande Carajás (com destaque para a ferrovia da Vale do Rio Doce e para a instalação da multinacional ALUMAR em São Luiz). O governo e os jornais noticiaram que haveria um milhão de empregos (isso mesmo, um milhão!) para os maranhenses, o que elevaria as condições de vida e trabalho de toda a população (COSTA, 2002, p. 15-16).

Assim sendo, o “Milagre Maranhense” tinha como premissa as relações econômicas com os planos econômicos, envolvendo o capital financeiro e multinacional, quer dizer, a abertura econômica, promovida pela ação estatal, favoreceu diretamente a burguesia empresarial, no que a atuação das Superintendências será de fundamental importância. Além disso, politicamente foram viabilizadas as prerrogativas para a tramitação de projetos que se desdobraram na consolidação da concentração de terras, favorecendo a formação de latifúndios e inviabilizando qualquer possibilidade de Reforma Agrária. Em outras palavras, a dinâmica de funcionamento do projeto de “Milagre Maranhense”, pautado no desenvolvimento dos setores industriais e de infraestrutura, tem como um de seus alicerces a chamada Lei de Terras de

1969<sup>35</sup>, conhecida também como, Lei de Terras Sarney, que promoveu subsídios para a consolidação do latifúndio<sup>36</sup> no Maranhão.

Victor Asselin em sua obra *Grilagem: corrupção e violência em terra do Carajás* (2009) discorre sobre o que a Lei de Terras de 1969 abre para o capital multinacional, ocasionando corrupção e intensa grilagem em terras maranhenses. Para Asselin, o Maranhão ingressa na seguinte lógica,

Era o “Maranhão Novo”, o “Maranhão Carajás” que já esboçava. Foi o tempo da criação da infra-estrutura, que permitiu a atração dos capitais sulistas e estrangeiros. Foi o tempo da construção das estradas que cortaram o Estado, ligando, em primeiro lugar, a capital, São Luís, com as capitais vizinhas, e depois penetrando nas regiões do Pindaré e Tocantins (ASSELIN, 2009, p. 152).

Assim, a faixa prioritária do desenvolvimento (estradas e novos investimentos econômicos) (ASSELIN, 2009), ascende na elaboração do projeto, na concepção gramsciana, tornar-se-á hegemônico para a consolidação do projeto do Estado Restrito em abrir o leque aos investimentos, mas também leva à corrupção.

Além disso, o incentivo da grilagem<sup>37</sup> foi realizado pelo governo, sobretudo, com a implementação da Lei de Terras. A questão da terra se torna uma problemática no Maranhão, pois a ideia de uma Reforma Agrária se torna um projeto longínquo. Com isso, as famílias agricultoras de pequeno porte acabam por ser os maiores privados do acesso à terra. Asselin expõe nos ditames da relação entre grilagem e Estado.

Percebe-se claramente: houve incentivo da grilagem por parte do governo, o que resultou na legitimação de todos os que já vinham se beneficiando com as fraudes anteriores e no envolvimento do Judiciário e de outras autoridades como comparsas dos negócios (ASSELIN, 2009, p. 158).

Regina Luna em sua obra intitulada *A terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra do Vale do Pindaré* (1985) discute a relação da terra ocupada pelos posseiros, terras devolutas e grilagem. A autora afirma que a forma de apropriação de terras

<sup>35</sup>Lei nº 2.979, aprovada em 17 de julho de 1969, e regulamentada pelo Decreto 4.028 de 28 de novembro de 1969.

<sup>36</sup>Grande extensão de terra (propriedade agrícola), pertencente a uma pessoa, grupo familiar ou empresa que caracteriza pela exploração intensiva e extensiva dos recursos provenientes do local.

<sup>37</sup>O termo grilagem vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. A grilagem acontece até hoje devido às deficiências encontradas no sistema de controle de terras no Brasil. Apesar das diversas propostas, o governo ainda não implementou um registro único de terras ou ao menos um cadastro específico para as grandes propriedades. Disponível em: <[http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/areas\\_prioritarias/amazonia1/ameacas\\_riscos\\_amazonia/desmatamento\\_na\\_amazonia/grilagem\\_na\\_amazonia/](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/ameacas_riscos_amazonia/desmatamento_na_amazonia/grilagem_na_amazonia/)>. Acessado em 16 de Julho de 2016.

feita pelo posseiro é uma maneira de um trabalho direto (LUNA, 1985, p. 21), ou seja, a forma da utilização da terra ao seu bem próprio (sustento e agricultura subsidiária) legítima como “pertencente” dessa propriedade. Além disso, a Lei de Terras de 1969 vem, em tese, amparar esse pequeno agricultor concedendo titulação da terra, mas o que ocorre, na maioria das vezes, são os casos de grilagem, falsificando a documentação e, conseqüentemente, a tomada da propriedade. Para Luna, “são os interesses capitalistas na apropriação das terras”.

Este tipo de concepção se contrapõe aos interesses dos novos grupos interessados na terra – empresários, capitalistas, grileiros, fazendeiros – a partir da expansão capitalista na região, quando a terra passa a ter um significado econômico, possuindo um valor no mercado. A terra é encarada como mercadoria. É a “terra comprada”, é a “terra de documento” que passa a ser encarada não apenas como meio de produção, mas também como reserva de valor, um negócio altamente rentoso. [...] Os camponeses não conseguem perceber imediatamente a lógica do capitalismo e não aceitam que a terra possa ser um negócio legitimado juridicamente (LUNA, 1985, p. 22).

Percebe-se claramente que o capitalismo está intrinsicamente ligado e interligado com a posse de terras, sendo essa legal ou ilegal. Diante disso, a formação do latifúndio em terras maranhenses dá-se pelo poder aquisitivo legitimado pelo grande capital financeiro estrangeiro.

Muito se discute sobre a relação do governo com o latifúndio, pois a abertura a tal ação se deu por mecanismos estatais que concederam subsídios, sobretudo ao grande proprietário de terra, e proporcionaram a entrada maciça do capital estrangeiro no campo. Entre as disputas pela posse da terra, segundo Marcelo Carneiro (2013), estavam envolvidos: latifundiários, empresas nos setores de agropecuária, siderúrgica, canavieiras e reflorestadoras, camponeses, assalariados rurais e representantes do Estado (CARNEIRO, 2013, p.13), enfatizando o quão complexo eram as relações estabelecidas.

Contudo, pensar as perspectivas da política do “Maranhão Novo” é destacar as facetas desenvolvidas ao longo do governo Sarney: 1) a lógica do “Milagre Maranhense”; 2) abertura ao capital financeiro e estrangeiro; 3) acessibilidade a concentração de terras por meio da Lei de Terras de 1969 e 4) a modernização e questão desenvolvimentista.

**Organograma 2.** Sustentáculo da configuração Política e Econômica do Maranhão

\*Elaboração Própria

Com a entrada de José Sarney ao governo do estado do Maranhão, o processo de configuração das medidas políticas e econômicas seria posto em prática, pois o projeto do “Maranhão Novo” destacaria um novo paradigma ao Maranhão. O apoio dos militares foi essencial para que as políticas econômicas adentrassem no estado, concretizando as novas possibilidades de investimentos e infraestrutura do Maranhão. Sendo assim, a hegemonia do “Milagre Maranhense” seria um fator significativo para o início da implantação da oligarquia sarneísta e a “admiração” da figura de José Sarney por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia – os jornais.

### **Capítulo 3. O “MILAGRE MARANHENSE” EM PERSPECTIVA: análise da Política Econômica e a questão desenvolvimentista no Maranhão**

Com a ascensão política de José Sarney ao governo do estado em 1965, as implicações acerca da “positividade” dos projetos políticos e econômicos era algo prioritário na legitimação governamental do novo governador. As práticas políticas voltadas em prol do desenvolvimentismo e relações com empresariado regional, nacional e internacional, proporcionavam novas perspectivas e investimentos capitalistas para o estado. As dinâmicas de um Estado detentor das relações de poder objetivadas pelas propagações dos jornais *O Imparcial* e *O Dia*, condutores do consenso e funcionando como Aparelhos Privados de Hegemonia na efetivação da vontade coletiva diante de um público-alvo, destacando-se, portanto, a nacionalização de um projeto hegemônico.

Este capítulo tem como objetivo apresentar condicionantes que levaram o governo Sarney à hegemonia política e econômica, utilizando mecanismos estatais por meio de instituições do Estado Restrito, assim como os setores das empresas da Sociedade Civil. Além disso, destacar pontos que levaram à discrepância de ações relacionadas às ações federais e estreitas vinculações com o capital financeiro e, também, estrangeiro, dando ênfase às aplicações nos diversos setores industriais, infraestruturais e questões da terra.

#### **3.1 O desenvolvimentismo em ação: “milagre” e o governo Sarney**

O pós-golpe de Estado de 1964 deu aberturas às ações daqueles que estavam em alinhamento ao governo Empresarial-Militar, dando subsídios por meio de planos econômicos desenvolvidos ao longo da Ditadura para implementação de dinâmicas nos setores do Estado Restrito, como também, na Sociedade Civil com intuito de sustentação e funcionamento dos projetos que então viriam a ser hegemônicos, além de objetivar a popularidade, utilizando fatores em prol do desenvolvimento e deixando de lado o atraso consentido por outros governos. No Maranhão não foi diferente, pois com a entrada de José Sarney à gestão administrativa do estado as relações governamentais seriam uma condição propícia às ações de gerenciamento, quer dizer, o desempenho das políticas que estivessem voltadas ao desenvolvimentismo, à popularidade e às ações imediatas seriam uma questão central da diretriz no governo, ou seja, a perspectiva de um “Maranhão Novo” e, conseqüentemente, o desenvolvimento do “Milagre Maranhense”.

As conexões econômicas em favor do desenvolvimento foi um ponto importante nas muitas dinâmicas implantadas nos governos, de nível federal e estadual, ao longo da Ditadura Empresarial-Militar, discurso esse levado ao período do “Milagre Econômico” nas antecedentes aberturas aos investimentos do capital estrangeiro, mas também as perspectivas diante um “novo” encaminhamento político e econômico. Dessa forma, uma das primeiras reformulações ocorreu com a criação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)<sup>38</sup> – posteriormente teria uma estreita relação com o “Milagre Econômico” –, visando a superação do alto índice inflacionário e a redução do Produto Interno Bruto (PIB).

Monica Piccolo (2012) menciona que “a política do PAEG primou por inovações bastante distintas daquelas que então vinham estruturando a política brasileira” (PICCOLO, 2012, p. 131), significando que esse Plano de Governo dava início à abertura para as políticas do “Milagre” se tornarem concretas.

Além disso, Piccolo (2010) cita o chamado “Plano de Metas” para a estruturação da economia, são eles: i) acumulação dos últimos cinquenta anos; ii) expansão (prévia) do setor produtor de bens de produção (realizado no governo Vargas) e, iii) perspectiva de se alcançar uma expansão mais equilibrada entre os três departamentos básicos: produtor de bens de produção (Departamento I), produtor de bens de consumo não-duráveis (Departamento II) e produtor de bens de consumo duráveis (Departamento III) (PICCOLO, 2010, p. 123).

A questão desenvolvimentista era o alvo desse programa do Estado Restrito, culminando na articulação do capital financeiro vindo do Sistema Financeiro estrangeiro. Com o PAEG em vigência, o tripé se consolidava nas reformas fiscal, monetária e salarial, atingindo no binômio crescimento e redução da inflação (PICCOLO, 2010, p. 127). Assim, todo o projeto político se interligava em outros setores da sociedade civil, conseqüentemente, nos estados da federação brasileira. Dessa forma, o Maranhão adentra nessa perspectiva interligando-se e fazendo interfaces com a política e economia no âmbito nacional.

Com as primeiras medidas do PAEG, o problema dos elevados índices de inflação seria o principal desafio a ser resolvido, haja vista que a abertura ao capital estrangeiro gerava a necessidade de estabilização da inflação, ao lado da implementação de medidas de segurança por meio das prerrogativas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

---

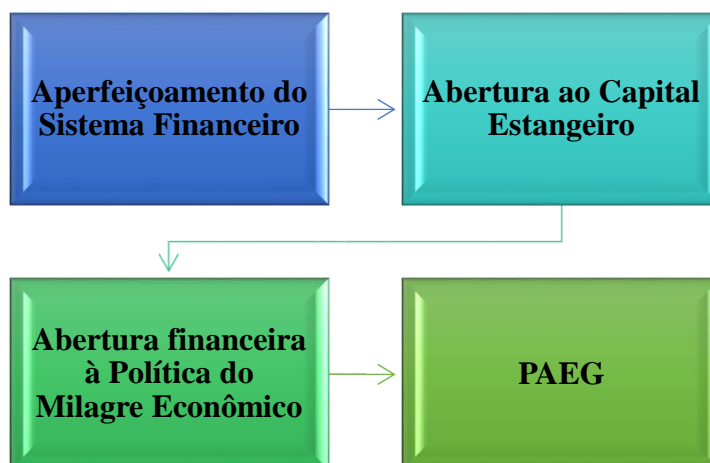
<sup>38</sup>“O PAEG foi implantado no bojo da mudança político-institucional provocada pelo movimento militar de 1964 e em contexto de aguda instabilidade econômica agravada por conflitos de natureza sociopolítica. No período pré-1964, inflação crescente e crises no balanço de pagamentos forma resultados de políticas monetárias extremamente expansionistas, seja para financiar déficits públicos ou para acomodar a expansão de crédito ao setor privado pelos bancos oficiais e privados. Não foi por outra razão que o combate à inflação constitui-se no principal objetivo do plano de estabilização do período de 1964-66” (MOURA, 2007, p. 13).

Tendo optado pelo gradualismo, as autoridades reconheceram que por um longo período teriam que “conviver com a inflação”, o que as conduziu à criação de um sistema abrangente de indexação que em princípio deveria restringir-se aos ativos financeiros. Com base nesse mecanismo de “correção monetária” foi possível reformar e aperfeiçoar o sistema financeiro, criando-se ativos financeiros que canalizaram recursos para atender as necessidades de financiamento do déficit público (PASTORE; PINOTTI, 2007, p.30).

Nessa concepção, a economia presente começava a rumar em direção às condições que viabilizaram o “Milagre Econômico”, fortalecendo a importância e a urgência na implementação das medidas presentes no PAEG, inclusive no que se refere aos incentivos às Superintendências. Assim, o início da fase de aceleração de crescimento econômico começava a se tornar transparente, ocorrendo, o início em 1967, do *boom* econômico.

A partir de 1967 iniciou-se uma fase de crescimento econômico acelerado, que durou até o final dos anos de 1970. O crescimento acelerado daquele período foi permitido pelas reformas introduzidas pelo PAEG e, em parte, liderado pelo crescimento das exportações, gerado por duas forças propulsoras: o crescimento acelerado do comércio mundial até 1973 e os subsídios fiscais e creditícios às exportações (PASTORE; PINOTTI, 2007, p.30).

### Organograma 3. Configuração do PAEG



\*Elaboração Própria.

Diante do exposto, fica clara a profunda relação entre o projeto político que chega ao poder em 1964 e a reconfiguração da política econômica, marcada, a partir de então, pelos estreitos laços com o capital internacional e incentivadora da atuação da Superintendências como ferramentas capazes de promoção do desenvolvimento dos mais diversos estados da Federação.

Nas perspectivas a favor do desenvolvimento nas dinâmicas maranhenses, o governo Sarney foi marcado na questão do desenvolvimento imediato, ou seja, a política de retirada do Maranhão da “obscuridade corrupta” do *vtorinismo* seria o primeiro dos diversos aspectos a se questionar e agir. Nas palavras do novo governo o progresso e o desenvolvimento eram os pontos principais para se alcançar, Monica Piccolo cita a pretensão do então governo, “o progresso era materializado nas estradas que cortariam o Maranhão e na eletricidade” (PICCOLO, 2015, p.77). Significa dizer que, o desenvolvimento só poderia ser concreto com a entrada de José Sarney ao governo do estado e, assim, acoplar o Maranhão às dinâmicas federais da Ditadura Empresarial-Militar. Cabe ressaltar, que, com o apoio da Ditadura, José Sarney teve notoriedade no processo de candidatura e, posterior, ganho de eleição. Como seria possível retirar um estado imerso nas fraudes e torná-lo importante? Uma das principais repostas seria o grande apoio dos Aparelhos Privados de Hegemonia na conjuntura política, determinando “novos tempos” ao Maranhão, depois a ação das Superintendências de Desenvolvimento para o desenvolvimentismo acelerado.

Na caracterização da preposição nas relações políticas e econômicas presentes no estado em consonância com a instância federal, está a prerrogativa singular que o Maranhão começa a destacar, quer dizer, com as vigências dos Planos políticos tomando ascendência constituiria as práticas das dinâmicas no Maranhão, destacando os setores de: a) Infraestrutura; b) Industrialização; c) Sociedade e d) Questão da Terra.

O desenvolvimento implica em duas frentes: Estado e Capital, condicionando as ações dialéticas política-economia nas diversas implicações no desenvolvimentismo, ou seja,

O mercado interno está inevitavelmente vinculado ao externo. Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E, à medida que aumentava a exportações de capitais e se ampliavam, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro, assim como as “esferas de influência” das maiores associações monopolistas (LENIN, 2012, p. 99)

Nesse sentido, a associação entre as ações do Estado, frente às políticas estadistas envolvendo diretrizes governamentais em questões centrais e relevantes, e do Capital, utilizando mecanismos da Sociedade Civil no âmbito do empresariado, são de grande importância na legitimação do então projeto hegemônico em pleito. Observa-se, portanto, que os desenvolvimentos das propostas econômicas e políticas tinham uma função e aplicabilidade afim, ou seja, era necessário pôr em prática os planos que então viriam a se tornar hegemônicos e, justamente, a estreita relação entre empresariado-governo era a principal hegemonia a ser



levada em conta, não deixando de lado o apoio significativo dos jornais na manutenção do consenso diante os projetos.

Diante disso, o jornal *O Imparcial* apresenta argumentações de Sarney para que haja investimentos vindos diretos do empresariado tanto nacional quanto internacional, abrindo o leque de possibilidades na aplicação do capital, apontando os recursos naturais presentes e os projetos de infraestrutura já em andamento, ou seja, o intuito era atrair a inversão de capital.

O governador José Sarney nos repetidos encontros que tem tido com os investidores nacionais, no entanto tem explicado as imensas possibilidades que o Maranhão oferece para a inversão de capitais enumerando as grandes riquezas nacionais, ainda inexplorados. O objetivo do chefe de estado maranhense, nesses encontros, é atrair a atenção das elites produtivas nacionais para o Maranhão, de modo a apressar o processo de industrialização do nosso Estado. Nesses encontros, o governador tem alinhado todas as facilidades que o governo do Estado concede aos interessados na inversão de capitais, no Maranhão, bem como os benefícios de caráter fiscal, que trarão para a instalação as indústrias, de qualquer espécie, no Maranhão (*O Imparcial*, 01/03/1967, p. 03).

Com isso, os investimentos advindos do capital nacional e multinacional teriam outra parcela significativa para a atuação dos projetos desenvolvimentistas que seriam importantes na dinâmica econômica do Maranhão: a atuação das Superintendências de Desenvolvimento.

As Superintendências atuantes no Maranhão – o único estado da federação brasileira a receber incentivos financeiros de duas agências estatais ao mesmo tempo – eram a SUDENE e SUDAM. “Havia os investimentos que vinham das superintendências de desenvolvimento, SUDENE e SUDAM, que promoviam e incentivavam grandes projetos no seio do Estado para alavancar o próprio Estado” (MENDES, 2016, p. 331), ou seja, os investimentos que eram licitados pelo governo eram enviados pelas Superintendências, condicionados pelo nível e área do licitante e, assim, ocorrer a predisposição do capital diante a argumentação frente à aplicação.

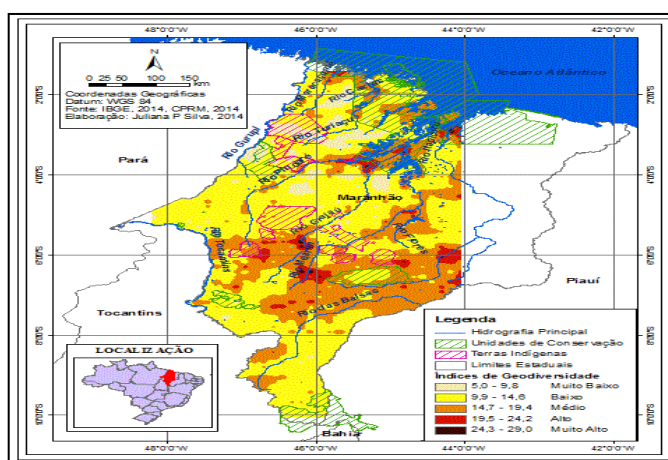
É pertinente destacar que a SUDENE tinha alvos específicos voltados ao desenvolvimento e a investimentos nos setores da industrialização e infraestrutura, mas também nos setores da agroindustrialização, apesar de ser um fator determinante nas ações governamentais em prol das licitações nas diversas áreas econômicas presentes no Maranhão, ou seja, apresentava pontos importantes na atuação política do estado. A exemplo disso *O Imparcial* destaca acerca da movimentação capitalista da SUDENE,

Ao nosso Estado caberá a parcela de NCr\$ 6.177,00 para aplicação nos oito projetos em execução em território maranhense. Por outro lado, a diretoria financeira da autarquia autorizou a liberação em favor da AGROPEMA de recursos da ordem NCr\$ 398.208,00 em cumprimento ao cronograma previsto no projeto aprovado por aquele organismo de desenvolvimento regional (O Imparcial, 10/05/1970).

Já no caso da SUDAM, o interessante estava na aplicação nos setores de agropecuário e agroexportação, ou seja, o descerramento ao capital estrangeiro e a entrada de empresas estrangeiras foram de fundamental importância na questão da problemática da terra, grilagem e latifúndio, sobretudo, no interior do Maranhão, mas também nos investimentos em prol da elite empresarial maranhense em fundamentar as indústrias voltadas ao agroexportação modernas e que chamassem atenção dos investidores.

Desse modo, as relações de investimentos por parte da SUDENE e SUDAM são interessantes, pois a atuação da SUDENE foi mais significativa do que a SUDAM, no sentido de abrangência, conforme a figura abaixo.

**Figura 1.** Mapa da Amazônia Legal



Fonte: **Mapeamento de índices de geodiversidade da Amazônia Legal maranhense.** Disponível em: <<http://www.sinageo.org.br/2014/trabalhos/4/4-399-486.html>>. Acessado em 15/03/2017.

Na parte colorida compreendida pela Amazônia Legal<sup>39</sup> (oeste do Maranhão 44° em relação ao GMT) a atuação da SUDAM é mais intensa. Na parte branca, leste do Maranhão, em

<sup>39</sup> Para integrar uma região sempre pouco povoada e pouco desenvolvida, a Lei 1.806, de 06/01/1953 criou a (hoje extinta) Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e anexou à Amazônia Brasileira, os estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso. Aquele dispositivo legal também definiu que esta área seria chamada de Amazônia Legal, e através dela se concentrariam os esforços para combater o subdesenvolvimento econômico daquela parte do país. Em 1966, a SPVEA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), órgão que além de coordenar e supervisionar programas e planos de outros órgãos federais, muitas vezes mesmo os elaborava e executava.

tese, seria somente a atuação da SUDENE, porém a autarquia destaca-se de maneira significativa em diversos setores maranhenses, inclusive nas áreas para além da industrialização, quer dizer, era necessário modernizar o país e, conseqüentemente, os investimentos das Superintendências era crucial, além de compreender o Maranhão como todo, não se limitando a pequena parte (em branco) situado a oeste.

É interessante frisar que a atuação da SUDAM estava interligada à Amazônia Legal e tinha como uma das principais prerrogativas o avanço no setor agroexportador, isto é, com a modernização promovida na política do “Maranhão Novo” os avanços nos setores da agricultura e pecuária eram de grande valia. Segundo Asselin,

A SUDAM também atuou em cheio, promovendo e incentivando os grandes projetos. Estar de posse de uma área de 20 mil a 60 mil hectares era condição prévia para merecer atenção da SUDAM. Os interessados, então, faziam uma carta-consulta à SUDAM, onde apresentavam um projeto agropecuário ou madeireiro, com todas as fases de execução já programadas, e aguardavam respostas (ASSELIN, 2009, p.165).

Já no caso da SUDENE, os investimentos estavam em diversos setores: industrialização, infraestrutura, questão da terra; ampliava o leque de possibilidades de atuações no Maranhão. Além disso, a execução financeira da Superintendência estava diretamente relacionada à entrada do capital estrangeiro e à implantação de empresas multinacionais no estado. Porém, houve a necessidade de criação de um órgão que recebesse e redistribuísse esses investimentos. Nessa conjuntura, cria-se pela Lei nº 2669, de 29 de Julho de 1966, a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão, que tinha como intuito,

É criada a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA de natureza autárquica com o objetivo de planejar, coordenar e controlar a política do desenvolvimento econômico e social do Maranhão, visando, especialmente, aos seguintes fins, no âmbito da administração centralizada e descentralizada. A) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Estado; B) executar diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os programas pertinentes e realização de seus objetivos e integrantes do Plano de Governo; C) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou externa, ao Estado e aos Municípios; D) promover o treinamento, capacitação, a

---

Os limites da Amazônia Legal foram estendidos várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. A sua forma atual foi definida pela Constituição de 1988, que incluiu Tocantins, Roraima e Amapá. Atualmente a região é responsável por uma nova versão da SUDAM, autarquia federal criada pela Lei Complementar nº124, de 3 de janeiro de 2007 e vinculada ao Ministério da Integração Nacional. A Amazônia Legal é uma área de 5.217.423 km<sup>2</sup>, que corresponde a 61% do território brasileiro. Além de abrigar todo o bioma Amazônia brasileiro, ainda contém 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal matogrossense. Ela engloba a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>>. Acessado em: 26 de Agosto de 2017.

formação e o aperfeiçoamento do pessoal necessário à execução dos programas integrantes do Plano do Governo (Legislação SUDEMA, 29 de Julho de 1966).

Com isso, após a legislação e promulgação da SUDEMA, os investimentos advindos, tanto da SUDENE quanto da SUDAM, eram recebidos por esse órgão e, posteriormente, destinados às devidas licitações nas áreas solicitadas, que estivessem com os investimentos designados. Além disso, foi a partir realizações da SUDEMA que se deu o ponto de partida para a questão da concentração de terra e o latifúndio, consolidado no momento de aprovação da Lei de Terras de 1969, ou seja, com as atribuições dos investimentos feitos pela SUDEMA estreitam-se as relações com o grande empresariado rural e, também, ampliam-se os investimentos estrangeiros para a aplicação e implantação de capital por meio das empresas, haja vista a facilidade que o governo do Maranhão proporcionava, dentro da política desenvolvimentista do “Milagre Maranhense”.

No entanto, observa-se a complexidade nas ações do Estado Restrito e do capital estrangeiro na inserção da política referente à consolidação nos diversos aspectos do latifúndio, política econômica, industrialização e infraestrutura, promovendo, segundo Octavio Ianni, “o novo ciclo de globalização do capitalismo” (IANNI, 2004, p.39) uma vez que as dinâmicas do mercado monetário e mercantil se inter-relacionam, segundo Marx;

O sistema monetário e mercantil declara que o comércio mundial e os ramos especiais do trabalho nacional, que desembocam diretamente no comércio mundial, são as únicas fontes verdadeiras da riqueza e do dinheiro, convém observar que, naquela época, a maior parte da produção nacional apresentava ainda formas feudais e servia de manancial imediato de subsistência aos próprios produtores (MARX, 2008, p.201).

Nesse aspecto, as proposições para os investimentos nos setores rurais foram de grande relevância para as liberações das licitações da SUDENE e para a entrada do capital estrangeiro. Assim, José Sarney, como governador do estado do Maranhão, lançava essas licitações para o ganho de aplicação de capital.

Assim falamos na parte do desenvolvimento urbano, ocasião em que tratamos não só sobre o plano de habitação, como também de um programa específico que estamos pondo em execução já, se bem que ainda numa fase preparatório, mas já com algumas medidas positivas. Refiro-me ao Programa de Ação Concentrada do Ministério do Interior que terei oportunidade, a seguir, de tecer considerações maiores. No que toca ao desenvolvimento rural, achamos que no Ministério do Interior nós poderíamos cuidar de irrigação e então falamos do que temos feito e pretendemos realizar a irrigação. Falamos a

respeito dos trabalhos a carga do GERAN<sup>40</sup>. [...] Posso adiantar que houve grande interesse sobre o assunto, talvez mesmo o assunto que mais interesse despertou, já tendo, inclusive, atravessado as fronteiras e despertando o interesse de vários países em mais de um continente (ATA SUDENE 108, 25/06/1969, p.13).

Contudo, as questões dos investimentos por parte do capital estrangeiro e das Superintendências de Desenvolvimento foram de grande importância para a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Maranhão.

Em face de tudo o exposto a Secretaria Executiva solicita a esse Conselho autorização para participar do aumento de capital da CEMAR, mediante a incorporação de bens, ficando, entretanto, a aludida participação condicionada à aprovação, por esse Conselho Deliberativo, do laudo de avaliação antes mencionado (PROPOSIÇÃO SUDENE 01, 09/01/1969, p.02).

#### **Organograma 4. Atuações das Superintendências no Maranhão**

##### **SUDENE**

- Industrialização e Infraestrutura.
- Incentivos ao Capital Financeiro.
- Investimentos Estatais.

##### **SUDEMA**

- Planejar, coordenar e controlar a política do desenvolvimento econômico do Maranhão.
- Administração centralizada e descentralizada.
- Receber e distribuir investimento advindos da SUDAM e SUDENE.

##### **SUDAM**

- Investimentos Agropecuários.
- Industrialização.
- Abertura ao Capital Financeiro Estrangeiro nos setores da terra.

\*Elaboração Própria.

Além disso, a questão do desenvolvimentismo por meio do “Milagre Maranhense” era o que gerava a engrenagem propulsora para as realizações dos diversos setores ligados à elite empresarial em consonância com o governo, pois era necessário gerar bons resultados em prol de um complexo capitalista ligado ao governo federal. Dessa forma, era de suma relevância

<sup>40</sup>Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste.

estimular os investimentos estatais e privados para então alavancar a economia regional. Diante disso, Dreifuss (1989) analisa a forma como o capital se molda à lógica governamental e por uma profunda relação com os Aparelhos Privados de Hegemonia com o Estado, ou seja, as estreitas relações vão promulgar as efetivas aplicações em benefício do desenvolvimento e ao mesmo tempo classificar a “boa” postura dos governantes e empresários, caracterizando-os como Intelectuais Orgânicos em favor da hegemonia.

Apesar do domínio econômico, a estratégia do capital monopolístico transnacional no Brasil e dos interesses financeiro-industriais locais para expressar suas demandas a nível de Estado nacional não se limitava a uma mera imposição econômica. Dependia sobretudo de suas ações políticas. O controle sobre as diretrizes econômicas das empresas era assegurado pela utilização de diretores e profissionais brasileiros que acumulavam funções estatais influentes e proporcionavam apoio político através dessas posições. Suas atividades, relacionadas ao *macro-marketing*, direcionavam-se de maneira a assegurar condições políticas favoráveis para a produção e eram determinadas pelas diretrizes econômico-políticas de alcance nacional das companhias multinacionais (DREIFUSS, 1986, p.72).

Assim, as dinâmicas entre Capital e Estado – Sociedade Civil e Sociedade Política – está diretamente ligado aos interesses da classe burguesa brasileira, sobretudo, a maranhense no condicionamento das políticas hegemônicas diante interesses maiores, além de estarem ligados ao projeto desenvolvimentista do “Milagre Maranhense” na entrada do Maranhão das perspectivas do cenário nacional. Com a postura de favorecimento dos Aparelhos Privados de Hegemonia, as associações se tornam mais visíveis e significativas, acarretando o consenso diante o desenvolvimento do Estado e as conexões com investimentos estatais e privados.

### **3.2 O Imparcial e O Dia: consenso e desenvolvimento nos limites políticos e econômicos**

Os jornais como organismos ativos na dinamização de consenso em relação a um público-alvo foram de grande importância na propagação das diretrizes governamentais durante a administração de José Sarney no Maranhão. Além disso, tomando por base a matriz gramsciana em pensar os impressos; Gramsci relaciona-os como *Aparelhos Privados de Hegemonia*, aqueles que exercem a função de organização de uma vontade coletiva<sup>41</sup> e nacionalização de um projeto ser hegemônico diante de uma concepção ideológica, composição essa na perspectiva do plano político do “Maranhão Novo” e, conseqüentemente, aglutinado no

---

<sup>41</sup>Para aprofundamento, vide o capítulo 1.

“Milagre Maranhense”. Nesse sentido, a propagação das ideologias do novo governo era necessária para a efetivação da hegemonia e das iniciativas das classes dominantes nos diversos setores da política e sociedade.

Com o governo de Sarney em vigência, era necessário começar a corrida frente à questão do desenvolvimento ou, até mesmo, pôr em prática a então “esperada reforma administrativa”, e para o novo governador, “será a obra marcante do meu governo”. Numa mesma intitulação do dito, *O Imparcial* enfatizará como se daria a então reforma,

[...] “Reforma administrativa no Estado, teve início com a inauguração da Escola de Administração Pública do Estado<sup>42</sup>”. O Chefe do Executivo maranhense referiu-se, também, a numerosos cursos e simpósios promovidos pelo governo, dentro da tônica de criação de uma nova mentalidade progressistas no Estado. Enumerou como importantes iniciativas do governo a realização, no Maranhão, do I Simpósio de Pesca do Maranhão, do Curso da Escola de Superior de Guerra, Curso para Diretores de Empresas Privadas, Simpósio de Agricultura e outros já realizados sob auspício do governo. O governador José Sarney afirmou, por fim, que “implantação da reforma administrativa significará um processo para elevar o índice de bem-estar do homem e da comunidade”. Disse, mas, que “significará a estruturação e organização racional dos meios, que facilitem, fortaleçam e aceleram o processo do desenvolvimento” (*O Imparcial*, 15/02/1967).

As relações governamentais começam a tomar forma, quando as primeiras medidas foram buscando alicerce nas áreas da sociedade, economia e política sendo primordial para que a hegemonia do bloco do poder fosse efetivada, ou seja, as disputas em relação aos projetos hegemônicos eram fundamentais para estabilização administrativa tanto para os políticos quanto para o ramo empresarial. Além disso, ainda havia movimentos contra-hegemônicos em busca da legitimidade, ocasionando a Ossatura Material do Estado<sup>43</sup>. Com isso, a posição da política do “Maranhão Novo” se tornava ainda mais pertinente em relação às questões de investimento, infraestrutura, sociedade e industrialização; isto é, a “modernização”.

Falou o Presidente Castelo Branco em Maranhão do bem-estar e da prosperidade e, apropriadamente, situou metas os grandes objetivos do governo estadual. Foi realmente esse slogan de campanha do dr. José Sarney: Liberdade e Progresso com Justiça Social. Um slogan revolucionário para o

<sup>42</sup>A criação da Escola de Administração tinha como objetivo a organização estrutural e treinamento da corporação administrativa do governo, ou seja, o foco do treinamento administrativo era de suma importância para o andamento das proposições dentro da Sociedade Política.

“A Escola de Administração Pública do Estado (E.A.P.E.M.), terá sede e foro na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, gozando de autonomia didática administrativa e disciplinar. A administração da Escola na forma a ser estabelecida em seu regimento, será exercida pela: a) Congregação; b) Conselho Departamental; e c) Diretoria” (Legislação da Escola de Administração, 22 de Dezembro de 1966).

<sup>43</sup>Veja com mais detalhes no capítulo 1.

Maranhão de ontem em que a Liberdade era um direito negado nos cidadãos, e a justiça social floresce sobre a estagnação e até mesmo em certos casos regressão econômica. [...] O Maranhão do bem-estar e da prosperidade começa a ser construído em suas grandes linhas e a curto prazo ser realidade que todos possamos orgulharmos pela Liberdade assegurada e o Progresso com Justiça Social ao alcance de todos os maranhenses (O Dia, 25/05/1966, p.03).

O Maranhão havia sido caracterizado pelo general-presidente Castelo Branco como o “lugar da prosperidade”, dando indícios a uma nova perspectiva política, mas principalmente econômica com acesso direto às Superintendências de Desenvolvimento, empresas privadas e ações dos Aparelhos Privados de Hegemonia. Nesse sentido, Guilhon (2007) destaca acerca das recentes mudanças, quer dizer, “mudanças econômicas e políticas que ocorreram no Maranhão não somente dos determinantes próprios da realidade estadual” (GUILHON, 2007, p.8), significando novas posturas por parte do governo, mas também dentro do ramo empresarial sendo necessárias as interlocuções entre ambas, que para Marx (2008) é “a transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura” (MARX, 2008, p. 49-50). Além disso, era de grande importância as estreitas vinculações com o Nordeste visando investimentos contínuos da SUDENE.

[...] No momento em que o governador se despedia do superintendente, prometendo voltar à tarde para acertar, em definitivo, o polo técnico que a SUDENE dará ao Maranhão. O engenheiro Reginaldo Sá, do Departamento de Infraestrutura, entrou no gabinete do superintendente para que este assinasse uma liberação de 350 milhões de cruzeiros para as Centrais Elétricas do Maranhão – CEMAR –. O superintendente autorizou a liberação (O Dia, 14/01/1966, p. 05).

Os investimentos destinados às agências estatais, às indústrias e aos projetos de infraestrutura foram um foco importante para a dinâmica do desenvolvimentismo no “Maranhão Novo”, determinando perspectivas de acesso ao capital multinacional e também liames com o empresariado regional, nacional e internacional. Com o PAEG e a DSND em exercício, a funcionalidade da movimentação capitalista era de fundamental importância, ou seja, “a concentração de capitais atinge patamares inimagináveis e produz uma gigantesca socialização das forças produtivas” (FONTES, 2010, p. 150), pois era interessante propagar as novas diretrizes políticas e o “bom celeiro” para aplicação e investimento capitalista.

“É possível vislumbrar ao Maranhão o melhor Estado para investimentos: com um território maior que a França, o Maranhão é considerado o Estado, consideravelmente, mais rico do Nordeste brasileiro; a Usina de Boa



Esperança (220 W) entrará com carga no ano de 1967; o Porto do Itaqui estará concluído em 3 anos e será a porta de acesso ao Brasil Central; o Estado possui grandes riquezas minerais, grandes áreas propícias à pecuária, e uma riqueza nacional – o babaçu” disse o governador Sarney aos investidores reunidos no Estado de Fortaleza aplaudindo o pronunciamento. [...] (O Dia, 26/06/1966, p. 07).

Segundo Alves (1984), os investimentos eram considerados fundamentais para o alcance dos objetivos de desenvolvimento no país, alcançando os núcleos regionais esperando que acontecesse de maneira rápida e eficiente em relação às empresas nacionais e multinacionais. A dinâmica do “Milagre Maranhense” era considerada um fator significativo e os impressos faziam questão de apresentar um bom desempenho ao longo do governo Sarney, ou seja, um consenso em torno da fração de classe no poder e, também, a predisposição em propagar a vontade coletiva diante do projeto em vigência, isto quer dizer, “a imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes” (CAPELATO, 1988, p. 13).

Além disso, é importante destacar as diversas conexões com o capital financeiro em prol da hegemonia econômica por meio das agências financeiras atuantes no Maranhão. Os financiamentos bancários eram marcantes nas associações diante a infraestrutura, como exemplo, a construção e manutenção de estradas; feito por meio da DER<sup>44</sup> (Departamento de Estradas e Rodagem), aplicação e investimentos pelas Superintendências – SUDENE e SUDAM – além da vinculação direta com os bancos com atuação a nível nacional, como o BNDE. No entanto, a atuação dessas agências significava que a vigência do “Milagre Maranhense” estava sendo posta em prática, mesmo que a dinamização fosse dita pelos impressos apenas em 1970. Porém, as práticas econômicas realizadas ao longo do governo Sarney tinham como objetivo alavancar o Maranhão em relação aos outros estados, sobretudo, nordestinos, nesse caso, a preocupação em dinamizar um estado propício aos investimentos.

Diante disso, o acesso a essas práticas demonstrava que a hegemonia do “Maranhão Novo” era relevante e significativa. Não era à toa o grande empenho dos Aparelhos Privados de Hegemonia, pois o mais importante era apresentar os aumentos econômicos. Assim sendo, os investimentos nas indústrias, habitação, administração, infraestrutura e, até mesmo, na

---

<sup>44</sup>Autarquia maranhense criada no governo de Saturnino Bello responsável pela construção e manutenção de estradas no Maranhão, sendo ampliada no governo Sarney na política do Maranhão Novo. Acerca dos objetivos, a DER;

“Objetivo: Executar ou fiscalizar dados os serviços técnicos, e administrativos concernentes a estudos, projetos, especificações, orçamentos, locação, construção, reconstrução e melhoramento das estradas compreendidos no “Plano Rodoviário do Estado”, inclusive obras de arte e outras obras complementares ou correlatos”(Legislação DER, 28 de Junho de 1946).

questão da terra eram publicizados como o marco da “funcionalidade” do projeto do “Milagre Maranhense” apresentado e apoiado pela cúpula empresarial presente no capitalismo maranhense, ou seja, era necessário a organização e administração no cunho político e econômico; daí a representatividade da SUDEMA, que não estava somente interligada a SUDENE e SUDAM, mas em toda a dinâmica de atuações financeiras no Maranhão.

Há uma intensificação da organização estatal em prol da consolidação do capitalismo financeiro no Brasil. Diversas ações, dentro e fora do Estado Restrito, possibilitaram a construção de uma conjuntura estratégica que tornara fértil o solo nacional para a ampliação das relações capitalistas. No Maranhão não foi diferente, as relações capitalistas se expandiram de modo que o Maranhão foi inserido na lógica capital-imperialista nacional de forma subsidiada, assim como toda região do nordeste (BELO, 2015, p. 255).

Observe as tabelas abaixo das atuações das instituições financeiras que se destacam na organização e objetivação dos interesses econômicos e nas diversas ações em prol de uma fração de classe, cabendo ressaltar que a maior atuação estava no âmbito do Estado Restrito, ou seja, a primazia governamental no controle e poderio das ações no Estado, porém havia uma participação da Sociedade Civil – empresariado – no espaço econômico, mas também político:

**Tabela 1.** Agências atuantes no Maranhão – Estado Restrito (1966-1970)

<b>AGÊNCIA DO ESTADO RESTRITO</b>	<b>OBJETIVO</b>
Banco do Nordeste	Financiamento e Investimento
Banco Estadual do Maranhão	Financiamento, Investimento e Recebimento de Capital
Banco do Nordeste do Brasil	Financiamento
Banco Nacional de Habitação	Financiamento Habitacional
Banco da Amazônia S/A	Financiamento
Banco Central do Brasil	Financiamento
Banco do Brasil	Financiamento e Investimento
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	Financiamento e Investimento
CEMAR	Abastecimento
CAEMA	Abastecimento
COHAB	Habitação
SUDENE	Financiamento, Investimento e Consultoria
SUDAM	Financiamento, Investimento e Consultoria
SUDEMA	Administração e Consultoria
DER	Construção e Manutenção de Estradas do Maranhão
IPEM	Previdência Social dos Maranhenses

**Fonte:** O Imparcial/O Dia (1966-1970). Elaboração Própria.

**Tabela 2.** Agências atuantes no Maranhão – Sociedade Civil (1966-1970)

<b>AGÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL</b>	<b>OBJETIVO</b>
IPES	Organização e Consultoria
IBAD	Organização e Consultoria
FIEMA	Consultoria e Financiamento
SESI	Organização e Consultoria
SENAC	Consultoria
BRADESCO	Financiamento e Investimento

**Fonte:** O Imparcial/O Dia (1966-1970). Elaboração Própria.

Além disso, um fator importante para a conjuntura do “Maranhão Novo” é a questão da agroindústria e, conseqüentemente, uma relação direta com a dinâmica da terra. Os impressos enfatizavam de maneira positiva a associação entre agroexportadores e empresários de diversos ramos, sobretudo, os industriais. Porém, era necessário organizar o “problema” do pequeno agricultor, oferecendo terras para cultivo e, posteriormente, a obtenção de resultados financeiros para ambos os lados.

As terras devolutas<sup>45</sup> do Estado poderão ser alienadas ou concebidas em caráter oneroso, mediante requerimento dos interessados. Essas terras serão oferecidas à concorrência ou à hasta pública, ou ainda aplicada a destinações especiais. Isto é o que consta da Lei de Terras, decretada pelo Governador José Sarney. As devolutas do Estado serão cedidas sempre em caráter oneroso, salvo ficar comprovada a necessidade com empreendimento de relevante interesse social ou iniciativa pioneira na economia da região, implicando, no último caso, na participação do Estado nos resultados financeiros (O Dia, 03/01/1970, p. 05).

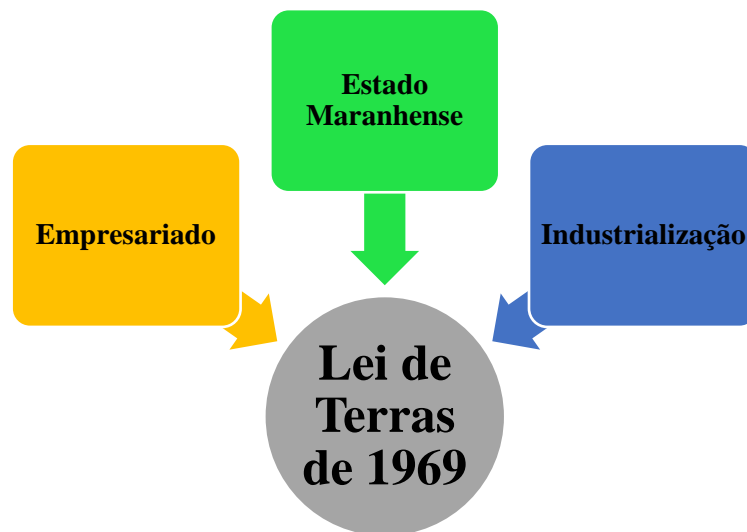
Contudo, ocasionou a abertura a Lei de Terras de 1969, conhecida como “Lei de Terras Sarney”, que deu vazão à comercialização das terras do Estado para a industrialização da terra, pois era necessário modernizar a agropecuária no Maranhão, objetivando lucro tanto

<sup>45</sup>Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27510-o-que-sao-terras-devolutas/>>. Acessado em 30 de Agosto de 2017.

para o empresário quanto para o Estado, ou seja, dualidade de arrecadação de recursos capitalistas e transferências e imensas extensões territoriais a grupos empresariais do nordeste e centro-sul do Brasil (SILVA; CUNHA, 2012, p. 03).

A despeito do significativo da produção agrícola maranhense, nos últimos anos, em virtude do maciço afluxo de população rural as terras virgens da nova fronteira agrícola, por migração interna e externa, que não baixa continuou sendo a do sistema de produção, produtividade agrícola e, conseqüentemente, a renda de mais de 80 por cento de nosso povo. Importando-se, portanto, uma ação do governo de fomento agropecuário. Definiu-se por uma política de pesquisa auto-suficiente na produção e crescente distribuição de sementes selecionadas, controle de zoonoses e pragas vegetais, estímulo e orientação técnica de interesses econômico para o Estado (O Imparcial, 12/04/1969, p.06).

#### **Organograma 5.** Condicionantes para a efetivação da Lei de Terras de 1969



\*Elaboração Própria.

Além da questão da terra, um fator primordial é a dinâmica da implantação da industrialização no Maranhão. Na política do “Milagre Maranhense”, o foco principal estava na modernização, por isso, a necessidade de investimentos nesse setor. Segundo Maria Helena Alves,

O modelo econômico posto em prática pelo governo obedecia a uma tendência definida como “produtivista”. Segundo esta visão, um país subdesenvolvido precisa criar as melhores condições possíveis para o investimento, especialmente o estrangeiro, de modo a acumular suficiente capital para promover a “arrancada” do desenvolvimento econômico. [...] A posição

“produtivista” está implícita na Doutrina Nacional de Segurança Nacional e Desenvolvimento: o crescimento é necessário para aumentar a capacidade produtiva industrial do Brasil, desenvolver o interior e a região amazônica para “tamponar” as vias de penetração e adiantar o supremo objetivo de realização do pleno potencial do país como potência mundial (ALVES, 1984, p. 146-147).

Outrossim, as complexidades dos investimentos estavam ligados com a distribuição orçamentária advindo da SUDENE na aplicação do capital na modernização industrial, isto é, a abertura das inversões capitalistas, cujo o objetivo era o desenvolvimento industrial, sendo um dos principais pontos da política do “Maranhão Novo”, ou seja, na fala de Sarney em uma reportagem ao jornal *O Dia* em 01 de fevereiro de 1969, refutando a presença maciça dos empresários ao governo, além do governador fazer alusão ao papel desempenhado pelas classes empresariais dentro da dinâmica governamental. Numa concepção gramsciana, as relações das classes burguesas em prol da hegemonia política e com o consenso desempenhado pelos impressos as dinâmicas capitalistas se consolidam.

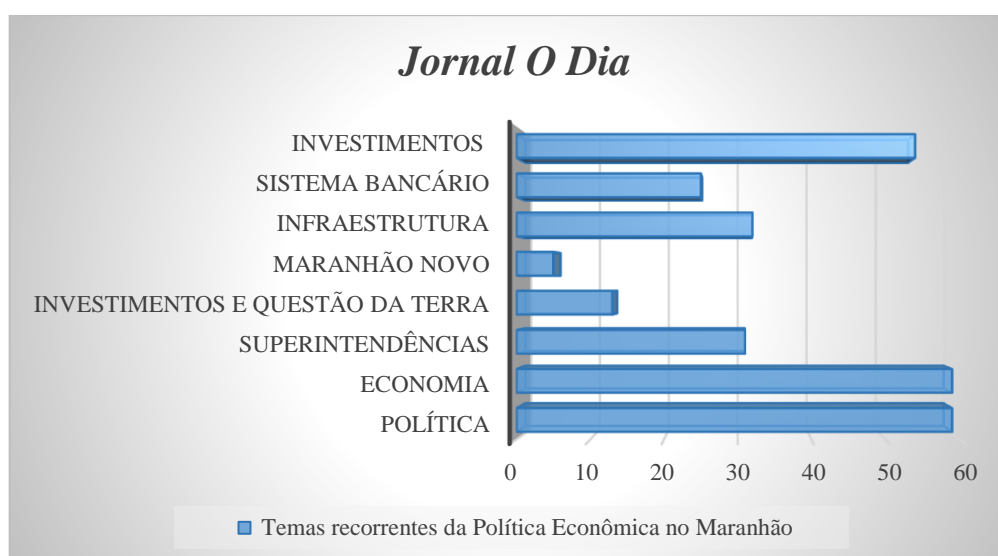
O Conselho Deliberativo aprovou financiamentos para duas firmas industriais do Maranhão, no caso, “Neves e Filho Ltda.”, estabelecida em Cantanhede e “Cacique Indústria de Roupas Ltda. As estão enquadradas na programa de financiamentos à pequena e média indústrias. Por outro lado, foi aprovado o Plano de Contenção e Disponibilidade de Recursos Orçamentários da SUDENE para o ano de 1969, que passou de NCr\$ 183.417,00 para NCr\$ 119.933.170, e que será disponibilizado para liberação a importância de NCr\$ 68.974.920 (*O Dia*, 28/02/1969, p.05).

Nas dinâmicas da Ditadura Empresarial-Militar no período do início do “Milagre Econômico”, segundo os impressos, o Maranhão já apresentava fatores significativos de “progresso” e “modernidade” e que dentro do próprio estado havia ocorrido o fenômeno do “Milagre”, porém era o Maranhense nos ramos de administração. Para Sarney, a reforma administrativa que seria o marco do governo; na infraestrutura; industrialização, como investimentos diretos das Superintendências, empresas privadas e sistema bancário; e a questão da terra, condicionante para o adentro das perspectivas do capital financeiro e estrangeiro, sendo que “o controle oligopolista de mercado baseava-se principalmente na preferência multinacional pela penetração setorial seletiva, especializada e concentrada, e na integração tecnológica e financeira” (DREIFUSS, 1987, p. 51).

Diante disso, é importante apresentar as principais temáticas presentes nos jornais na disposição em propagar o consenso em torno de um determinado público, pois era de grande relevância enfatizar os feitos do governo “modernizador”, dando ênfase a avanço econômico,

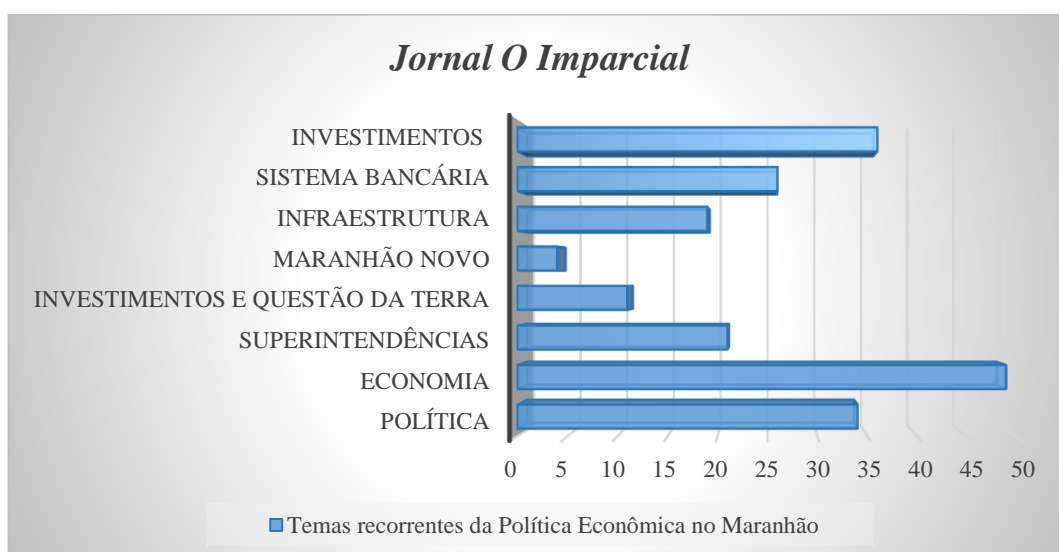
político e tecnológico; além de destacar a participação maciça dos empresários e dos intelectuais orgânicos. Com o apoio do governo federal, os incentivos acabavam por ser facilitados e, assim, predeterminava a predisposição em contemplar e ascender José Sarney por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia.

**Gráfico 1.** Temas recorrentes da Política Econômica no Maranhão no Jornal *O Dia* (1966-1970)



\*Elaboração Própria.

**Gráfico 2.** Temas recorrentes da Política Econômica no Maranhão no Jornal *O Imparcial* (1966-1970)



\*Elaboração Própria.

Observa-se que os temas mais recorrentes estão ligados à relação com os Investimentos, Economia e Política, pois impulsionava e levava ao consenso que a administração de José Sarney estava caminhando para os resultados esperados e era interessante apresentar índices positivos nas articulações políticas do governo, ou seja, a dinâmica do “Maranhão Novo” em consonância com o “Milagre Maranhense” eram os dispositivos certos nas implicações governamentais.

O processo do “Milagre do Maranhão” destaca as possibilidades em que a classe dominante estava inserida, pondo em prática os projetos hegemônicos em exercício, legitimando, portanto, as diversas disputas políticas. O consenso em torno dos Aparelhos Privados de Hegemonia – *O Imparcial e O Dia* – apresentava a sintonia perfeita para a hegemonia do governo maranhense, ou seja, planos e interesses em prol do capital significativo e efetivado nas dinâmicas políticas. Assim, o poder dos impressos na ascensão de uma figura política que se tornaria um oligarca consolidado só demonstra o quão poderoso é na efetivação de um projeto e um bem-comum: a regência de poder permanente.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o projeto da Ditadura Empresarial-Militar hegemônico, as relações de poder nas diversas partes do Brasil foram se moldando conforme os ditames do regime, e, no Maranhão não foi diferente com a disputa eleitoral e, posteriormente, o ganho das eleições na figura de José Sarney desempenhando importante transformação no estado nas diversas áreas: política, economia, sociedade entre outras. O processo de configuração da política do “Maranhão Novo” no governo de José Sarney desempenhou um papel interessante na conjuntura de mudança de um governante para outro, assim como, de ideologias políticas. A dinâmica exercida por tal perspectiva determina a estreita relação com o Regime Empresarial-Militar, como foi observado, no apoio dos militares e da classe empresarial na definição de medidas tomadas por Sarney ao longo da regência governamental.

A preocupação com abordagem do tema e a utilização do arcabouço teórico de Antonio Gramsci foi de grande importância na aplicabilidade dos conceitos frente ao estudo e à pesquisa, mas também a construção e avanços, apesar de serem ínfimos neste período, na historiografia maranhense, sendo de fundamental importância o conhecimento e a problematização da História do Maranhão, sobretudo, no período da Ditadura Empresarial-Militar.

A operacionalização do uso dos jornais *O Imparcial* e *O Dia* no estudo foi com o intuito de perceber como esse meio de comunicação esteve presente na disseminação na “boa política” do governo Sarney, destacando pontos e feitos na idealização de melhoria ao estado. Considerados, numa concepção gramsciana, como Aparelhos Privados de Hegemonia, os jornais salientam a conjuntura governamental de Sarney. Além disso, observa-se, por meio dos impressos, a dinâmica dos planos políticos capitaneados pela regência de um “Maranhão Novo”, aglutinado no “Milagre Maranhense” e, por fim, no impressionante desempenho do estado frente às ações exercidas pelos projetos federais, ocasionando o “fim do obscurantismo” deixado pela oligarquia vitorinista e os “dias de glória” começados pela então iniciada oligarquia sarneísta.

De fato, a ascensão de José Sarney ao governo do Maranhão destacou novas prerrogativas na performance política; no sentido de agregação e consolidação de um projeto então hegemônico, ou seja, as articulações nas áreas da política, economia e social foram essenciais para o alavanco do desenvolvimento dos planos sistematizados, além da participação efetiva da Sociedade Política quanto da Sociedade Civil.

Logo, a perspectiva da ideia de um “Milagre no Maranhão” demonstra a incansável corrida dos jornais *O Imparcial* e *O Dia* em apresentar o bom desempenho no governo Sarney, destacando em qual local estão inseridos os políticos da época nas dinâmicas políticas e a forma de apresentação em disseminar um “Maranhão Novo” e, conseqüentemente, um “Milagre Maranhense” nas “transformações” e na busca de uma política desenvolvimentista possível na história do Maranhão ou não.

## REFERÊNCIAS

### 1) FONTE

#### Jornais **O Dia** e **O Imparcial** (1966-1970)

##### Reportagens:

“O Novo Maranhão”. **O Dia**, 11/06/1966.

“Reforma Administrativa será a obra marcante do meu governo”. **O Imparcial**, 15/02/1967.

“Sarney explica a investidores as possibilidades do Maranhão”. **O Imparcial**, 01/03/1967.

“SUDENE destina novos recursos: Maranhão”. **O Imparcial**, 10/05/1970.

“Maranhão da prosperidade”. **O Dia**, 25/05/1966.

“Investir no Maranhão é realmente bom negócio”. **O Dia**, 26/06/1996.

“Concorrência Pública para cessão e terras devolutas do Estado”. **O Dia**, 03/01/70.

“Estímulo de governo Sarney à agropecuária no interior”. **O Imparcial**, 12/04/1969.

“Empresários reforçam confiança no governador José Sarney”. **O Dia**, 01/02/1969.

“SUDENE aprova financiamentos para indústrias no Maranhão”. **O Dia**, 28/02/1969.

### 2) DICIONÁRIOS

BOBBIO, Noberto. Verbete: Contratualistas. IN: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2008.

\_\_\_\_\_. Verbete: Marxismo. IN: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2008.

BOTTOMORE, Tom. Verbete: Classe burguesa. IN: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

\_\_\_\_\_. Verbete: Antonio Gramsci. IN: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, Verbete Alberto Aboud.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, Verbete Assis Chateaubriand.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, Verbete Atos Institucionais.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, Verbete José Ribamar Ferreira de Araujo Costa.

### **3) LEGISLAÇÃO**

**BRASIL.** ATA 108 – SUDENE. Recife, 25 de Junho de 1969.

**BRASIL.** PROPOSIÇÃO 01 – SUDENE. Recife, 09 de Janeiro de 1969.

**MARANHÃO.** Escola de Administração Pública do Estado – EAPEM. São Luís, 22 de Dezembro de 1966.

**MARANHÃO.** Departamento de Estradas e Rodagem – DER. São Luís, 28 de Julho de 1946.

**MARANHÃO.** Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA, São Luís, 29 de Julho de 1966.

### **4) SITES**

<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/notas.htm>.

Acessado em 25 de Julho de 2017.

<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=637>. Acessado em 23 de Julho de 2017.

<http://www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/estudos-estrategicos/escola-superior-de-guerra-esg>. Acessado em 19 de Janeiro de 2016.

[http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/areas\\_prioritarias/amazonia1/ameacas\\_riscos\\_amazonia/desmatamento\\_na\\_amazonia/grilagem\\_na\\_amazonia/](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/ameacas_riscos_amazonia/desmatamento_na_amazonia/grilagem_na_amazonia/). Acessado em 16 de Julho de 2016.

<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>. Acessado em: 26 de Agosto de 2017.

<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27510-o-que-sao-terras-devolutas/>. Acessado em 30 de Agosto de 2017.

<http://www.sinageo.org.br/2014/trabalhos/4/4-399-486.html>>. Acessado em 15 de Março de 2017.

<http://imirante.com/oestadoma/internas/historico/>. Acessado em 23 de Julho de 2017.

## 5) BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2009.

BELO, Werbeth Serejo. Capital, Apropriação Jurídica e Construção de Consenso em Tempos de Milagre Econômico. IN: PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana da. **Maranhão Republicano em foco: Estado, Imprensa e Historiografia**. São Luís: Editora Shalom/EDUEMA, 2015.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BRAVO, Guilherme Pigozzi. O Partido Impresso: Imprensa e Hegemonia no pensamento político de Antonio Gramsci. IN: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho, 2011.

CAPELATO, Maria Helena. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

\_\_\_\_\_. História do Tempo Presente: a Grande Imprensa como fonte e objeto de estudo. IN: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão Contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.

COSTA, Ramon Bezerra. As origens do jornal O Estado do Maranhão. IN. **X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. São Luís, MA, 12 a 14 de junho de 2008, p. 1-14. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0243-1.pdf>>.

Acessado em 30 de Julho de 2017.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão**. Campinas, SP: Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciência Humana, 2001.

\_\_\_\_\_. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís: UFMA, 1997.

\_\_\_\_\_. Novo Tempo/ Maranhão Novo: quais os tempos da Oligarquia?. In. SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (org.). **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002, p. 13-24.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um novo estudo sobre seu pensamento**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN. PINSKY, Carla Bassanezi et.al. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

DÓRIA, Palmério. **Honoráveis Bandidos: um retrato do Brasil na era Sarney**. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

FICO, Carlos. **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV, Editora UFRJ, 2010.

GIANNAZI, Carlos. **A doutrina de segurança nacional e “milagre econômico” (1969-1973).** São Paulo: Cortez, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo, volume 2.** Caderno 24. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a Política, volume 3.** Caderno 13. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. IN: **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, UFMA, vol. 11, nº 1, p.1-21, janeiro-junho de 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KOWARICK, Marcos. **Amazônia-Carajás Na trilha do saque: os grandes projetos amazônicos.** São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1995.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUNA, Regina Célia M. **A terra era liberta: um estudo sobre a luta dos posseiros pela terra no Vale do Pindaré – MA.** São Luís: EDUFMA, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2014.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos. IN: **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.17, p. 137-151, 2009.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Cascavel, **Espaço Plural**, ano XIII, nº27, 2º sem, 2012, p.39-53.

MENDES, Raíssa Caroline Macau. O Maranhão em Tempos de Milagre: política desenvolvimentista no governo Sarney (1966-1970). IN. PICCOLO, Monica (org.). **Ditadura e Democracias no Mundo Contemporâneo: Rupturas e Continuidades.** São Luís: Editora UEMA, 2016.

MOURA, Alkimar R. Apresentação. IN: MOURA, Alkimar R. (org.). **PAEG e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.

NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985).** São Paulo: Cortez Editora, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. IN: **Revista História e Lutas de Classes**, nº 4, julho de 2007, p. 43-51.

\_\_\_\_\_. História do Tempo Presente, Ditaduras e Segurança Nacional e arquivos repressivos. IN: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.1, nº 1, p. 30-45, jan/jun, 2009.

PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina. O PAEG e as políticas econômicas dos anos 1960 e 1970. IN. MOURA, Alkimar R. (org.). **PAEG e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PEDROSA, Luis Antonio Câmara. **A questão agrária no Maranhão.** Disponível em: <<http://abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf>>. Acessado em 14 de Julho de 2017.



PEREIRA, Robson Raimundo Silva. **Maranhão crisálida? Práticas discursivas e redes de relações sociais no governo de José Sarney (1966-1970)**. São Paulo: UFSCAR, 2008.

PICCOLO, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niterói, RJ: Tese de doutorado, 2010.

\_\_\_\_\_. PND e PED: agentes e agências na construção da hegemonia do projeto privatista (1964-1974). IN: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas; CAMPOS, Pedro Henrique P. (org.). **Ensaio de História Econômico-Social: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2012.

\_\_\_\_\_. O Sarneísmo rumo ao Poder: disputas eleitorais e o projeto “Maranhão Novo”. IN: PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana da. **Maranhão Republicano em foco: Estado, Imprensa e Historiografia**. São Luís: Editora Shalom/ EDUEMA, 2015.

PINTO, Pâmela Araújo. Jornal O Imparcial: O embrião do fotojornalismo maranhense. IN: **Revista Cambiassú**, São Luís, nº 3, vol. 17, p. 78-93, jan/dez. 2007.

PINHO, José Antonio Gomes de. Reforma do Aparelho do Estado: Limites do gerencialismo frente ao patrimonialismo. IN: **Revista O&S**, vol. 5, nº 12, maio/agosto, 1998, p.59-79.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

RÉMOND, René. Uma história presente. IN: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA, Aichely Rodrigues da; CUNHA, Valdeir Vieira da. A luta pela terra no Maranhão: caso do bico do papagaio. IN: **Anais de XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: “Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”**, Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012, Universidade Federal de Uberlândia – UFU – Campus Santa Mônica.

SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Bendito Leite: 1821-2007**. São Luís: Edições SECMA, 2007.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ZIGMAN, René B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. IN: **Projeto História**, São Paulo, v.4, p.89-102, 1985.

## APÊNDICE

**TABELAS DOS JORNAIS *O IMPARCIAL* E *O DIA* COM TEMAS REFERENTES À POLÍTICA E ECONOMIA NO MARANHÃO DURANTE O GOVERNO DE JOSÉ SARNEY (1966-1970)**

**Tabela do Jornal O Dia (1966-1970)**

<b>DATA</b>	<b>TÍTULO DA NOTÍCIA</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>14/01/66</b>	Sarney: vou governar com os pés fincados na SUDENE	<b>5</b>
<b>15/01/66</b>	Sarney conseguiu da FAO 1 milhão de US\$ para babaçu	<b>1</b>
<b>19/01/66</b>	Conservadores econômicos preverem nova expansão na economia dos EE. UU. em 66	<b>3</b>
<b>23/01/66</b>	Encontro de produtores e técnicos define as metas do abastecimento	<b>5</b>
<b>01/02/66</b>	Discurso ao Maranhão libertado	<b>2</b>
<b>02/02/66</b>	Sarney manda lacrar o cofre do tesouro	<b>5</b>
<b>03/02/66</b>	SUDENE e BNDE discutem ajuda para o nordeste	<b>-</b>
<b>08/02/66</b>	Maranhão não pode ficar só depois da libertação	<b>5</b>
<b>15/02/66</b>	Débito do Estado vai a 7 bilhões	<b>1</b>
<b>26/02/66</b>	BCA com 4 milhões no Estado quer entrosamento com o BEM	<b>5</b>
<b>02/03/66</b>	Carolina solidaria com Sarney na luta pelo desenvolvimento	<b>5</b>
<b>04/03/66</b>	Maranhão é o Estado menos industrializado do Brasil	<b>5</b>
<b>05/03/66</b>	Próxima reunião da SUDENE será realizada no Maranhão	<b>1</b>
<b>05/03/66</b>	A SUDENE está empenhada no Desenvolvimento do Maranhão	<b>5</b>
<b>16/03/66</b>	Sarney assegura a Carolina recursos para o desenvolvimento	<b>5</b>
<b>17/03/66</b>	O Maranhão voltará a ser grande produtor de algodão	<b>5</b>
<b>24/03/66</b>	A política de entendimento	<b>3</b>

<b>27/03/66</b>	Secretaria de agricultura inicia o programa do abastecimento	<b>7</b>
<b>01/04/66</b>	Para reconquistar mercados arroz e algodão do abastecimento	<b>5</b>
<b>03/04/66</b>	Empresários nacionais querem Itaqui construído pelo governo José Sarney	<b>7</b>
<b>05/04/66</b>	DAES constrói novas estações de bombeamento e tratamento d'água	<b>5</b>
<b>14/04/66</b>	O problema dos recursos materiais em um Maranhão em desenvolvimento	<b>3</b>
<b>20/04/66</b>	Sarney leva a Castelo problemas do Maranhão	<b>1</b>
<b>07/05/66</b>	Boa Esperança	<b>3</b>
<b>15/05/66</b>	Confiança COHAB	<b>3</b>
<b>21/04/66</b>	Incentivos	<b>3</b>
<b>21/05/66</b>	“Maranhão Athenas pela cultura será Esparta pelo progresso”	<b>5</b>
<b>25/05/66</b>	Maranhão da prosperidade	<b>3</b>
<b>03/06/66</b>	Método lançado na SUDENE vai ajudar a taxa de crescimento	<b>5</b>
<b>07/06/66</b>	Polo de desenvolvimento	<b>3</b>
<b>11/06/66</b>	O novo Maranhão	<b>3</b>
<b>26/06/66</b>	Investir no Maranhão é realmente bom negócio	<b>7</b>
<b>28/06/66</b>	Industriais do Sul querem investir no nosso Estado	<b>6</b>
<b>03/07/66</b>	Técnicos maranhenses revelam vasto mundo de riquezas do babaçu	<b>7</b>
<b>05/07/66</b>	Recursos de progresso	<b>3</b>
<b>06/07/66</b>	Sarney confirma: Povo governo constroem de mãos dadas Maranhão Novo	<b>8</b>
<b>16/07/66</b>	Presidente do CNT surpreso: trânsito de São Luís é o melhor de todo nordeste do Brasil	<b>5</b>
<b>21/07/66</b>	Reforma agrária: 1 chave para o desenvolvimento econômico	<b>5</b>
<b>21/07/66</b>	SUDENE está pesquisando mão-de-obra no Maranhão	<b>5</b>
<b>30/07/66</b>	Realismo financeiro	<b>3</b>
<b>03/08/66</b>	Banco do Brasil amplia crédito para o Maranhão	<b>1</b>
<b>04/08/66</b>	Técnica e Política	<b>3</b>
<b>07/08/66</b>	O governo do povo	<b>3</b>

12/08/66	Rumo ao Progresso	3
13/08/66	Presidente do BNDE vem examinar situação do comércio e Indústria	5
20/08/66	O BNDE e o Maranhão	3
06/09/66	Futuro do Maranhão	3
09/09/66	Preocupação permanente do governo problemas econômicos do Estado	5
21/09/66	Petrobrás vai pesquisar o litoral do Maranhão	5
09/10/66	Sarney pede a Castelo solução para a atual crise do babaçu	7
15/10/66	As casas do BNH para São Luís	3
01/11/66	Sarney anuncia plano de expansão de São Luís	-
25/11/66	Obras do Porto de Itaqui prosseguem em ritmo acelerado	5
04/12/66	Maranhão na Amazônia	3
06/12/66	Perspectiva Amazônica	3
16/12/66	Presença do Maranhão	3
23/12/66	Nordeste e investimento	3
30/12/66	Êxito financeiro	3
<b>DATA</b>	<b>TÍTULO DA NOTÍCIA</b>	<b>PÁGINA</b>
12/01/67	Eliezer vai a Belém ver orçamento da SUDEMA: 71 milhões para o Estado	5
17/01/67	Integração do desenvolvimento	3
24/01/67	Fundação do BEM –Estar do menor firma convênio com o Maranhão	5
25/01/67	Investimentos significativos	3
27/01/67	Dinâmica do Progresso	3
31/01/67	Caxias ressurgem dinamicamente para o progresso: Maranhão Novo	3
02/02/67	Unidade para o progresso	3
03/02/67	55 milhões serão investidos este ano no desenvolvimento do Maranhão	5
10/02/67	Técnicos da SUDEMA vão elaborar plano piloto de desenvolvimento	4
14/02/67	Sarney: “Reforma administrativa será a obra marcante do meu governo”	6
21/02/67	Desenvolvimento sem inflação	3
23/02/67	Programa habitacional	3
25/02/67	Presidente do BNB: um adversário	3

<b>26/02/67</b>	Presidente do BNB negociou contra interesses do Nordeste	<b>7</b>
<b>05/03/67</b>	Banco da Amazônia amplia área de ação no Maranhão	<b>7</b>
<b>18/03/67</b>	Sarney pede ao presidente apoio para desenvolvimento do Estado	<b>5</b>
<b>26/03/67</b>	Grande atividade de Sarney no Sul em favor de interesses do Estado	<b>7</b>
<b>02/04/67</b>	Presidente Costa e Silva dispensará tratamento privilegiado ao Maranhão	<b>7</b>
<b>15/04/67</b>	Ressurgindo do atraso o Maranhão está hoje em posição privilegiada	<b>5</b>
<b>20/04/67</b>	O Maranhão já não está hoje condenado ao atraso e a pobreza	<b>5</b>
<b>10/05/67</b>	Deflagrando o desenvolvimento	<b>3</b>
<b>13/04/67</b>	Empresários maranhenses levam oito grandes projetos industriais à SUDAM	<b>1</b>
<b>27/05/67</b>	BNB virá agora colaborar para desenvolvimento do Maranhão	<b>1</b>
<b>02/06/67</b>	Sobe aclamações populares Sarney inaugura obras: Codó e Pindaré	<b>5</b>
<b>06/06/67</b>	Obras para desenvolvimento	<b>3</b>
<b>06/06/67</b>	SUDEMA planeja e executa o desenvolvimento do Estado	<b>5</b>
<b>13/06/67</b>	Aumento do capital do BEM novas perspectivas de Progresso	<b>4</b>
<b>14/06/67</b>	Trabalhos da Petrobrás no Maranhão exigem superintendência em São Luís	<b>4</b>
<b>20/06/67</b>	Cooperativismo no Maranhão começa a ser fato positivo	<b>4</b>
<b>02/07/67</b>	BNB chega ao Maranhão	<b>3</b>
<b>29/07/67</b>	Governador Sarney reclama mais presença da SUDAM no Maranhão	<b>5</b>
<b>05/08/67</b>	Banco do Nordeste decide instalar mais três agências no Maranhão	<b>5</b>
<b>13/08/67</b>	Maranhão vitorioso	<b>3</b>
<b>18/08/67</b>	BNB e BEM firmam em Recife importante convênio: repasse	<b>3</b>
<b>23/08/67</b>	Empresários unidos ao governo na luta pelo desenvolvimento	<b>4</b>
<b>01/09/67</b>	Governo faz levantamento das áreas devolutas do Estado	<b>4</b>

<b>03/09/67</b>	BNB liberou mais de 2 bilhões: Maranhão	<b>1</b>
<b>29/09/67</b>	Pesquisa de carvão mineral no Maranhão com prioridade	<b>5</b>
<b>18/10/67</b>	Dilermando: Maranhão firme rumo ao desenvolvimento	<b>1</b>
<b>22/10/67</b>	Novos tempos	<b>3</b>
<b>26/10/67</b>	BNB financia Distrito Industrial	<b>3</b>
<b>27/10/67</b>	Órgão de desenvolvimento para atuar na área de Boa Esperança	<b>-</b>
<b>02/11/67</b>	SUDAM integra o Maranhão na rede de comunicações da Amazônia	<b>4</b>
<b>10/11/67</b>	Sarney a investidores: meta é desenvolvimento	<b>1</b>
<b>17/11/67</b>	Investimento Tcheco no Maranhão associado ao capital brasileiro	<b>5</b>
<b>02/12/67</b>	BNB amplia sua rede cobrindo novo nordeste	<b>-</b>
<b>22/12/67</b>	Banco do Nordeste empenhado em ampliar crédito na região	<b>3</b>
<b>DATA</b>	<b>TÍTULO DA NOTÍCIA</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>04/01/68</b>	Presidente atende reclamos do Nordeste: reduzida aplicação dos incentivos fiscais na indústria	<b>3</b>
<b>06/01/68</b>	SUDENE aumentou oferta de energia	<b>3</b>
<b>09/01/68</b>	Estado vai criar companhia de crédito e investimentos	<b>5</b>
<b>10/01/68</b>	SUDEMA tem agora nova estrutura interna	<b>3</b>
<b>19/01/68</b>	Empréstimos e governo apoiam semana da iniciativa privada	<b>4</b>
<b>20/01/68</b>	Superintendente da SUDAM ao governador: Programas para desenvolver Maranhão têm todo o apoio	<b>1</b>
<b>21/01/68</b>	Ministro Andreazza inaugurará a estrada Pedrinhas-Itaqui	<b>5</b>
<b>23/01/68</b>	Ministro: Sarney está construindo de fato um Maranhão	<b>7</b>
<b>04/02/68</b>	Itapary na homenagem das classes produtoras: governador Sarney inaugura nova era de larga inspiração administrativa	<b>5</b>
<b>06/02/68</b>	Nosso apoio a Sarney se traduz nas obras que inauguramos	<b>5</b>

15/02/68	Diretor do Banco do Brasil estuda problema do crédito no Maranhão	5
03/03/68	Maranhão tem prenuncio de excelentes condições para 68	5
05/03/68	Aumento de capital do BNB terá participação efetiva no Maranhão	4
08/03/68	Sarney visita BNB e obtém empréstimos de 7 milhões	4
13/03/68	BNB reduz taxa de juros nos empréstimos para o Estado	4
14/03/68	SIOGE – De dificuldades financeiras transformado em moderna empresa	5
15/03/68	BEM terá mais duas agências e já estuda novo aumento de capital	-
23/03/68	Presidente do INDA debateu problemas rurais da SUDEMA	5
28/03/68	Normalizado tráfego na BR -135 USAID e SUDENE financiam MA-15	4
30/03/68	Presença do BASA no Maranhão é reflexo do seu desenvolvimento	4
05/04/68	SUDAM coordena política regional de saneamento	5
22/05/68	Sarney defende financiamento do BNB para rodovia MA-15	5
26/06/68	Mercado ativo de capitais estimulará setor privado	5
02/08/68	SUDENE liberou 1 milhão para acelerar a COHEBE	5
25/08/68	Banco do Nordeste presente ao desenvolvimento do Maranhão	5
26/09/68	Obras rodoviárias do Estado terão empréstimo do BNB	5
02/10/68	Maranhão tem novamente sua federação: indústrias	5
13/12/68	Recursos liberados para o MA	3
<b>DATA</b>	<b>TÍTULO DA NOTÍCIA</b>	<b>PÁGINA</b>
05/01/69	Convênio Dac-Inda beneficia cooperativas de pescadores	7
09/01/69	Esperantinópolis no Maranhão Novo	3
10/01/69	Objetivo da companhia Progresso é o desenvolvimento industrial	6

<b>11/01/69</b>	AI-5- será aplicado se não ficar tudo regularizado	<b>4</b>
<b>11/01/69</b>	Agência Nacional em nova fase vai instalar agência em São Luís	<b>6</b>
<b>12/01/69</b>	Governo adota medidas para conter despesas	<b>7</b>
<b>15/01/69</b>	Novas agências do BEM vão se inauguradas este mês	<b>8</b>
<b>19/01/69</b>	Empresas querem diálogo com meio de solucionar problemas	<b>6</b>
<b>19/01/69</b>	BIB concede empréstimo para energia elétrica no interior	<b>8</b>
<b>24/01/69</b>	Progresso pode ser retardado mas haveremos/01/69s de alcançá-lo	<b>6</b>
<b>26/01/69</b>	BNB financia DER: mais 5 bilhões para rodovia	<b>6</b>
<b>29/01/69</b>	BEM e ACAR firmam convênio de crédito rural orientado	<b>6</b>
<b>30/01/69</b>	Inauguração de obras no terceiro aniversário do governo Sarney	<b>1</b>
<b>01/02/69</b>	Progresso do Nordeste não será interrompido	<b>1</b>
<b>01/02/69</b>	Empresários reforçam confiança no governo José Sarney	<b>5</b>
<b>02/02/69</b>	Governador Sarney inaugurou também instituto de pesquisas da SAGRIMA	<b>5</b>
<b>08/02/69</b>	Chineses no Maranhão reivindicação ao secretário das finanças	<b>5</b>
<b>08/02/69</b>	Empresários levam reivindicação ao secretário das finanças	<b>5</b>
<b>08/02/69</b>	Superintendente da SUDEMA foi nomeado diretor-geral do DNOCS	<b>6</b>
<b>11/02/69</b>	SUDENE já tem escritório regional do Maranhão	<b>6</b>
<b>14/02/69</b>	Governo Federal vai ampliar aplicações diretas no Norte	<b>6</b>
<b>15/02/69</b>	BNB aplicou 286 milhões no crédito industrial	<b>4</b>
<b>21/02/69</b>	BNB executará programa de 10 milhões para ruralistas	<b>5</b>
<b>28/02/69</b>	SUDENE aprova financiamentos para indústrias no Maranhão	<b>5</b>
<b>05/03/69</b>	Brasil tem o maior Banco de Desenvolvimento: BNB	<b>7</b>



<b>06/03/69</b>	Integração da baixada terá 8 milhões do BNDE	<b>5</b>
<b>09/03/69</b>	BNB levará contribuição ao 1º Congresso Brasileiro de Bancos de Desenvolvimento	<b>4</b>
<b>12/03/69</b>	Governo dá incentivos às indústrias que beneficiam produtos minerais	<b>6</b>
<b>15/03/69</b>	Infra-estrutura econômica base de desenvolvimento	<b>5</b>
<b>16/03/69</b>	Crescimento industrial no Brasil atingiu a 15% em 68	<b>7</b>
<b>18/03/69</b>	Expansão industrial do Nordeste oferece boas perspectivas em 69	<b>2</b>
<b>21/03/69</b>	Ação da SAGRIMA em defesa dos rebanhos bovinos no interior	<b>5</b>
<b>21/03/69</b>	Sarney obteve mais cinco bilhões para investimentos	<b>6</b>
<b>23/03/69</b>	BEM obteve do BNH convênio para financiar construções	<b>7</b>
<b>25/02/69</b>	Aplicações industriais do BNB elevaram-se a Ncr\$ 286 milhões	<b>6</b>
<b>08/04/69</b>	Bancos utilizaram 54% do redesconto especial	<b>2</b>
<b>10/04/69</b>	Maranhão acelera a sua reforma administrativa	<b>5</b>
<b>12/04/69</b>	Agricultura do Maranhão será estudada e planejada em ajuda da FAO/SUDENE	<b>6</b>
<b>17/04/69</b>	BNH ajuda programa de saneamento no Maranhão	<b>5</b>
<b>17/04/69</b>	Banco nacional da França quer ajudar o Maranhão	<b>5</b>
<b>24/04/69</b>	Adiantadas as negociações do BNB com a Tchecoslováquia	<b>5</b>
<b>27/04/69</b>	BNB pesquisa do Sistema Financeiro	<b>7</b>
<b>01/05/69</b>	BNB entre os três maiores do país	<b>3</b>
<b>06/05/69</b>	Agro-pecuária do Maranhão e Piauí tem prioridade na SUDENE	<b>5</b>
<b>08/05/69</b>	BNH estuda cinco novos projetos para o Maranhão	<b>6</b>
<b>11/05/69</b>	Banco mercantil de Niterói inaugura agência em São Luís	<b>4</b>
<b>15/05/69</b>	Novo banco para progresso do interior centro-oeste	<b>2</b>

<b>16/05/69</b>	SUDENE analisa mais dois projetos para o Maranhão	<b>6</b>
<b>17/05/69</b>	Concedida isenção total do ICM para a exportação do babaçu	<b>4</b>
<b>24/05/69</b>	Sodré vem para integrar Banespa ao desenvolvimento do Nordeste	<b>5</b>
<b>28/05/69</b>	SUDENE agradece colaboração de São Paulo ao Nordeste	<b>5</b>
<b>29/05/69</b>	SUDENE: Superintendente consegue mais trinta bilhões para o Nordeste	<b>6</b>
<b>01/06/69</b>	Perspectivas do Nordeste são boas, diz Rubens Costa	<b>7</b>
<b>04/06/69</b>	Reforma Agrária	<b>3</b>
<b>08/06/69</b>	Sarney aumenta pensões do IPEM tendo por base o salário mínimo	<b>5</b>
<b>10/10/69</b>	Banco do Desenvolvimento terá capital elevado para 36 milhões	<b>8</b>
<b>12/10/69</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão-SUDEMA	<b>3</b>
<b>15/10/69</b>	Arrecadação do ICM passará a ser feita através dos bancos	<b>5</b>
<b>21/10/69</b>	Plano Nacional de Viação prevê rede rodoviária federal para o Maranhão	<b>8</b>
<b>22/10/69</b>	39 oficiais da Escola Superior de Guerra vem ver Novo Maranhão	<b>5</b>
<b>02/11/69</b>	BNB revela expansão da indústria de cimento	<b>3</b>
<b>02/11/69</b>	Maranhão lidera liberação de incentivos da SUDENE	<b>7</b>
<b>02/11/69</b>	BNDE libera empréstimo à Boa Esperança 29 Bilhões	<b>8</b>
<b>04/11/69</b>	Banco Mundial e BIB financiam projetos no Nordeste: 200 milhões	<b>1</b>
<b>12/11/69</b>	SUNAB vê estoque de arroz para evitar colapso no abastecimento	<b>5</b>
<b>23/11/69</b>	Presidente assegura todo apoio ao desenvolvimento do Maranhão	<b>8</b>
<b>10/12/69</b>	Tchecos traem indústria no Maranhão: cimento	<b>5</b>
<b>14/12/69</b>	Sarney: maior obra da SUDENE foi a mudança de mentalidade	<b>4</b>
<b>DATA</b>	<b>TÍTULO DA NOTÍCIA</b>	<b>PÁGINA</b>

<b>03/01/70</b>	Concorrência pública para cessão e terras devolutas do Estado	<b>5</b>
<b>04/01/70</b>	Roda Viva	<b>4</b>
<b>07/01/70</b>	Médici expõe plano: governo	<b>1</b>
<b>09/01/70</b>	Comércio exterior cresceu em 1969	<b>5</b>
<b>11/01/70</b>	Partidos, greves e agitações	<b>3</b>
<b>14/01/70</b>	Roda Viva	<b>3</b>
<b>20/01/70</b>	Banco Central autoriza banco de desenvolvimento	<b>1</b>
<b>21/01/70</b>	Preços ao consumidor	<b>5</b>
<b>22/01/70</b>	As aberturas da América Latina	<b>4</b>
<b>23/01/70</b>	Reitores têm encontro marcado com ministro Jarbas Passarinho	<b>5</b>
<b>29/01/70</b>	SUDAM aprova importante projeto industrial: Ivecosa	<b>1</b>
<b>31/01/70</b>	Movimento bancário Nordeste: cresce	<b>4</b>
<b>01/02/70</b>	BNB realizou	<b>2</b>
<b>03/02/70</b>	Sistema Bancário pronto para estudar redução dos juros	<b>2</b>
<b>04/02/70</b>	Sarney ocupa também manchetes literárias: depois de revolucionar administração transforma literatura regional	<b>8</b>
<b>05/02/70</b>	Sarney quer nova estratégia para desenvolvimento	<b>2</b>
<b>05/02/70</b>	BNB homenageia Sarney com empréstimo: Bilhão	<b>8</b>
<b>06/02/70</b>	Porto do Itaqui será inaugurado este ano	<b>6</b>
<b>15/02/70</b>	Investimentos privados dos EUA beneficiam a América Latina	<b>2</b>
<b>17/02/70</b>	Sarney ao Povo: nossa aliança constrói ponte para o futuro	<b>6</b>
<b>18/02/70</b>	BIB e Banco Mundial: dólares ao Nordeste	<b>1</b>
<b>19/02/70</b>	Juros vão cair em abril	<b>1</b>
<b>24/02/70</b>	Contribuição decisiva do BNB à melhoria da agropecuária	<b>4</b>
<b>26/02/70</b>	Energia nuclear acionará desenvolvimento do Brasil	<b>4</b>
<b>27/02/70</b>	Maranhão é surpreendente	<b>1</b>
<b>04/03/70</b>	Maranhão vai ser beneficiado por convênio SUDENE/BNDE	<b>5</b>
<b>05/03/70</b>	SUDENE aprova projeto maranhense	<b>5</b>

<b>06/03/70</b>	Operou bem indústria nordestina: diz sondagem conjuntural	<b>2</b>
<b>07/03/70</b>	Eleva-se renda “per capita”	<b>4</b>
<b>11/03/70</b>	Indústria nordestina de energia elétrica em ritmo de crescimento mais acelerado do que a nacional	<b>3</b>
<b>11/03/70</b>	SUDENE financia mais três empresas para o Maranhão	<b>8</b>
<b>12/03/70</b>	Presidente vê novo salário mínimo que pode sair em Maio	<b>4</b>
<b>18/03/70</b>	Governador Sarney fala do Novo Maranhão aos paulistas	<b>1</b>
<b>18/03/70</b>	Banco do Brasil arrecada 50% dos impostos federais	<b>4</b>
<b>20/03/70</b>	Fundos especiais incrementam processo desenvolvimentista	<b>-</b>
<b>21/03/70</b>	Recursos de Ncr\$ 32, 6 milhões serão empregados no Nordeste	<b>4</b>
<b>21/03/70</b>	Mais recursos para a Indústria canalizados para o Maranhão	<b>5</b>
<b>22/03/70</b>	SUDENE: mais verbas ao Maranhão	<b>5</b>
<b>26/03/70</b>	SARNEY defendeu da SUDENE mais projetos para o Maranhão	<b>1</b>
<b>12/04/70</b>	BNB: extremamente favoráveis perspectivas para indústria de cimento no Nordeste	<b>5</b>
<b>16/04/70</b>	Maranhão sede do encontro sobre desenvolvimento: USAID	<b>5</b>
<b>21/04/70</b>	BNB: extremamente favoráveis perspectivas para Indústria de cimento no Nordeste	<b>5</b>
<b>23/04/70</b>	Caixa Econômica em novo e moderno prédio	<b>5</b>
<b>23/04/70</b>	Incentivos fiscais em debate no Encontro de Investidores	<b>5</b>
<b>26/04/70</b>	SUDAM elabora projeto para a fabricação de celulose a partir das madeiras amazônicas	<b>3</b>
<b>03/05/70</b>	Roda Viva	<b>2</b>
<b>05/05/70</b>	Dez anos de Progresso de BIB	<b>3</b>
<b>05/05/70</b>	Sarney vai entregar título de terra a 1500 lavradores	<b>8</b>
<b>08/05/70</b>	Cúpula da Arena contra a vinculação de votos	<b>4</b>
<b>08/05/70</b>	Sarney entrega aos lavradores títulos de propriedades rurais	<b>5</b>

<b>08/05/70</b>	Sarney consolida Previdência Social	<b>6</b>
<b>10/05/70</b>	Lavradores recebem títulos de terra	<b>1</b>
<b>12/05/70</b>	Preservação da Petrobás tem apoio dos Militares	<b>4</b>
<b>12/05/70</b>	Sarney inaugura importantes obras e povo às ruas homenageá-los	<b>6</b>
<b>15/05/70</b>	Dino ao tomar posse na Assembleia: Sarney, governador incomparável	<b>6</b>
<b>17/05/70</b>	Bandeirantismo inicia nova etapa no Maranhão	<b>4</b>
<b>19/05/70</b>	Permitido pelo BNH parcelamento de débitos de Fundo de Garantia	<b>5</b>
<b>20/05/70</b>	Pesquisa do BNB revela: produção nordestina de fundo em ascensão	<b>4</b>
<b>20/05/70</b>	SUDENE obtém recursos para obras no Maranhão	<b>5</b>
<b>21/05/70</b>	Coordenador regional (FGTS) veio expor o parcelamento	<b>4</b>
<b>21/05/70</b>	COHAB projeta novos conjuntos habitacionais: capital e interior	<b>5</b>
<b>23/05/70</b>	Nordeste já recebeu mais de um Bilhão em incentivos	<b>3</b>
<b>24/05/70</b>	Maranhão tem sua financeira: Dino inaugurou sede da COM	<b>5</b>
<b>26/05/70</b>	Finesp financia Plano Nacional de Imigração	<b>3</b>
<b>31/05/70</b>	Empresa maranhense de navegação vai construir mais dois navios	<b>6</b>
<b>06/06/70</b>	Parlamentar exalta BNB na câmara federal	<b>6</b>
<b>09/06/70</b>	Médici incisivo na SUDENE: o nordeste haverá de mudar	<b>3</b>
<b>09/06/70</b>	Dino revela: Maranhão integrado no Plano de Emergência contra a seca	<b>8</b>
<b>11/06/70</b>	Financiamento de vinte milhões para agricultores do Nordeste	<b>5</b>
<b>12/06/70</b>	Governo e Oposição repelem ideia de adiar as eleições	<b>5</b>
<b>13/06/70</b>	Empresas usavam medidas do governo para aumentar lucros	<b>5</b>
<b>16/06/70</b>	SUDENE libera bilhão: incentivos	<b>8</b>

<b>17/06/70</b>	Brasil terá lastro cambial para garantir empréstimo	<b>4</b>
<b>19/06/70</b>	Plano de Integração Nacional para salvar Nordeste seca	<b>-</b>
<b>20/06/70</b>	Cururupu vai ter sua barragem para acelerar desenvolvimento	<b>5</b>
<b>23/06/70</b>	SUDENE: Programa solução definitiva da seca	<b>5</b>
<b>23/06/70</b>	Sarney reintegrou o Maranhão numa nova visão de seu destino	<b>8</b>
<b>25/06/70</b>	Dino na reunião da SUDENE com o ministro João Veloso	<b>5</b>

**Tabela Jornal O Imparcial (1966-1970)**

<b>DATA</b>	<b>MATÉRIA</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>14/01/66</b>	Chegou ontem a São Luís o governador eleito José Sarney	<b>1</b>
<b>23/01/66</b>	Prosseguem os preparativos para festa de posse de Sarney no governo do Estado	<b>8</b>
<b>26/01/66</b>	Atendendo apelo de Sarney a SUDENE prestará toda assistência técnica ao Maranhão	<b>1</b>
<b>28/01/66</b>	Apoteótica recepção, ontem, em São Luís ao governador José Sarney	<b>1</b>
<b>28/01/66</b>	Homenagem ao governador José Sarney	<b>1</b>
<b>01/01/66</b>	Sarney tomou posse ontem em meio ao mais vivo entusiasmo do povo	<b>1</b>
<b>01/02/66</b>	Secretariado do governador Sarney	<b>3</b>
<b>02/02/66</b>	Governador determina providencia para os secretários	<b>3</b>
<b>04/02/66</b>	Governador visitou as Centrais Elétricas	<b>1</b>
<b>09/02/66</b>	Governador continua adotando várias medidas de interesse da coletividade	<b>6</b>
<b>24/02/66</b>	Atendendo a apelo do governador José Sarney virá a São Luís representando do Ministério da Saúde	<b>6</b>
<b>06/03/66</b>	Vista com destaque presença de Sarney na reunião da SUDENE	<b>1</b>

<b>08/03/66</b>	Sarney: “O que fizeram no Maranhão é criminoso, situação caótica”	<b>1</b>
<b>15/03/66</b>	Milet satisfeito com trabalho de Sarney para organização da ARENA	<b>1</b>
<b>23/03/66</b>	Será iniciada em julho a construção de 300 casas populares no Bairro de Fátima	<b>8</b>
<b>24/03/66</b>	Sarney quer ampliar rede bancária do Maranhão	<b>3</b>
<b>25/03/66</b>	Governo do Estado entregará ao povo, dentro de poucos meses, 1000 escolas no interior	<b>8</b>
<b>29/03/66</b>	Governador Sarney luta para baixar índice de analfabetismo no Maranhão	<b>1</b>
<b>03/04/66</b>	ARENA do Maranhão ficará agora sob suprema autoridade do governador Sarney	<b>1</b>
<b>03/04/66</b>	ARENA do Maranhão ficará agora sob suprema autoridade do governador Sarney	<b>1</b>
<b>13/04/66</b>	Governo Sarney consegue facilidade creditícias para Comércio e Industria	<b>8</b>
<b>06/05/66</b>	Governador José Sarney tem apoio integral do povo para apurar desfalque do Tesouro	<b>3</b>
<b>07/05/66</b>	Sarney vai discutir no Recife financiamento a agricultura	<b>1</b>
<b>10/05/66</b>	“Estamos entregando essas verbas numa forma de confiança ao Governo Sarney”	<b>1</b>
<b>10/09/66</b>	Planos de Sarney são dignos de um governo que deseja realizar uma verdadeira administração	<b>8</b>
<b>11/09/66</b>	Não faltará ao Maranhão a colaboração do Governo Federal na obra de desenvolvimento	<b>1</b>
<b>31/05/66</b>	Sarney apressa no Sul atendimento das reivindicações maranhenses	<b>1</b>

<b>DATA</b>	<b>TÍTULO DA NOTÍCIA</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>07/01/67</b>	Reforma administrativa começa com estudo da realidade maranhense	-
<b>08/01/67</b>	Fundo de garantia	-
<b>08/01/67</b>	Secretaria de finanças	-
<b>08/01/67</b>	Nova lei de segurança desestimulará o desenvolvimento das atividades produtivas	-
<b>11/01/67</b>	O BIB administrará fundo sueco para o desenvolvimento latino-americano	-
<b>12/01/67</b>	Reforma tributária e procurador geral	-
<b>13/01/67</b>	Retomada do desenvolvimento brasileiro com o novo governo	-
<b>13/01/67</b>	Economia	-
<b>14/01/67</b>	Governo do Estado promove seminário de Infra-estrutura	-
<b>15/01/67</b>	BNN promove progresso	-
<b>15/01/67</b>	Três operações serão usadas no crédito ao consumidor	-
<b>19/01/67</b>	Banco Central estabelece normas à execução do Sistema Financeiro	-
<b>20/01/67</b>	Encerra-se, hoje, o seminário de infra-estrutura econômica	-
<b>31/01/67</b>	Sarney encontrou-se com o presidente Castelo em Imperatriz	-
<b>26/01/67</b>	Banco do Estado do Maranhão S/A	-
<b>03/02/67</b>	Costa e Silva quer dispensar o rigorismo econômico-financeiro	-
<b>04/02/67</b>	Banco da Amazônia beneficia os pecuaristas maranhenses	-
<b>04/02/67</b>	Governador reuniu-se com economista Paulo de Tarso	-
<b>05/02/67</b>	O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	-
<b>15/02/67</b>	Reforma administrativa será a obra marcante do meu governo	-
<b>17/02/67</b>	NC\$ 63,50 os novos níveis do salário mínimo para o Maranhão	-
<b>17/02/67</b>	Nossas finanças estão saneadas nossa administração moralizada	-
<b>17/02/67</b>	Agência do Banco do Nordeste, única reivindicação das classes produtoras	-



<b>19/02/67</b>	BEM está beneficiando com eficiência mais duas vastas regiões do interior	-
<b>23/02/67</b>	Sarney em Fortaleza: Banco do Nordeste comanda política contra a região	-
<b>01/03/67</b>	Sarney explica a investidores as possibilidades do Maranhão	-
<b>03/03/67</b>	Classes industriais apoiam posição de Sarney contra pres. do BNB	-
<b>04/03/67</b>	Diretores de Banco americano em São Luís	-
<b>11/03/67</b>	SUDENE concede trilhão de cruzeiros ao Nordeste	-
<b>14/03/67</b>	Sarney participou, ontem, da reunião do conselho da SUDENE	-
<b>15/03/67</b>	Classes produtoras do Maranhão ao presidente Costa e Silva	-
<b>28/03/67</b>	Maranhão está preparado para receber investimentos dos empresários paulistas	-
<b>31/03/67</b>	Governador Sarney na posse dos novos dirigentes da SUDENE e SUDAM	-
<b>02/04/67</b>	Pres. Costa e Silva assegura ao gov. Sarney tratamento privilegiado para o Maranhão	-
<b>04/04/67</b>	Palavras do governador Sarney sobre problema sucessório	-
<b>13/04/67</b>	Em São Luís missão técnica do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	-
<b>21/04/67</b>	“Preparação nacional, exigência do processo o progresso e do desenvolvimento brasileiro”	-
<b>12/05/67</b>	Banco do Estado do Maranhão	-
<b>25/05/67</b>	Confirmada para hoje a chegada do presidente do Banco do Nordeste	-
<b>27/05/67</b>	Ampla explanação do governador Sarney ao presidente do BNB	-
<b>27/05/67</b>	Será no Maranhão a 57ª agência do Banco do Nordeste do Brasil	-
<b>31/05/67</b>	Governo, em 66, amparou o comércio e a indústria	-
<b>03/06/67</b>	Economista do BDB em nossa capital	-
<b>13/06/67</b>	BEM terá capital aumentado para NCR\$ 2.000.000	-
<b>14/06/67</b>	Importante pronunciamento do governador José Sarney	-

<b>15/06/67</b>	Sarney abordou importantes problemas de sua administração	-
<b>23/06/67</b>	Aumentado para dois milhões o capital do Banco do Estado	-
<b>07/07/67</b>	Plano de Meta do governo rara 68/70	-
<b>07/07/67</b>	Agência do Banco do Brasil no Brejo	-
<b>13/07/67</b>	Aberta a subscrição das ações correspondentes ao aumento de capital: BEM	-
<b>17/08/67</b>	Banco do Nordeste assistirá à indústria nordestina	-
<b>17/08/67</b>	Instalação da agência do BNB em São Luís	-
<b>04/08/67</b>	Sarney espera poder elevar o capital do Banco do Estado, até NCR\$ 5. 000.000,00	-
<b>01/08/67</b>	Sarney declara em Brasília que sua única preocupação é administrar bem o Estado	-
<b>27/08/67</b>	Diretor do Banco do Nordeste em São Luís	-
<b>29/08/67</b>	Elogiada pelo Superintendente da SUDENE a administração estadual	-
<b>01/09/67</b>	Maranhão pode ter indústria de papel	-
<b>17/09/67</b>	Deputado Alexandre Costa exalta trabalho do gov. José Sarney	-
<b>07/10/67</b>	Cadastramento do comércio e indústria no BNB	-
<b>15/10/67</b>	Caixa Econômica Federal adota depósitos corrigidos	-
<b>18/10/67</b>	Maranhão será contemplado com um empréstimo do BIB	-
<b>21/10/67</b>	Exposição de Sarney ao Superintendente da SUDENE	-
<b>28/10/67</b>	Maranhão estará presente ao II Encontro de Investidores	-
<b>16/11/67</b>	Tchecoslováquia interessada em financiar do governo e das empresas do Maranhão	-
<b>23/11/67</b>	Maranhão na área das cogitações nucleares	-
<b>17/12/67</b>	Governador José Sarney visita esta manhã o “Município Modelo”	-
<b>21/12/67</b>	Navio Itaparica que conduz gasolina para São Luís chegará a 25 do correndo	-
<b>24/12/67</b>	Sarney e mais 10 governadores pediram revogação de ato prejudicial ao Nordeste	-

<b>DATA</b>	<b>TÍTULO DA NOTÍCIA</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>05/01/68</b>	Governador Sarney examinou obras da rodovia São Luís-Teresina	-
<b>17/01/68</b>	Governador José Sarney fará importante pronunciamento	-
<b>16/01/68</b>	Será criada a CIA. Progresso do Maranhão-Crédito, financiamento e investimentos	-
<b>20/01/68</b>	Estímulos aos investidores no setor agropecuário do Nordeste	-
<b>20/01/68</b>	SUDAM aprovou investimentos no valor de NCR\$ 700.000.000,00 na área amazônica	-
<b>23/01/68</b>	Sarney assegura em São Bento energia de Boa Esperança para a Baixada Maranhense	-
<b>27/01/68</b>	Inaugurações de diversas obras marcam o segundo ano de governo do dr. Sarney	-
<b>06/02/68</b>	Inaugurados as 506 casas construídas pelo governo estadual financiadas pelo BNH	-
<b>18/02/68</b>	Maranhão Novo exige intensificação do Turismo	-
<b>02/03/68</b>	Sarney a Assembleia: “Governo e Povo e unem e se fortalecem mutuamente”	-
<b>03/03/68</b>	Participando já da SUDENE e da SUDAM o Maranhão integrará também a SUDECO	-
<b>05/03/68</b>	Destacada atuação do Governador Sarney na reunião do Conselho deliberativo da SUDAM	-
<b>10/03/68</b>	Distrito Rodoviário em Pinheiro no desenvolvimento do Maranhão Novo	-
<b>13/03/68</b>	Governo implantará a reforma administrativa	-
<b>16/03/68</b>	Banco do Estado do Maranhão incentiva atividades econômicas	-
<b>29/03/68</b>	Após defender interesses do Maranhão na SUDENE regressou ontem o gov. José Sarney	-
<b>26/04/68</b>	Companhia Maranhense prepara-se para receber seu primeiro navio	-
<b>27/04/68</b>	Sarney defendeu na SUDENE participação dos empregados nos lucros das empresas	-
<b>30/05/68</b>	SUNAB em ação no interior do Estado	-
<b>14/06/68</b>	Energia & Desenvolvimento	-
<b>25/07/68</b>	Energia & Desenvolvimento	-

07/08/68	Energia & Desenvolvimento	-
08/08/68	José Sarney assistiu a instalação do Governo Federal na Amazônia	-
14/08/68	Soluções para a crise de crédito	-
21/08/68	Sarney irá participar da reunião de “Incentivos Fiscais” em Belém	-
07/09/68	Energia & Desenvolvimento	-
19/09/68	No “Maranhão Novo” tem “Novo Vitorino Freire”	-
22/09/68	Superintendente da SUDENE inspecionou obras rodoviárias no Estado do Maranhão	-
<b>DATA</b>	<b>TÍTULO DE NOTÍCIA</b>	<b>PÁGINA</b>
12/01/69	Programa de Industrialização procura fixar capitais no Maranhão	-
21/09/69	Federação das indústrias do Maranhão interessada na conservação de estradas	-
29/01/69	BEM firma convênio para repasse de recursos do BID a nossa pecuária	-
05/02/69	Novo ato regulamenta tribunais e transações com terras	-
09/02/69	Energia & Desenvolvimento	-
15/02/69	César Calls faz declarações sobre financiamentos do BNDE	-
15/02/69	Sugerida a criação aqui de uma sub-agência do Banco do Brasil	-
16/02/69	Mais agências do Banco do Nordeste	-
23/02/69	Fiema coopera com a Secretaria da Finanças na fiscalização de renda	-
27/02/69	Companhia Progresso do Maranhão	-
27/02/69	Arzua anuncia construção de 10 centrais de abastecimento com financiamentos	-
21/03/69	Indústrias recebem a ajuda do governo	-
21/03/69	Ampliação dos recursos para o desenvolvimento do Nordeste	-
23/03/69	BEM assina novo convênio com o Banco Nacional de Habitação	-
25/03/69	Sarney defenderá na SUDENE três importantes projetos	-
26/03/69	Delegacia da Receita Federal distribui nota	-

<b>27/03/69</b>	Setor da Habitação teve os cuidados do governo	-
<b>29/03/69</b>	Alcançou bons resultados em 68 a economia maranhense	-
<b>02/04/69</b>	COHEBE recebeu da SUDENE NCR\$ 5,00 milhões para concluir Boa Esperança	-
<b>08/04/69</b>	Governo destina dez milhões ao Programa de Fomento a Agricultura	-
<b>09/04/69</b>	Reforma Agrária precisará de NCR\$ 300 milhões para fixação de quarenta mil famílias em 1969	-
<b>10/04/69</b>	SUDENE faz a pesquisa industrial nordestina	-
<b>12/04/69</b>	Estímulo de governo Sarney à agropecuária no interior	-
<b>23/04/69</b>	Maranhão terá banco de desenvolvimento	-
<b>11/05/69</b>	Energia & Desenvolvimento	-
<b>15/05/69</b>	SUDENE analisa mais dois projetos para o Maranhão	-
<b>11/06/69</b>	Governo do Estado criará o Banco de Desenvolvimento	-
<b>12/07/69</b>	SUDENE libera recursos para obras de saneamento	-
<b>20/07/69</b>	DAES já é sociedade de economia mista	-
<b>20/08/69</b>	Administração de Sarney exaltada pelos gerais	-
<b>22/08/69</b>	Energia & Desenvolvimento	-
<b>23/09/69</b>	Maranhão Novo	-
<b>24/08/69</b>	Maranhão Novo	-
<b>26/08/69</b>	Sarney inaugurou obras em Penalva	-
<b>28/09/69</b>	SUDENE aprovou mais dois importantes projetos agropecuários para o Maranhão	-
<b>11/09/69</b>	Sarney amanhã na reunião da SUDAM	-
<b>12/09/69</b>	Caminho certo para o desenvolvimento	-
<b>24/10/69</b>	Notícias SUDEMA	-
<b>04/11/69</b>	Energia & Desenvolvimento	-
<b>19/11/69</b>	BEM – capital quintuplicado	-
<b>26/11/69</b>	Sarney inspeciona e inaugura serviços no interior do Estado	-
<b>23/12/69</b>	Sarney examina com o secretariado o programa cumprido e planeja para 70	-

<b>30/12/69</b>	Estímulo à pequena e média empresa do Nordeste	-
<b>DATA</b>	<b>TÍTULO DA NOTÍCIA</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>17/01/70</b>	Redução do compulsório e das taxas de juros	-
<b>20/01/70</b>	Bradesco aumenta com bonificação à acionistas	-
<b>20/01/70</b>	ICM agora deve ser pago nas agências bancárias	-
<b>22/01/70</b>	Banco Itaú América S/A recursos para a região	-
<b>25/01/70</b>	Finanças do Maranhão equilibradas em 1969	-
<b>27/01/70</b>	Grupo Maranhense assume controle acionário do Banco de Parnaíba S/A	-
<b>27/01/70</b>	Banco do Desenvolvimento será inaugurado no dia	-
<b>04/02/70</b>	Bradesco agora é que vai pagar aposentados	-
<b>04/02/70</b>	Banco Mundial empresta US\$ 25 milhões ao BNB	-
<b>06/02/70</b>	Sarney quer nova estratégia para desenvolvimento	-
<b>15/02/70</b>	Instalado o Banco de Desenvolvimento do Estado	-
<b>21/02/70</b>	Banco do Brasil construirá e São Luís prédio de 15 andares	-
<b>06/03/70</b>	Banco da Amazônia S/A	-
<b>11/03/70</b>	Novos financiamentos a firmas maranhenses	-
<b>15/03/70</b>	BASA inaugura agência em Carolina	-
<b>18/03/70</b>	SUDENE investiu mais de um bilhão em 1969	-
<b>19/03/70</b>	Carolina já tem agência do Banco da Amazônia S/A	-
<b>26/03/70</b>	Governador Sarney regressou a São Luís	-
<b>02/04/70</b>	Investidores interessados na área nordestina	-
<b>02/04/70</b>	Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão S/A – BDM	-
<b>23/04/70</b>	BASA inaugura moderna agência em Santa Inês	-

<b>26/04/70</b>	Inauguração da nova sede da agência do Banco da Amazônia em Bacabal	-
<b>28/04/70</b>	Governador Sarney inaugura amanhã a rodovia Miranda-Arary-Santa Inês	-
<b>01/05/70</b>	Bancários querem ajudar reformulação do INPS	-
<b>01/05/70</b>	Rubens reitera importância da política de incentivos fiscais	-
<b>09/05/70</b>	213 empresas receberão recursos da SUDENE	-
<b>10/05/70</b>	SUDENE destina novos recursos: Maranhão	-
<b>19/05/70</b>	Fundo de Garantia parcela débitos das empresas	-
<b>27/05/70</b>	Ingresso do Maranhão em nova fase da sua História Econômica	-
<b>16/06/70</b>	SUDENE liberou novos recursos para o Maranhão	-
<b>26/06/70</b>	No BEM alta direção inicia diálogo	-
<b>26/06/70</b>	SUDENE destina novos recursos para o Maranhão e o Nordeste	-
<b>11/07/70</b>	José Sarney defendeu projetos na SUDAM	-
<b>11/07/70</b>	BASA instala agência hoje as 9 horas na cidade de Pinheiro	-
<b>29/07/70</b>	BNDE concedeu financiamento para ampliação da telefônica	-
<b>29/07/70</b>	Agência do BNB de São Luís é quinta colocada na Região	-
<b>29/07/70</b>	BNB – BNDE: assistência a pequena indústria	-
<b>23/08/70</b>	SUDENE continua concedendo novos recursos ao Maranhão	-
<b>13/10/70</b>	ESG veio ver Maranhão Novo	-
<b>17/10/70</b>	Disposto a financiar programas	-
<b>28/10/70</b>	BASA inaugura conjunto residencial: São Francisco	-
<b>02/12/70</b>	Banco do Nordeste analisa indústria nordestina	-
<b>04/12/70</b>	O Banespa vem com capital para o desenvolvimento do Maranhão	-
<b>05/12/70</b>	BNB analisa meta habitacional para a década de 1970	-
<b>06/12/70</b>	BANESPA e Maranhão assinam convênio	-

**25/12/70**O BNH financia abastecimento de água a  
capital maranhense

-



